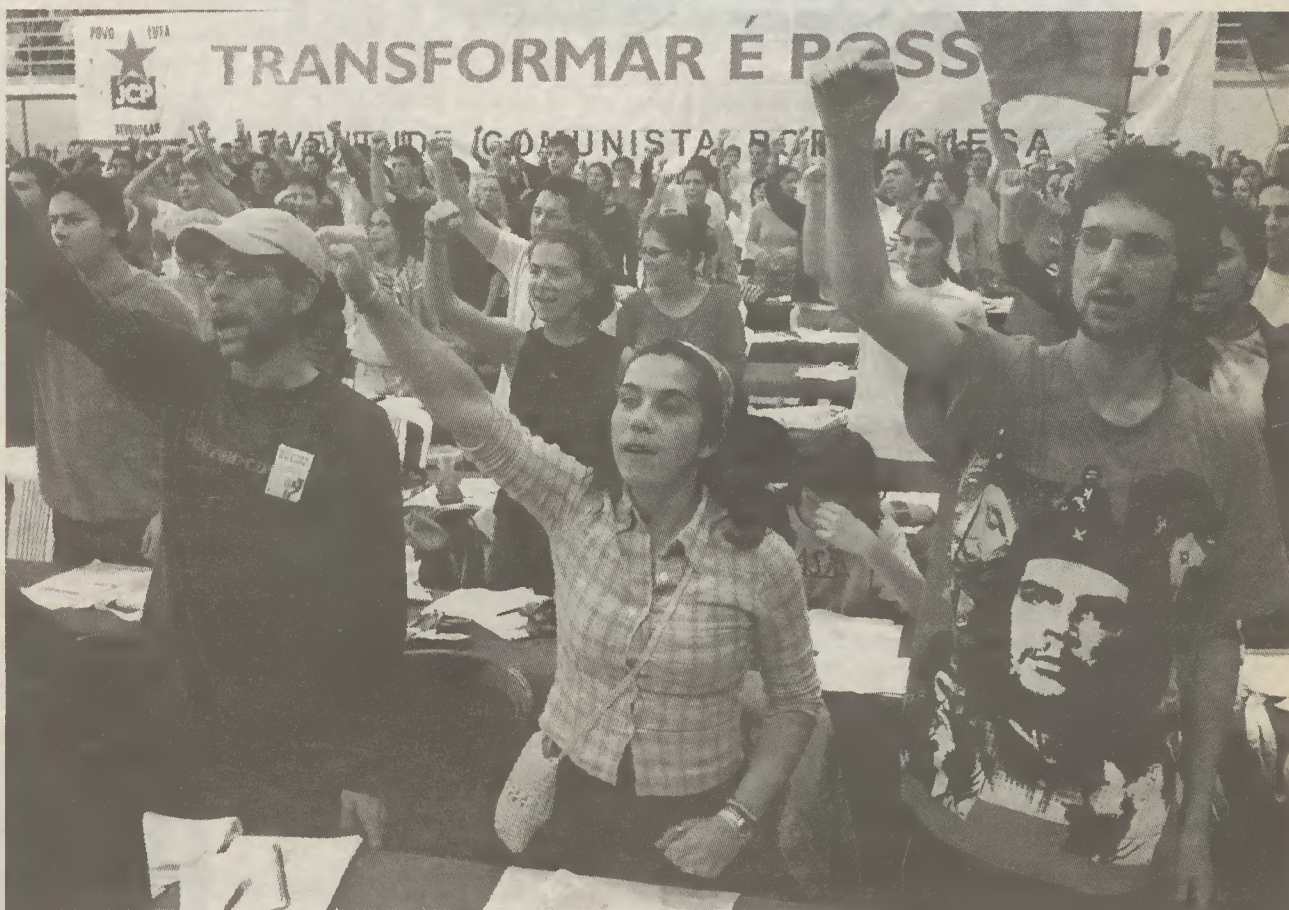


85 anos depois

A Revolução de Outubro

Lembrando a passagem
do 85.º aniversário da Revolução
de Outubro, publicamos
hoje um caderno com
textos da autoria
de Albano Nunes,
Luís Carapinha e
Manoel de Lencastre.

Págs. 15 a 18



7.º Congresso da JCP toma decisões

Defender o futuro

Foram 763 os delegados da Juventude Comunista Portuguesa que se reuniram em Setúbal, no seu 7.º Congresso. Dois dias de intenso e entusiástico labor, de afirmação de princípios, de análise dos problemas, momento de acertar decisões e de reforçar a luta. Carlos Carvalho esteve presente durante os trabalhos e discursou no final. **Págs. 5 a 9**

De Israel à Palestina (3)

E no entanto, a vida continua



As marcas das balas são bem visíveis logo à entrada do campo de refugiados de Desha, mas isso não é surpreendente num local onde os tanques israelitas costumam entrar. O que espanta é que, meio século depois de ali terem sido erguidas as primeiras tendas para os primeiros refugiados, o campo continue a existir.

Págs. 24 e 25

Nova jornada dia 30

Luta geral

Greves, plenários, paralizações e manifestações marcaram a jornada de luta da CGTP de 30 de Outubro. Novos protestos estão agendados para 30 de Novembro, contra a política social do Governo.

Págs. 10 e 11

Proposta do PCP

Contra o rolo compressor

Totalizam seis dezenas as propostas de alteração apresentadas pelo PCP ao Orçamento do Estado para 2003. O debate e a votação em sede de especialidade têm início amanhã, na Assembleia da República.

Pág. 19



Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino
Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Margarida Folque
Miguel Inácio

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Jorge Cabral

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
VASP - Sociedade
de Transportes
e Distribuição, Lda.
R. da Tascoa, 16 - 4.º
2745-003 Queluz
Tel. 21 439 85 00

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
44,90 euros
25 números: 4 600\$00
23,00 euros

EUROPA
50 números: 23 000\$00
114,75 euros

EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00
164,60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Jornada de luta

Resumo

30 Quarta-feira

Greve geral da Função Pública; milhares de trabalhadores manifestam o seu repúdio contra o pacote laboral e o código do trabalho do Governo PSD/PP ● O grupo parlamentar do PCP apresenta propostas de alteração ao Orçamento de Estado de 2003 no sentido de tentar minimizar os danos e aspectos mais gravosos ● O PCP lança acção de esclarecimento sobre as políticas de Durão Barroso e Paulo Portas ● O ministro dos Negócios Estrangeiros da Argentina, Carlos Ruckauf, é alvo de uma queixa por envolvimento no desaparecimento de 14 trabalhadores durante a ditadura militar na década de 70.

31 Quinta-feira

A CGTP e a UGT anunciam uma greve nacional da função pública para dia 14 de Novembro ● O ministro da Administração Interna, Figueiredo Lopes, anuncia cortes orçamentais nos serviços de bombeiros e da protecção civil ● Aumenta o preço da gasolina e do gasóleo ● Um sismo de forte intensidade faz-se sentir no centro de Itália causando 29 mortos ● O governo da Zâmbia recusa a proposta dos EUA de ajuda alimentar com milho geneticamente modificado.

1 Sexta-feira

O Orçamento de Estado para a Educação é apresentado na Assembleia da República; o ministro Pedro Lynce anuncia cortes no financiamento às universidades e restantes sectores do ensino ● O Grupo Mello candidata-se à construção de mais dez hospitais ● O Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos critica o perdão aos juros das dívidas fiscais por parte do governo ● Washington reconhece que o exército dos EUA fez ensaios com gás sarin numa reserva florestal no Hawaii em 1967.

2 Sábado

Sob o lema «Transformar é Possível» arranca o 7.º Congresso da JCP em Setúbal com a participação de 763 delegados, centenas de convidados e a participação de 27 delegações internacionais ● O Presidente da República, Jorge Sampaio, no decorrer da presidência aberta no Distrito da Guarda, alerta que quase não existem profissionais de pediatria na região ● Dá-se um motim numa prisão em Marrocos contra a sobrelotação das prisões causando 50 mortos entre os presos.

3 Domingo

Carlos Carvalhas interveio no encerramento do 7.º Congresso da JCP ● Toma posse o novo ministro da Defesa, almirante Mendes Cabeçadas ● Na Irlanda do Norte um jovem católico é brutalmente crucificado perto de um bairro protestante em Belfast ● O exército russo lança nova ofensiva militar em larga escala na Tchetchenia. ● Nas eleições para o parlamento da Turquia o partido islâmico mais moderado alcança maioria absoluta.

4 Segunda-feira

Milhares de estudantes universitários manifestam-se pelas ruas de Coimbra contra a política orçamental do Governo para a educação ● O Sindicato dos CTT apresenta uma queixa crime contra a ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, por afirmar que os trabalhadores «deviam ir presos» ● Amnistia Internacional apresenta provas dos crimes praticados pelo exército de Israel na Cisjordânia. ● Em Israel o Partido trabalhista anuncia abandonar a coligação do governo de Sharon ● Hayder, líder da extrema-direita austríaca, visita o Iraque e assina contratos de comércio com o regime iraquiano.

5 Terça-feira

É apresentado o livro «Vasco Gonçalves, um General na revolução» de Maria Manuela Cruzeiro no Centro de Documentação 25 de Abril ● 38 praças da GNR são ouvidos no Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa sob a acusação de corrupção activa ● Em Coimbra os estudantes saem à rua em protesto pelo segundo dia consecutivo ● Demite-se o director dos serviços prisionais ● No Brasil, líderes locais e regionais dos Sem Terra iniciam encontro para tomarem posição face ao novo governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

6 Quarta-feira

Em conferência de imprensa o PCP exige que seja clarificada a possível gestão política das detenções dos agentes da Brigada de Trânsito da GNR ● Sindicato da GNR acusa o comando de «lavar as mãos» nos processos de corrupção ● FENPROF junta-se à Federação Nacional dos professores e adere à greve para o próximo dia 14 ● Estádio de Alvalade começa a ser demolido ● Os EUA anunciam terem atacado e bombardeado a República do Iémen numa operação coordenada pela CIA.

Aconteceu

PJ detém cerca de 40 agentes da BT

A Polícia Judiciária deteve, terça-feira, cerca de 40 agentes da Brigada de Trânsito da Guarda Nacional Republicana. Entre os detidos encontram-se graduados, como cabos e sargentos, não só da Brigada de Trânsito mas também dos destacamentos territoriais da GNR, de acordo com o comandante Rui Tomás.

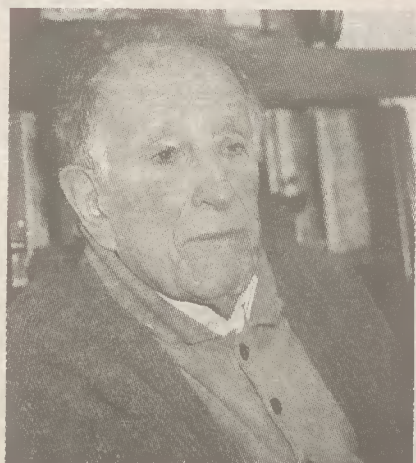
A PJ já tinha avisado de que ia «apertar o cerco» aos agentes incumpridores. Tudo começou em Abril, com a detenção de oito elementos da BT de Albufeira. Em Outubro, foram detidos mais 10 agentes da BT. A operação foi efectuada na região da Grande Lisboa, com mais de 40 detidos por alegados crimes de corrupção activa e passiva, extorsão e abuso de poder. Alguns jornais referem que as suspeitas de corrupção incidem sobre centenas de guardas.

Livro sobre Vasco Gonçalves

«Vasco Gonçalves - Um General na Revolução», um Abril, pretende ultrapassar as «imagens estereoti-

corre o risco de se reduzir a imagens estereotipadas, simplistas e reducionistas», escreve a investigadora Manuela Cruzeiro no prefácio, recordando que o antigo primeiro-ministro é o «rosto da Revolução» para os admiradores, enquanto os inimigos o encaram como «visionário delirante».

Depois de publicar o livro «Costa Gomes - O Último Marechal», segue-se agora a obra sobre Vasco Gonçalves, o militar do MFA que chefiou quatro dos seis governos provisórios durante o processo revolucionário.



livro-entrevista da autoria de Maria Manuela Cruzeiro, foi lançado esta terça-feira.

A obra, sobre o papel de Vasco Gonçalves no 25 de

padras» do primeiro governante português a quem o povo chamou «companheiro e camarada». «A personalidade única de Vasco Gonçalves

Pyongyang reivindica direito a armas nucleares

A Coreia do Norte tem o direito de desenvolver armas nucleares e outras armas de destruição maciça devido às ameaças norte-americanas à sua soberania, afirmou na passada semana o embaixador norte-coreano em Moscovo.

«Dissemos, sem ambiguidade, ao emissário presidencial norte-americano, que, confrontados com a ameaça nuclear da parte dos Estados Unidos da América, tínhamos o direito de possuir, não apenas armas nucleares mas até armas mais poderosas, para defender a nossa soberania e o nosso direito à sobrevivência», acrescentou o embaixador Pak Ui Chun.

O diplomata rejeitou as acusações dos EUA, segundo as quais Pyongyang teria violado um acordo que estabelece a península coreana como zona des-



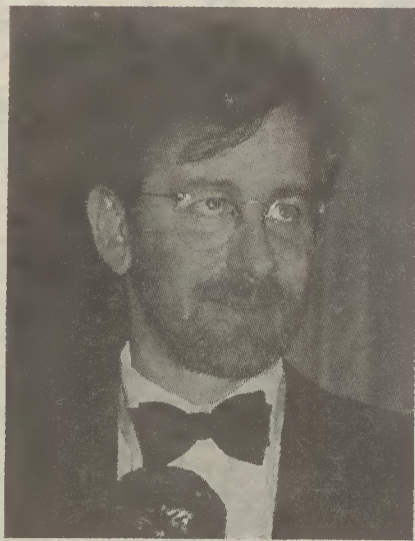
nuclearizada. A inclusão, pela administração de George W. Bush, da Coreia do Norte no «eixo do mal» e na lista de países que podem ser alvo de ataques nucleares preventivos, é «uma declaração de guerra contra a Coreia do Norte e torna nula e sem valor a declaração conjunta norte-americano-coreana e o acordo-quadro sobre o estatuto desnuclearizado da península coreana», sublinhou.

Spielberg contra embargo

De visita a Cuba, o realizador norte-americano Steven Spielberg pronunciou-se contra o embargo norte-americano, que dura há 40 anos, e apelou a uma normalização das relações entre os dois países. «Espero que a minha visita, como de outros embaixadores da cultura, seja

interpretada como um sinal muito claro de que queremos troca de experiência entre as comunidades artísticas de Cuba e dos Estados Unidos», afirmou, segunda-feira, o realizador numa conferência de imprensa em Havana, onde está a assistir a uma retrospectiva dos

seus filmes. O cineasta norte-americano defende que o embargo contra Cuba «deve ser completamente eliminado», pois é «absurdo que se tenha relações comerciais com a Coreia do Norte e com a China» mas não com a ilha presidida por Fidel Castro.



Lei contra liberdade de imprensa na Rússia

A Duma, câmara baixa do parlamento russo, aprovou, na passada semana, limitações à liberdade de imprensa durante a cobertura de operações anti-terroristas. Os deputados aprovaram

a proibição de divulgação de informações «que revelem os métodos técnicos especiais e táticas de uma operação» das forças de segurança russas contra terroristas, com 231

votos a favor contra 106 contra. A comunicação social russa fica impedida de difundir opiniões de pessoas que se manifestem contra acções antiterroristas, nem podem revelar dados

pessoais sobre os homens envolvidos neste tipo de acções, sem o seu consentimento. A Duma aprovou também emendas sobre segredos de Estado, informações de armamento,

munições e explosivos e sobre o culto à violência e crueldade. A lei prevê que a sanção fique apenas por um «cartão amarelo», ou que determine o encerramento definitivo do órgão de informação.

Crónica Internacional

• Jorge Cadima

Crise de sobreprodução

A crise económica é uma realidade em todo o mundo capitalista. Ainda há bem pouco tempo, a comunicação social estava cheia de hosanas à «Nova Economia», uma expressão que (mais uma vez) procurava vender a ideia de que o capitalismo teria finalmente alcançado um crescimento permanente, sem recessões. A galinha responsável por esses ovos de ouro seria a revolução tecnológica. Mas a euforia dos anos 90 esmoreceu. Aquilo que a revista britânica *The Economist* (7.9.02) classifica como «talvez a maior bolha especulativa da História da América» nas bolsas de valores, deu origem «ao maior estouro, com quase 7 triliões de dólares apagados do valor das acções desde o princípio do ano 2000 – mais, como percentagem do PIB, do que após o crash de 1929».

Porquê o fulgurante Fim da Nova Economia? É interessante ler e ouvir o que dizem os próprios porta-vozes do sistema capitalista. As suas explicações apontam como causa de fundo uma clássica crise de sobreprodução, daquelas que Marx analisou e caracterizou como inseparáveis do sistema capitalista. Crise que começou precisamente nos sectores que se apontavam como a galinha dos ovos de ouro: as novas tecnologias. Em Fevereiro, o presidente do Banco Central (Reserva Federal) dos EUA, Alan Greenspan, falando perante o Congresso, afirmava: «O brusco aumento em despesas com alta tecnologia, ocorrida nos primeiros meses do ano 2000, era claramente insustentável. A procura de muitas das mais recentes tecnologias crescia rapidamente, mas a oferta crescia ainda mais rapidamente, e esse desequilíbrio exerceu uma forte pressão descendente sobre

As bolsas estão repletas de boatos sobre falências iminentes

os preços e lucros dos produtores de bens e serviços de alta tecnologia.» O *Washington Post* (25.8.02) afirma que o «excesso de capacidade» (a sobreprodução) «pode ser encontrada hoje numa vasta gama [de actividades]: agricultura, automóveis, publicidade, indústria química, produção de computadores e respectivos programas, serviços de consultoria e financeiros, produtos florestais, mobiliário, indústria mineira, vendas a retalho, aço, têxteis, telecomunicações, camionagem e produção de electricidade, para referir apenas alguns.[...] Nadando em dinheiro que Wall Street tornou disponível, empresas de todo o tipo correram para expandir a sua capacidade [produtiva]». O resultado é descrito pelo *Wall Street Journal* (16.10.02): «O investimento em novos equipamentos, software e edifícios diminuiu 5% o ano passado, e encaminha-se para um novo decréscimo análogo este ano. Esta quebra reflecte muitas coisas [...]. Mas há um problema fundamental: o excesso de capacidade. [...] Em Setembro, 41,7% das empresas manufactureiras dos EUA produziam a menos de 75% da sua capacidade, muito mais do que três meses antes». Mas essas reduções não são suficientes, segundo o *Economist* (12.10.02): «O mundo está ainda submergido num excesso de capacidade [produtiva], em sectores que vão das telecomunicações, aos automóveis, aviação e banca.» E por isso, a crise tende a agravar-se. Os despedimentos em massa multiplicam-se e as bolsas estão repletas de boatos sobre falências iminentes de grandes empresas e bancos.

Agora sucedem-se os alertas para um novo perigo: a deflação. «Se a deflação reflecte uma quebra na procura e um excesso de capacidade [produtiva], pode ser perigosa, como o foi nos anos 30, desencadeando uma espiral decrescente na procura e nos preços.[...] A deflação é particularmente perigosa quando uma economia está submergida em dívidas. O total de dívidas do sector privado é hoje muito maior do que quando se viveu pela última vez em deflação, nos anos 30.[...] Incapazes de aumentar os preços para aumentar os lucros, as empresas têm de reduzir custos, quer os custos do trabalho – e portanto os rendimentos das famílias – quer diminuindo as compras a outras empresas. Isto faz sentido para uma empresa individual, mas reduz a procura global na economia, impedindo o desejado aumento de lucros e conduzindo a um novo ciclo de cortes que provoca uma nova pressão descendente sobre os preços. [...] O sector empresarial da América está já em deflação» (*Economist*, 12.10.02).

Quando muitos que se reclamam de esquerda decretaram o Fim do Marxismo em proveito de «pós-modernices» de vária índole, não deixa de ser curioso ver os bastiões do sistema capitalista a fazer recurso ao «baú» dos conceitos marxistas para explicar os «novos/velhos» males que o afligem neste século XXI. Cabe-nos a nós assegurar a verdadeira solução para esses males: a eliminação da sua causa de fundo, o capitalismo.

Editorial

TAREFAS DOS COMUNISTAS

A impressionante jornada de luta promovida pela CGTP no passado dia 30 foi concludente em matéria de confirmação da disponibilidade dos trabalhadores para a luta contra a política do Governo Barroso/Portas e em defesa dos seus interesses e direitos. Confrontado com factos concretos e incontestáveis como dezenas de milhar de trabalhadores manifestando-se, com determinação, em 22 cidades do continente e das ilhas e centenas de plénários, greves e paralisações envolvendo um número superior ao dos manifestantes, jurava o ministro Bagão Félix, no final desse mesmo dia 30: «Não vejo essa contestação. O que vejo é megafones e holofotes» – e adornava a jura com aquele esgar que lhe é característico e a que os incautos chamam sorriso.

Pode o ministro fingir que não viu o que viu e dizer ter visto o que não viu; pode o ministro simular que

jornada do passado dia 30. E muito menos logrará impedir a continuação, o alargamento e a intensificação dessa luta que os trabalhadores sabem indispensável à defesa dos seus interesses – luta que, como foi claramente expresso, assumirá as formas adequadas à gravidade da situação criada pela política de direita, luta para a qual os trabalhadores ficaram ainda mais mobilizados, luta que terá expressão concreta na acção de massas do próximo dia 30, tendo no horizonte próximo a concretização da Greve Geral.

É neste cenário de importantes e intensas lutas sociais, para o êxito das quais os comunistas tiveram, como sempre tem acontecido, um papel determinante, que o PCP prossegue a sua acção e intervenção nas diferentes áreas da vida nacional.

É sabido que a acção do Partido, privilegiando o desenvolvimento das lutas de massas, intervindo para assegurar o carácter unitário dessas acções e dinamizando o trabalho e a iniciativa unitárias, não pode nem deve limitar-se a isso. É pela intervenção política própria do Partido – com as suas propostas, o seu projecto, os seus contributos para a resolução dos problemas nacionais, afirmando-se como Partido da classe operária e de todos os trabalhadores mas assumindo-se, igualmente, como defensor de todas as camadas vítimas da política de direita – que o Partido criará as condições para alargar a sua influência e reforçar a sua expressão social, eleitoral e política. Por isso, são muitas e muito diversificadas as tarefas que o dia-a-dia coloca aos comunistas. Tarefas que, como se sabe, não dispensam, antes exigem, a constante preocupação com a aplicação de medidas tendentes ao reforço orgânico do Partido, ao recrutamento de novos militantes, à permanente consolidação da ligação do Partido aos trabalhadores e às populações.

A iniciativa «Em movimento, por um Portugal com futuro», decidida pela Conferência Nacional do Partido em Junho passado, é um exemplo concreto dessa necessidade de intervenção política própria do Partido. Como assinalou o Secretário-Geral do Partido, Carlos Carvalhas, na sessão de lançamento realizada há uma semana, trata-se da realização de um conjunto de iniciativas de esclarecimento, debate e mobilização sobre diferentes problemas e questões da realidade nacional. Tendo como sentido e preocupação geral resistir à política de direita e afirmar, e demonstrar, que os problemas com que o povo português e Portugal se confrontam têm solução, a acção «Em Movimento, por um Portugal com futuro» constitui uma intervenção de protesto e de proposta, de crítica aos malefícios da política de direita e de proposta de uma política alternativa. Trata-se, ao fim e ao cabo, de uma iniciativa que visa afirmar e demonstrar que é possível um país mais desenvolvido e mais justo – e que esse objectivo passa por uma política alternativa, por uma política de esquerda que tenha como preocupação essencial a defesa dos interesses da maioria dos portugueses – os trabalhadores, os reformados e pensionistas, as jovens, as mulheres, os micro, pequenos e médios empresários, enfim todos os que constituem alvos preferenciais dos ataques da política de direita.

“Num cenário de intensas lutas sociais, o PCP prossegue a sua intervenção nas diferentes áreas da vida nacional”

os gritos «Bagão, Portas e Durão são governo do patrão», ou «Pacote Laboral só interessa ao capital», entoados por dezenas de milhar de vozes conscientes não passavam de um simples e inofensivo megafone; pode o ministro assobiar para o ar e fugir à visão das greves e paralisações nas repartições de finanças, nas escolas básicas e secundárias e nos jardins de infância, nos Transportes Sul do Tejo, na STCP do Porto, na CP, na Refer, no sector do calçado, das bebidas, da celulose, da cerâmica, das indústrias eléctricas, na têxtil, etc. – nada disso anula a realidade que foi a poderosa jornada de luta do passado dia 30.

Se quiser, pode ainda o ministro continuar a esconder por detrás de um falso sorriso o desprezo a que vota os direitos de quem trabalha e vive do seu trabalho; pode o ministro, vestido com uma capa de preocupações sociais, prosseguir a sua tarefa de, ao serviço dos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros, procurar submeter os trabalhadores a um pacote laboral que constitui um autêntico acto de terrorismo contra direitos conquistados através da luta; pode o ministro, em consonância com o seu Primeiro e com os restantes colegas, continuar a declarar *avançado, moderno e democrático* o conteúdo retrógrado e reaccionário de uma política que a vida demonstrou ser isso mesmo: retrógrada e reaccionária e, portanto, contrária aos interesses da maioria dos portugueses e da democracia – nada disso logrará ocultar a vontade e a disposição de luta evidenciadas na

Actual

Porque é diabo

● José Casanova

Uma das cláusulas do *Tratado de 1972 sobre armamento biológico* proíbe os países signatários de «produzir ou desenvolver armas, equipamento ou formas de distribuir agentes ou toxinas com fins hostis ou em conflitos armados». Outra cláusula do dito tratado obriga os ditos países a fazer «declarações anuais sobre os seus programas de biodefesa».

Ora, segundo um professor de Segurança Internacional da Universidade de Bradford e um microbiólogo da Universidade da Califórnia, citados pelo *Público*, os Estados Unidos da América – país signatário do tratado de 1972 – não só mantêm um «profundo sigilo sobre as suas experiências no fabrico de armas químicas e biológicas» como escondem as informações sobre o que nessa matéria estão a fazer e recusam as inspecções. Acresce que, dizem os referidos professores, os EUA (com o «auxílio das forças militares de Londres») estão, de facto, «a desenvolver um tipo de bombas de

fragmentação biológica, bem como armas de antraz não-letais para serem usadas contra multidões hostis» e, ainda, outras armas igualmente «não-letais semelhantes às utilizadas pelas forças russas contra os guerrilheiros tchetchenos, que incluem agentes calmantes». (hã-de ter sido estes calmantes não-letais que provocaram a morte de mais de uma centena de pessoas, há uma semana, num teatro de Moscovo).

Entretanto, como todo o mundo sabe, suspeita o presidente Bush que o Iraque está a produzir «armas biológicas». E, preocupado com a sorte da Humanidade, decretou que, ou Saddam aceitava os investigadores ou os EUA bombardeavam o país e o povo iraquianos.

Deixemos para outra altura a evolução das consequências deste decreto e imaginemos um cenário em que o Ira-

que de Saddam dispusesse da força e do poder de que dispõem os Estados Unidos de Bush. Perante a acusação dos acima referidos professores, Saddam exigiria de imediato que inspetores da ONU investigassem se sim ou não os EUA estão a fabricar as armas biológicas e, caso Bush não acatasse a exigência, Nova Iorque, Washington e etc., seriam bombardeadas de imediato e centenas de milhar de pessoas seriam mortas.

Mas isto é um «supô-nhamos»... que serve apenas para lembrar a quem não quer ser lembrado que isto é apenas uma questão de poder... pelo que, entre as bombas boas, democráticas e pacíficas do Império do Bem e as bombas más, antidemocráticas e bárbaras do Império do Mal venha o diabo e escolha. Com a certeza de que o diabo optará pelas primeiras. Porque é diabo.



O caso da direita contra a PJ

● Carlos Gonçalves

Está a decorrer a Comissão de Inquérito Parlamentar aos actos do Governo que levaram à demissão, já em Agosto, de dois Directores Nacionais Adjuntos da Polícia Judiciária, nomeados três meses antes, e à estratégia do Governo no combate ao crime económico.

Esta crise da Direcção da PJ tem já uma história rica de golpes baixos e conspirações. Relevam-se apenas alguns factos e reflexões.

Desde logo, a maioria de direita, não podendo proibir o inquérito potestativo, nem o seu objecto, decididos por 50 deputados de toda a oposição, tentou e tenta esvaziá-lo, impedindo a audição do fiscalista Sanches, de muitos altos funcionários da PJ e outras testemunhas e o acesso à estatística operacional.

O Governo PSD-PP demonstra assim que, em defesa dos seus interesses, não hesita em afrontar o funcionamento das instituições. Aliás ouviu-se a Mota Amaral uma certa «incomodidade» que levou à «moderação», apenas formal, do vezo autoritário.

E prossegue o golpe da ministra Cardona para instrumentalizar a PJ, conforme os estritos critérios partidários do «caso Moderna» e numa óptica de classe, em conflito com a independência da investigação e acção penal e da Justiça.

Somam-se as demissões e reformas forçadas de investiga-

dores, os magistrados e inspectores «emprateirados», saneados e preteridos por «envolvimento» na investigação das várias «Modernas», escasseiam meios para a investigação do crime sofisticado e reduzem-se gravemente os índices de eficácia da PJ.

Ao mesmo tempo desenvolve-se a campanha da herdeira de PPortas no «Independente» contra as «escutas» legais no combate ao crime sofisticado e o ataque de certos interesses aos instrumentos processuais contra o crime de «colarinho branco».

Vale tudo da ministra Cardona e da direita em defesa de PPortas e do seu projecto de poder. No 1.º dia do inquérito ficaram indiciadas: incompetência e desprezo pela Lei, conivência com o grande crime económico, conspiração contra o exercício da Justiça, corrupção de meios do Estado em benefício ao «grupo no poder» e gestão partidária da acção da PJ. A estes senhores

não restam escrúpulos nem sentido de Estado e mesmo o bom senso vai rareando.

PPortas, Cardona e seus acólitos no Governo significam a desestabilização continuada do próprio regime democrático. É elementar demiti-los e encerrar este «caso» da direita contra a PJ.

O resto é outro «caso de polícia».



Demissões

● Anabela Fino

A campanha eleitoral, se bem estamos recordados, foi dominada pela questão da segurança, ou melhor dizendo, pela falta dela. Não houve dia nenhum em que os partidos da direita, com especial destaque para o CDS/PP, não viessem a terreiro agitar o fantasma da instabilidade, garantir que os portugueses viviam com medo de sair à rua – em particular as mulheres, as crianças e os velhinhos, sempre muitos lembrados nestas ocasiões –, exigir um polícia em cada esquina e reclamar mão pesada para os infractores da lei e da ordem.

Muito convenientemente, nesses dias de indignada intervenção sucederam-se as notícias de roubos, assaltos e outros actos de violência, prova provada da justiça dos discursos. A coisa assumiu tais proporções que os tablói-

des do género chegaram a temer a concorrência, mas como se veio a verificar não era caso para tanto. Passadas as eleições, qual passe de mágica, a insegurança tal como chegou partiu, e nunca mais se ouviu falar do assunto. À frente da pasta da Justiça estava Celeste Cardona, o País já podia dormir descansado.

Estava o povo neste remanso, com a criminalidade de novo remetida para os *faits divers*, eis senão quando começam a surgir notícias preocupantes de demissões em catadupa, todas relacionadas com a acção da Justiça. O curioso destas demissões está no facto de envolverem pessoas com provas dadas e resultados concretos no combate ao crime organizado, o que não impediu a ministra de lhes manifestar de vasta e variada

forma o seu desagrado, quiçá mesmo a tão em moda perda de confiança política.

O caso mais recente é o de João Figueiredo, director-geral dos Serviços Prisionais, que apresentou a sua demissão na segunda-feira. Segundo parece, o demissionário, entre outras coisas, cansou-se de esperar o necessário debate de um relatório sobre a complexa situação que se vive nas prisões, entregue à tutela em Abril, e que pela sua gravidade exigia medidas de urgência. A ministra, que no início do mandato anunciou a reforma das prisões como uma das suas prioridades, não só não encontrou tempo na sua agenda para receber o director-geral dos Serviços Prisionais como fez saber, na semana passada, no debate parlamentar sobre o orçamento do seu Ministério, que afinal a reforma «urgente» está congelada por falta de verba.

Enquanto a ministra colecciona demissões, a segurança pode esperar. O crime organizado agradece.



Frases

“Uma operação “mãos limpas” às privatizações não deixaria de pé muitos grandes senhores do dinheiro, que sempre confundiram a pátria com a sua barriga e Portugal com a sua carteira.”

(Carlos Carvalho, Público, 04.11.02)

“Não existe Estado soberano sem o domínio nacional das empresas e infra-estruturas de valor estratégico.”

(Carlos Carvalho, Diário de Notícias, 04.11.02)

“Com as privatizações das empresas básicas e estratégicas, assim como das infra-estruturas públicas (...) Portugal corre sérios riscos de perder alavancas fundamentais da economia para o controlo estrangeiro.”

(Idem, ibidem)

“Gostaria de ver o PS mais preocupado com a discussão das ideias e menos afadigado com a discussão de lugares.”

(Mário Soares, Público, 04.11.02)

“[O projecto do Código de Trabalho é um] reforço dos poderes do empregador [e uma] acentuação de um ambiente de medo, em vez de promoção de um ambiente de motivação.”

(Mota da Silva, ex-inspector-geral do Trabalho, idem)

“Sampaio não é, definitivamente, um apreciador do estilo Mário Soares. Se o antigo presidente não perdia uma Presidência Aberta para mostrar as fragilidades nacionais e afinetar o governo de Cavaco Silva, o actual, por muito que isso irrite os camaradas, prefere colaborar em soluções, apontar caminhos, trabalhar consensos.”

(João Marcelino, Correio da Manhã, 03.11.02)

“Para lá das deficiências estruturais que a escola [das vítimas do terramoto de San Giuliano di Puglia] já tinha (...) nos trabalhos mais recentes de remodelação foi colocado cimento a mais no tecto e ferro a menos nas estruturas. Este é um dos crimes habituais em todo o Sul de Itália.”

(Eduardo Dâmaso, Público, 04.11.02)

“Este é o destino da Itália pobre: a morte para os desprotegidos e inocentes, a benção salvífica por via legislativa para os poderosos.”

(Idem, ibidem)

“[O Governo] promete vigiar e punir os que não pagam impostos, coisa que os assalariados (os da retenção na fonte) agradeceriam, mas lança uma amnistia, isentando de moras e multas os que só agora decidirem pagar.”

(António Matos, A Capital, 03.11.02)

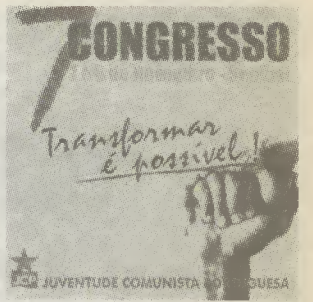
“Ainda alguém continuará a acreditar nos apelos da ministra [das Finanças] ao rigor e justiça fiscal? Ainda haverá quem leve minimamente a sério as promessas, nunca concretizadas, de combate à fraude e evasão fiscal? Duvida-se.”

(José António Lima, Expresso, 01.11.02)

“O futebol tem vivido de excepções que vão permitindo a sobrevivência da regra, que é a impunidade.”

(Eduardo Dâmaso, Público, 03.11.02)

- Isabel Araújo Branco e Luís Gomes texto
- Jorge Cabral fotos



«O congresso da JCP não tem elos mais fortes nem elos mais fracos»

7.º Congresso da JCP reúne 763 delegados e decide orientações para os próximos anos

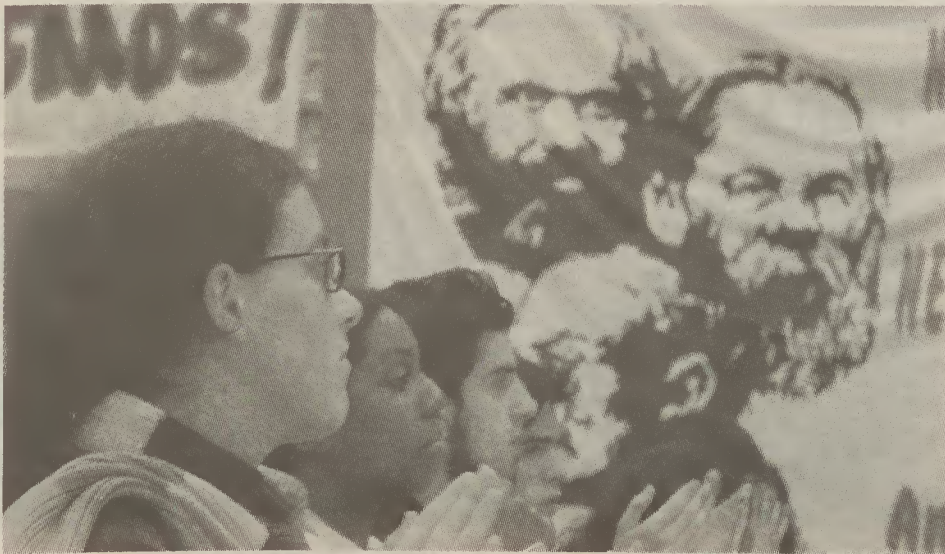
Defender o futuro

Ensino, emprego e habitação são as grandes preocupações dos militantes da JCP, reunidos em Congresso, no fim-de-semana. Outros temas foram abordados pelos jovens comunistas e várias as certezas saíram do encontro: é necessário prosseguir o reforço da organização e continuar a dar luta às políticas do Governo.

Os objectivos do 7.º congresso da JCP foram atingidos. Realizado no fim-de-semana no Pavilhão das Manteigadas, em Setúbal, a reunião magna dos jovens comunistas conseguiu aprofundar a análise política, reforçar a organização, envolver os militantes na sua preparação e afirmar o ideal comunista. Esta análise foi feita por Joel Vasconcelos, membro da nova direcção eleita, numa intervenção no final do congresso.

No decorrer dos seis meses de preparação, foram recrutados cerca de 1500 novos militantes e criados novos colectivos em todo o País. Como sublinhou Joel

Vasconcelos, estes resultados foram conseguidos graças ao esforço militante de inúmeros jovens, com base



no esclarecimento, na informação e no combate diário nos meios em que se integram, nas escolas, nos empregos e nas suas próprias terras.

No entanto, «o congresso não termina hoje. Temos agora a tarefa de concretizar o projecto aprovado». Ou seja, reforçar a organização, aumentar a intervenção e dar luta a todas as políticas que prejudiquem directa ou indirectamente os jovens portugueses. «Só com mais intervenção conseguimos

reforçar a JCP e só reforçando a JCP reforçamos o PCP», afirmou Joel Vasconcelos. Para isso é preciso recrutar mais militantes e responsabilizá-los com novas tarefas.

Sem elos mais fracos

Como referiu este dirigente, o congresso da JCP tem «um modelo diferente do do marketing político, sem elos mais fortes ou elos mais fra-

cos, com a participação de todos os militantes, estudantes e trabalhadores, de forma exemplificativa da democracia participativa».

Isso ficou patente nos dois dias de discussão que reuniram 763 delegados. Destes, 66 por cento são do sexo masculino e 33 por cento do sexo feminino. Do total, 22 por cento são trabalhadores, 38 por cento estudam no ensino secundário, 36 por cento frequentam o ensino superior e 4 por cento são trabalhadores-estudantes. A média de idades dos delegados é de 18,5 anos.

Para além de representarem todos os militantes da JCP, coube aos delegados aprovar a resolução política que orientará a acção da organização nos próximos anos, bem como a nova direcção nacional. A resolução foi aprovada por maioria, com três votos contra e 50 abstenções. A direcção — composta por 88 membros — foi eleita com três votos contra e 31 abstenções.

Os delegados aprovaram também moções sobre a luta dos estudantes, em defesa da paz no mundo, contra o pacote laboral e sobre o 23.º aniversário da JCP.

O congresso contou ainda com a participação de 27 delegações estrangeiras: Colectivos de Jovens Comunistas (Catalunha, Espanha), EDON (Chipre), Federação Mundial das Juventudes Democráticas, Fretilin (Timor), Galiza Nova (Espanha), Giovani Comunisti (Itália), União Geral dos Estudantes do Iraque, Juventude Comunista da Colômbia, Juventude do MPLA (Angola), Juventude Comunista Revolucionária da Suécia, Juventude da Esquerda da Suécia, Juventude do Partido Comunista da República Checa, Juventude Comunista Grega, Juventude Comunista na Dinamarca, Liga da Juventude Comunista da Grã-Bretanha, Liga da Juventude Comunista das Maurícias, Liga da Juventude Comunista dos EUA, Movimento dos Jovens Comunistas Franceses, SDAJ (Alemanha), União da Juventude Comunista de Espanha, União da Juventude Democrática da Síria, União da Juventude Socialista, União da Juventude Socialista da Bulgária, União dos Jovens Comunistas de Cuba, União Geral dos Estudantes da Palestina e União Nacional da Juventude Argelina.

«Governo ou muda ou vai-se embora»

«O Governo tem dois caminhos: ou muda ou vai-se embora», afirmou um delegado da organização regional do Porto, no primeiro dia dos trabalhos, sintetizando grande parte das intervenções dos participantes. De facto, o executivo do PSD/CDS-PP foi o principal alvo dos jovens comunistas devido às suas políticas nas áreas da educação, trabalho, habitação e saúde, entre outras.

Todos os delegados que abordaram o Código do Trabalho falaram nas intenções do Governo e no papel insubstituível da JCP e do PCP. Miguel Madeira, membro da Direcção Nacional da JCP, acusou o executivo de «favorecer o patronato e os interesses instalados contra os trabalhadores».

«Quando o PSD ganhou, o grande capital pensou: «Agora é que é!» Esta é a ofensiva ideológica e de classe mais grave desde o 25 de Abril. O pacote laboral é uma declaração de guerra aos trabalhadores e aos seus direitos, apresentando-os como uns mandriões e apontando-os como responsáveis pela regressão da economia portuguesa», sustentou.

«E o fim do aparelho produtivo? E a falta de formação profissional? E os acidentes de trabalho? E o trabalho infantil?», questionou Miguel Madeira. «O pacote laboral representa um retrocesso claro para as condições de vida dos jovens e para as suas aspirações. Seremos jovens do

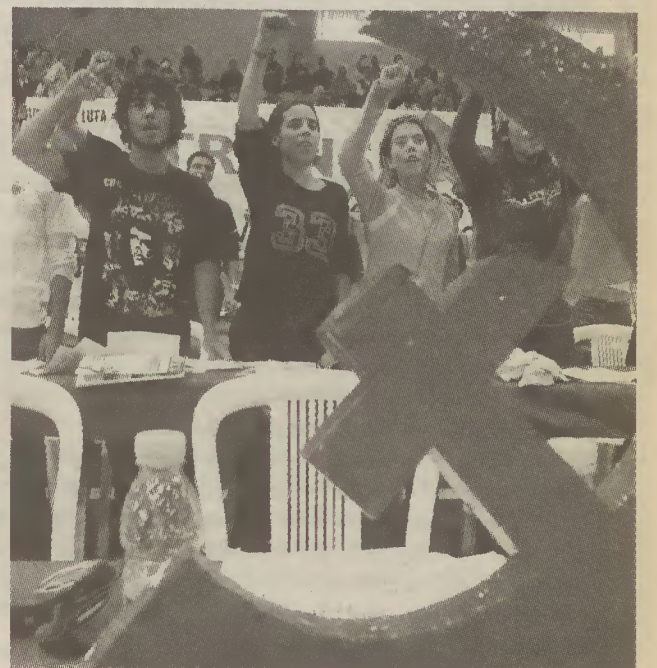
século XXI com condições do século XIX? A resposta é a luta», afirmou.

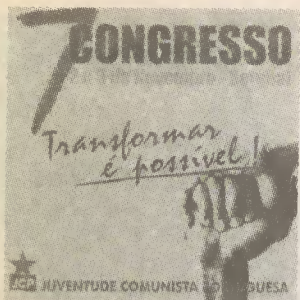
Educação para quem?

O Regime Jurídico para o Ensino Superior e Estatuto dos Alunos do Ensino Não Superior são actualmente as principais preocupações dos estudantes. Como referiu Tiago Vieira, membro da Coordenadora Nacional do Secundário da JCP, os alunos deste grau de ensino estão a atravessar um momento muito difícil, com o Ministério da Educação a tentar «fechar a parte dos jovens o acesso aos estudos».

«Com intenções elitistas, procura que as escolas sejam mais de alguns do que de todos, numa visão economicista em que o aluno serve para dar lucro e não para aprender. Dizem que não há dinheiro para melhorar as escolas ou para implementar a educação sexual, mas para os projectos megalómanos já há», protestou Tiago Vieira.

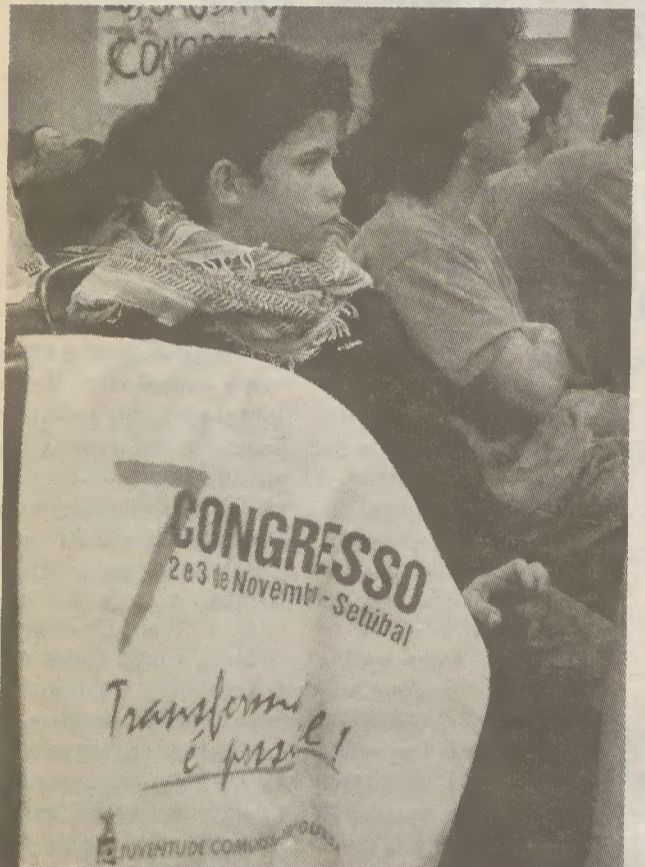
Inês Carvalho denunciou que os «estudantes do ensino superior são tratados como um negócio, segundo as leis do mercado, sem que haja preocupações com a qualidade». Nas universidades e politécnicos, as refeições sofreram aumentos médios de 9 por cento e as residências de 69 por cento.





A campanha ideológica e a experiência dos colectivos e das organizações foram largamente abordadas pelos delegados. E muitos foram os exemplos de crescimento partilhados.

«A Juventude é a chama acesa da revolução.» A frase de Lenine lia-se numa das muitas faixas que decoravam o Pavilhão das Manteigadas, durante os dois dias do Congresso da JCP. O vermelho imperava no ambiente, fosse nas bandeiras penduradas nas paredes, nos panos que caíam do tecto ou nas fotos que decoravam os painéis no fundo do pavilhão. Numa delas vários jovens segura-



Reforço da organização

«O povo está na rua à nossa espera»

vam bandeiras vermelhas contra um céu profundamente azul, como se empunhassem os seus ideais perante o mundo.

Foram muitos os delegados que falaram do trabalho desenvolvido pelas suas organizações, dando exemplos concretos do sucesso ou insucesso que pautaram as tarefas.

Os casos de êxito estiveram em maioria, como o crescimento do colectivo da Escola Secundária Severim Faria, de Évora, que passou de dois para 14 militantes num ano; a renovação da Direcção da Organização do Superior de Lisboa, com a descentralização das tarefas e o aumento das actividades regulares; o recrutamento de 239 militantes na região de Setúbal desde Janeiro; ou a formação de colectivos da JCP nas Faculdades de Medicina e do Desporto da Universidade de Coimbra, bem como no Instituto Superior de Engenharia e na Escola Superior Agrária daquela cidade.

Valério Fernandes, da Organização Regional da Madeira, explicou que o crescimento dos colectivos no arquipélago se deveu ao trabalho militante. «Só crescemos porque saímos à rua.

Hoje os jovens conhecem e respeitam a JCP, estão conosco, apesar da pressão anticomunista», afirmou, acrescentando que um dos 16 delegados da Madeira foi impedido pelos pais de se deslocar ao congresso por ser «uma iniciativa comunista».

Os grupos antiglobalização não podem substituir a luta diária

Gabriel Ramos, de Sobral da Adiça, em Beja, contou que o seu colectivo foi formado há sete meses e, com apenas duas semanas de existência, contava já com duas dezenas de militantes. «Temos de ir a todas as aldeias, mesmo que haja só um camarada. Na mais pequena freguesia há-de haver um comunista», afirmou.

O segredo das centenas de recrutamentos feitos nos últimos meses foi revelado por Pedro Silva, da Direcção da JCP: a ligação da organização à realidade e às massas. «A JCP transforma o concreto, com base no marxismo-leninismo, com milhars de jovens que não se vendem», declarou, sublinhando a importância da JCP no reforço do PCP.

«Move-nos a vontade de criar um mundo novo», assumiu Miguel Tiago, de Setúbal. «Para alguns essa ideia é antiquada, mas não deixa-

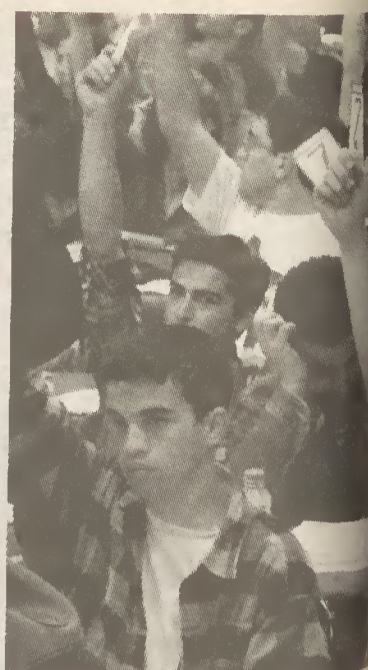
mos de militar em troca da dignidade do nosso ideal. Estamos de olhos abertos, atentos. Lutamos e construímos unidos, estando dentro e fora da organização com a mesma atitude, respeitando e exigindo ser respeitados como comunistas e como pessoas.»

«O povo está na rua à nossa espera. A JCP tem o futuro assegurado. Vamo-nos mostrar ao mundo», disse Gonçalo Cranja, de Évora.

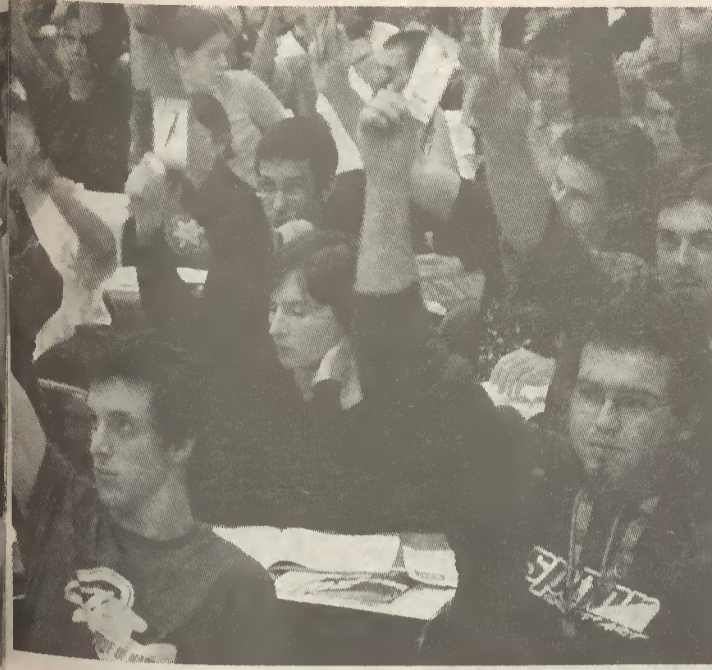
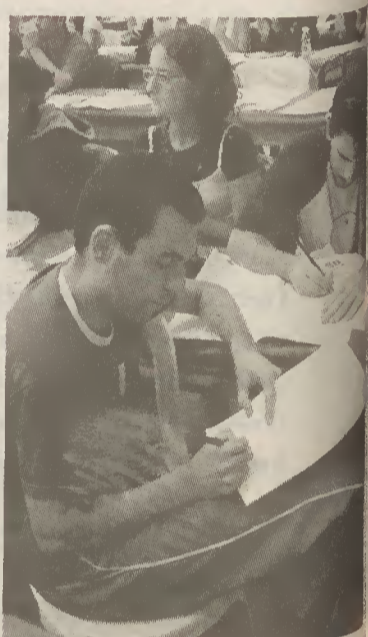
Ofensiva ideológica

«Os meios de comunicação social não estão conosco, por isso o papel da JCP é estar na rua a informar», defendeu João Pedro Figueiredo, de Odivelas. «O imperialismo redobrou a energia desde há dez anos, manipulando a opinião pública e fomentando o individualismo e a apatia para dominar mais facilmente», acrescentou. «Resultado disso são os fenómenos de extrema-direita na Europa. Procura-se descredibilizar a luta dos povos e classificar como terroristas os partidos comunistas e outros movimentos de esquerda.»

Mas outros perigos vão surgindo, nomeadamente com os movimentos anti-



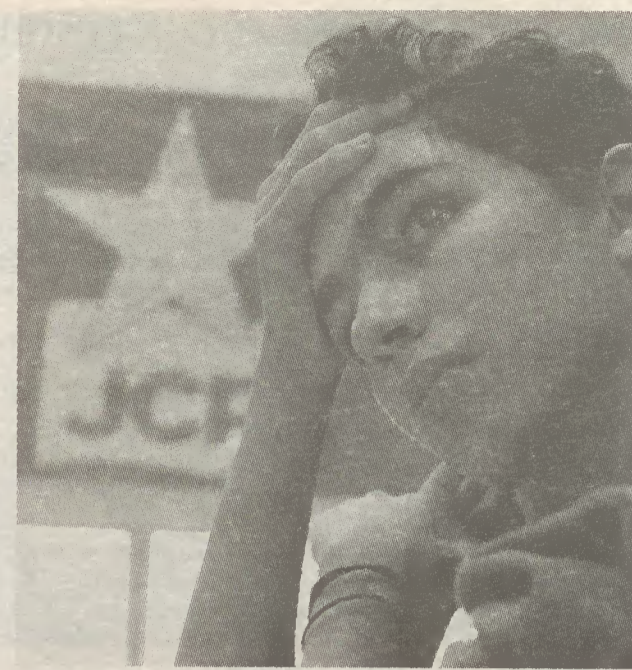
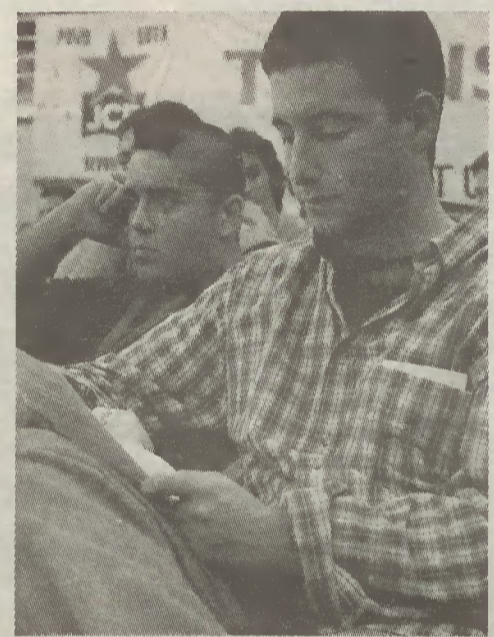
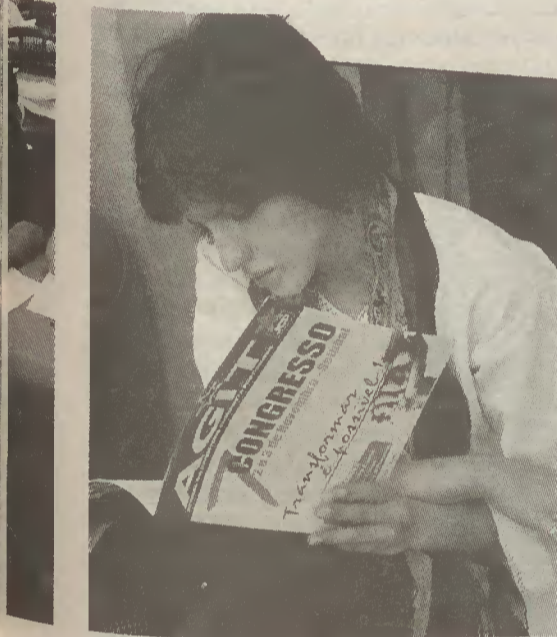
globalização. Como referiu João Calado, da Organização do Superior de Lisboa, lutando contra o racismo, a guerra ou o imperialismo, está uma amálgama de organizações com diversos métodos de intervenção, tornando-se espaços privile-



giados para a mediação de grupos anarquistas e trotskistas. «São movimentos tendencialmente anti-comunistas e anti-sindicatos, defendendo que as nossas ideias e formas de luta estão ultrapassadas. Mas

não podem substituir a luta diária organizada nos trabalhadores e dos estudantes nos seus locais de intervenção», explicitou. Para este militante comunista, «a luta não se limita a estes fóruns», marcados por

posições reformistas e com estruturas que funcionam de cima para baixo. «Estes movimentos valem pela troca de ideias e experiências, mas afirmando o respeito pela autonomia de cada organização», concluiu.



O marxismo-leninismo não é um chavão

«Temos plena consciência que não é fácil derrotar este sistema, mas consideramos que mais forte ainda é o nosso espírito revolucionário, é a força das nossas convicções e a vontade de edificar uma sociedade nova», afirmou Paulo Marques, membro da Direcção Nacional da JCP, na tarde de domingo.

«O projecto comunista não é algo teórico e vago, é antes a estreita ligação entre a teoria e a prática. Não se limita a uma interpretação da História, mas, antes a forma como queremos e vamos transformá-la», referiu o dirigente, acrescentando que «apenas aplicando a teoria ela se torna consequente, apenas assim ela própria faz sentido.»

«O marxismo-leninismo não pode ser encarado como um chavão, mas antes enquanto representação da necessidade real de acabar com as injustiças sociais e construir um mundo novo. Não basta dar vivas ao marxismo-leninismo, é preciso exercê-lo na prática. Se nos limitarmos a bater no peito e a nossa prática não corresponder, de nada vale afirmar que somos revolucionários. Pois

a transformação social faz-se com trabalho, organização e influência junto dos jovens», defendeu.

Paulo Marques, sustentando que «por muito que queiram a História não pára, não encalha», referiu que «a nossa luta está e ficará registada como a mais linda e grandiosa luta humana, a luta pela edificação de uma sociedade nova, o comunismo. Na História está registado o papel da JCP e do PCP.»

O jovem dirigente assegurou que «através da luta a consciência de classe aumenta» e afirmou que o desenvolvimento criativo do centralismo democrático permite ter uma acção consequente.

«É através dele que conseguimos valorizar a opinião de todos, como o exemplo da discussão que fizemos para a resolução política. Através dele temos uma verdadeira liberdade individual, pois a opinião de cada um conta e todos têm a hipótese de, através da discussão colectiva, adquirir mais elementos de análise», declarou.

A solidariedade do tamanho do mundo

Foram 27 as delegações internacionais que vieram prestar a sua solidariedade à luta do jovens comunistas portugueses. Pela troca de experiências, o reforço das convicções e a solidariedade manifesta, os delegados internacionais ao congresso da JCP saíram de Setúbal com a certeza reforçada de que a manutenção e firmeza dos nossos princípios são fundamentais para dar luta aos novos ataques do imperialismo. Obtivemos junto de alguns delegados estes significativos depoimentos:

Mehmet Somel

Juventude Comunista da Turquia
Mehmet notou que «os efeitos da União Europeia são os mesmos para os dois países. Ambos sofrem os mesmos ataques aos direitos das classes trabalhadoras e as posições da JCP sobre a NATO e os ataques norte-americanos ao Iraque são as posições do Partido Comunista da Turquia.»

No Partido Comunista da Turquia, a juventude não tem organização autónoma e está integrada no Partido.

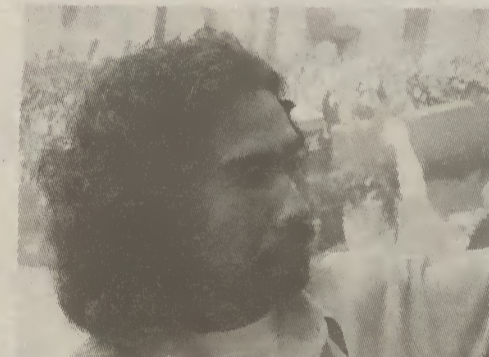
Somel diz que PCT foi ilegalizado há 8 anos e faz apenas um ano que podem lutar de forma aberta e legal. «Tentamos impedir a utilização do nosso território pelas forças da NATO e todo fazemos para tentar impedir a guerra contra o Iraque, como faz a JCP, usando a designação Partido do Poder Socialista. Foi um passo muito importante termos podido pela primeira vez concorrer às eleições do passado fim-de-semana.»

Juan Carlos Frometa

União da Juventude Comunista de Cuba
Juan Carlos considerou que os temas abordados foram-no de forma muito madura pelos delegados jovens e adolescentes.

«Para os jovens comunistas cubanos é muito importante estar aqui presente, pelo que representa a JCP, ponto de referência enquanto organização revolucionária e combativa.»

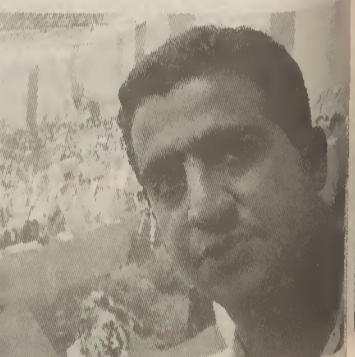
Reconhecendo o papel da JCP a nível internacional através



José Vicente



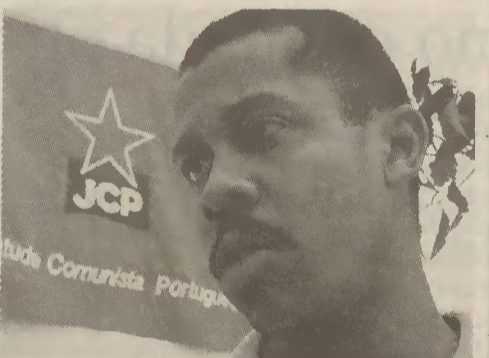
Khalil Alnajjar



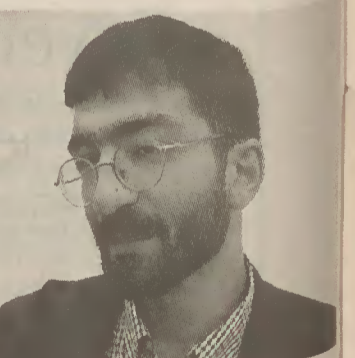
Wadson Ribeiro



Juan Carlos Vallamizar



Juan Carlos Frometa



Mehmet Somel

da solidariedade com a Palestina, a presença em Cuba, o apoio à Colômbia e toda a solidariedade que a JCP e o PCP têm manifestado, «era para a UJC de Cuba imprescindível a sua presença neste congresso».

Iraklis Tsavaridis

Presidente da Federação Mundial das Juventudes Democráticas (FMJD)

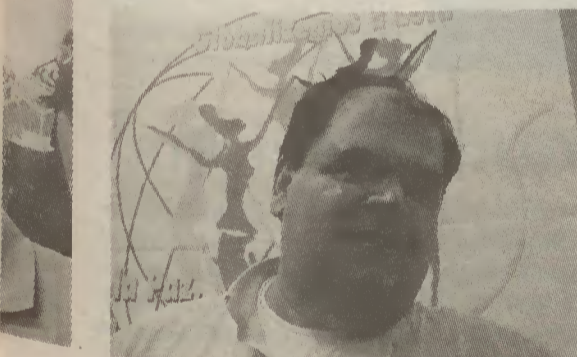
«A JCP está na primeira linha na luta pelos direitos da juventude portuguesa contra as políticas do Governo de Portugal que concorda com as linhas principais da União Euro-

peia. A nível internacional, a JCP é uma organização exemplo pelo seu internacionalismo e pela solidariedade manifesta aos povos oprimidos de todo o mundo. Com este congresso, a JCP demonstra mais uma vez ser uma organização juvenil de vanguarda e comunista.»

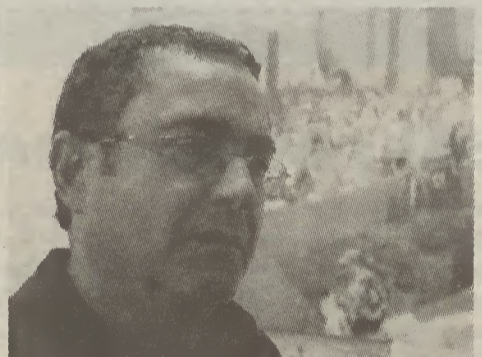
José Vicente

FRETILIN: Timor Leste

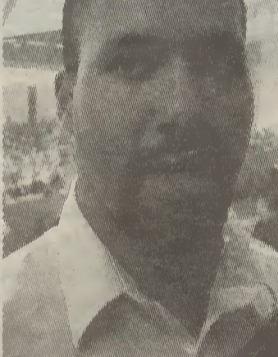
De acordo com o lema do congresso «Transformar é possível», «... queremos seguir a luta pela nossa liberdade e em paz», afirmou José Vicente. Manifestando a sua felicidade



Iraklis Tsavaridis



Yuri Daoud



Samuel Delgado

por participar neste congresso comunista, disse levar a mensagem de solidariedade dos jovens comunistas portugueses aos jovens timorenses, incentivo para que possam continuar a reconstruir o seu país.

Sobre Timor, disse terem falta de recursos técnicos e humanos para reconstruir a Pátria. «Queremos muito à juventude portuguesa, principalmente à JCP por ter-nos sempre prestado a sua solidariedade.»

Khalil Alnajjar

União Geral dos Estudantes da Palestina

«É com grande felicidade que vejo esta prova de solidariedade dos jovens comunistas portugueses com o povo Palestino. Este congresso faz parte da luta internacional do movimento juvenil pelos seus direitos e aspirações e da luta contra o imperialismo e a injustiça no mundo.»

Khalil é natural de Nablus, onde «o quotidiano é um inferno e por isso a vida é muito difícil. Se perdemos a esperança que temos no coração é impossível sobreviver. Os postos de controlo israelitas estão por todo o lado impedindo a livre circulação de crianças e adultos. Passamos muitos dias, semanas ou meses sem podermos sair da aldeia ou até mesmo da própria casa». Na sua cidade já ocorreu um recolher obrigatório que durou mais de cem dias e apenas saíram uma vez em

cada dez dias para poderem fazer compras. Se vai à rua, a sua irmã de 14 anos traz sempre um lenço molhado para caso seja atingida ou haja libertação de gases.

Wadson Ribeiro

Partido Comunista do Brasil

«Nós e a JCP temos muitos pontos em comum. Numa altura em que se propaga o fim da História, em que se diz que a juventude está alienada, em que muitos movimentos dizem que os partidos políticos perderam influência e que as organizações juvenis não tem força, este congresso vem provar exactamente o contrário. Esperamos que este congresso aprove resoluções que ajudem ainda mais esta organização, a JCP que é a mais forte organização comunista juvenil do país.»

Samuel Delgado

Liga de Jovens Comunistas dos EUA (Young Communist League)

Natural de Nova Iorque, Samuel admitiu as deficiências da sua organização, bem mais pequena que a JCP, com cerca de 4500 militantes, Samuel considerou o congresso importante para saber como faz a JCP para recrutar militantes.

«A solidariedade é um tema muito actual nos Estados Unidos devido ao crescendo do movimento contra a guerra que arrancou há pouco. É saindo à rua e manifestando-nos que temos combatido a política irresponsável do presidente Bush e o público em geral compreende que a polícia tenta silenciar-nos agindo como ferramenta do Governo, bem como os media.»

Yuri Daoud

União Geral de Estudantes do Iraque

Para Daoud, «este congresso veio reforçar tremendamente a sua confiança ao ver tantos jovens empenhando-se arduamente em compromissos de solidariedade com todos os povos do mundo.»

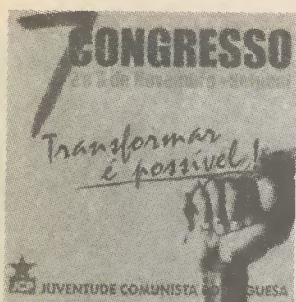
«A juventude iraquiana tem sofrido muito com a ditadura fascista de Sadam Hussein, sofrendo várias guerras, prisões, torturas e assassinatos, mas tem continuado a luta da mesma forma que a juventude portuguesa, décadas atrás, combateu o fascismo de Salazar.»

«Também temos lutado na resistência ao imperialismo que pretende invadir o nosso país, roubar os nossos recursos e segregar o nosso povo.»

Juan Carlos Vallamizar

Juventude Comunista da Colômbia

Juan Carlos disse: «Na Colômbia estamos a viver uma guerra fratricida onde, de um lado, existe um opressor e, do outro lado, um povo em busca da liberdade e da justiça social. Para nós este congresso demonstra que um projecto revolucionário, que procure uma paz com justiça social está enraizado nesta Juventude Comunista Portuguesa e no seu Partido e vem primeiro que tudo reforçar a nossa esperança para proseguirmos a nossa luta, se necessário até à morte.» «Temos um presidente subjugado à doutrina de Bush que expulsa clandestinos e trabalhadores das suas casas e terras e oprime qualquer oposição.» Juan Carlos não escondeu a sua felicidade por ver tanta participação de jovens neste evento, demonstrando um grande sentido revolucionário ao fazerem parte deste projecto.



Carlos Carvalhas no encerramento do 7.º Congresso Tornar a JCP mais forte e mais interveniente

Carlos Carvalhas encerrou o 7.º Congresso da JCP, na tarde de domingo, com uma intervenção sobre a iniciativa e as decisões tomadas pelos delegados. Mas não esqueceu o momento político e social que Portugal está a atravessar. O Avante! publica alguns excertos.

Na actual situação internacional e nacional adquire uma decisiva importância o reforço da JCP e do PCP. A juventude precisa de uma organização como a JCP, uma organização juvenil com causas, convicções e valores.

Como afirmam na vossa resolução política, a «JCP organização autónoma de juventude do PCP desenvolve a sua acção e actividade na defesa dos direitos e interesses dos jovens e de todos os trabalhadores».

«Englobando nas suas fileiras jovens originários das mais diversas camadas sociais, a JCP intervém, através da dinamização da luta da juventude por causas concretas e justas, como são exemplos a luta pelo emprego, pelo direito à educação e pela defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, pelo direito a salários mais justos, pela redução do horário de trabalho, pelo direito à saúde pela elevação da consciência política da Juventude Portuguesa.»

Como a JCP tem afirmado, «ao sonho de construção de uma nova sociedade, muitos chamam utopia. Nós chamamos futuro. Mas não basta confiar no futuro, é preciso construí-lo agora, com a nossa acção e intervenção diária, na luta por uma verdadeira transformação, porque transformar é possível.»

Concretizar as conclusões

Este 7.º Congresso da JCP é para todos os jovens comunistas – e creio que isso é ainda mais justo afirmar agora que nos aproximamos do seu encerramento – um

momento muito importante da vida da sua organização revolucionária.

O momento de avaliar a intervenção e evolução da JCP desde o 6.º Congresso, de reflectir em colectivo e criticamente sobre as alterações da realidade do país e da situação da juventude, sobre as grandes batalhas travadas contra as políticas de direita, no mundo laboral e do ensino, no movimento juvenil, na batalha pelos direitos dos jovens aos diversos níveis da luta de massas e da intervenção institucional.

O momento de partir desta reflexão para retirar os ensinamentos e conclusões, as linhas de orientação e as medidas de organização e direcção para o trabalho futuro, para o reforço da JCP e da sua dinâmica, da sua capacidade de atracção e integração de novos jovens, das vias para traduzir o apreço e o prestígio que as posições e iniciativas dos jovens comunistas, as suas festas, lutas e propostas, gozam entre a juventude, em mais influência política e eleitoral.

O 7.º Congresso da JCP conseguiu seguramente boas ideias e conclusões em muitas matérias, mas creio que já todos sabemos, mesmo os mais jovens aqui presentes, que uma excelente ideia e uma óptima conclusão de nada servem se não passarem do papel, se não forem levadas à prática, com empenhamento, participação democrática, criatividade e eficácia.

A JCP com a sua dinâmica, com a sua generosidade, com o reforço da sua organização adaptada às características juvenis, com a sua ideologia de natureza antidogmática, crítica e aberta ao incessante progresso do conhecimento – o marxismo-leninismo – está à altura das responsabilidades assumidas. Os jovens comunistas saberão cumprir o seu papel insubstituível na luta dos jovens trabalhadores e estudantes, nas escolas, nas acções de solidariedade e na luta pela paz, como também foi aqui afirmado.

Reafirmação do ideal

Este 7.º Congresso ficará na história da JCP, como um contributo significativo para o avanço das lutas e conquistas da juventude em Portugal e para o aprofundamento da ligação aos jovens e ao movimento juvenil, ficará na memória como um momento importante de afirmação das propostas da JCP e de reafirmação dos seus ideais comunistas, se ele for concebido sobretudo, não como um ponto de chegada, mas como um importante impulso para mais iniciativa política, mais ousadia, mais criatividade, mais intervenção e luta, mais e mais juventude nas fileiras da JCP e do PCP.

Na JCP os jovens aprendem o valor da luta organizada pelos seus direitos e pela concretização dos seus anseios e aspirações, trabalham e lutam por uma nova sociedade, mais justa e solidária, sem exploradores nem explorados, em que seja possível a concretização dos direitos e das aspirações da juventude e em que a vida tenha os mais vastos horizontes da realização individual e colectiva, o socialismo e o comunismo.

O PCP e a JCP, combatendo aqueles que querem que os direitos da juventude e dos trabalhadores sejam reconduzidos ao nível do século XIX, continuarão a sua luta com determinação e com convicções pela transformação social, defendendo o património histórico de direitos duramente alcançados.



O sector público é fundamental para a soberania nacional

Hoje há uma maior consciência por parte de vários sectores da opinião pública dos perigos que o país corre, designadamente em relação à sua soberania e independência.

Portugal corre o risco de se transformar numa espécie de região da União Europeia, numa região com alguma autonomia, com forças armadas, mas no essencial, com uma independência e soberania formais. Não existe Estado soberano sem o domínio nacional de empresas e infra-estruturas de valor estratégico para o exercício dessa mesma soberania.

Há muito que afirmámos que, com as privatizações de empresas básicas e estratégicas e de infra-estruturas públicas, Portugal corria sérios riscos de perder alavancas fundamentais da economia para o controlo estrangeiro. Esse risco era acrescido no quadro da União Europeia com a livre circulação de capitais, com as chamadas regras de concorrência e a não discriminação dos estrangeiros.

Para os governos do PSD e do PS, estas questões nunca foram relevantes e a sua competição até se tem centrado em saber quem privatizou mais e mais depressa.

Hoje, depois de negócios mal sucedidos impulsionados por uma internacionalização apressada e provinciana e com elevados níveis de endividamento, muitas dessas empresas e grupos económicos que se formaram ou engrossaram com as privatizações, sentem-se pressionados a entregarem aos credores importantes activos das empresas e sectores altamente lucrativos.

Fúria privatizadora

É neste quadro, que agora surgem as vozes acerca do perigo de importantes empresas caírem nas mãos do capital estrangeiro, isto é, nos chamados centros de decisão externos.

A privatização traz sempre consigo a forte possibilidade de mais tarde ou mais cedo, face à fragilidade do tecido produtivo

português e à dimensão das nossas empresas e economia, de se traduzir numa desnacionalização, na tomada de posse de tal ou tal empresa ou sector pelo capital estrangeiro.

No quadro da União Europeia, a única maneira de evitar que «jóias da coroa» caiam nas mãos do estrangeiro é mantê-las na esfera pública. É assim que a Caixa Geral de Depósitos, por pertencer à esfera pública, não corre qualquer perigo de desnacionalização ou de ser vítima de qualquer OPA hostil.

A fúria privatizadora em Portugal tem sido criminosa. Tem havido uma autêntica predação dos bens públicos. Uma operação «mãos limpas» às privatizações não deixaria de pé muitos dos grandes senhores do dinheiro, que sempre confundiram a pátria com a sua barriga e Portugal com a sua carteira.

É por isso que não se pode levar a sério a iniciativa dos grandes empresários que agora se dirigiram ao Presidente da República e ao primeiro-ministro, manifestando a sua preocupação em que as suas empresas e as futuras privatizações caiam nas mãos estrangeiras. O que estes querem é mais fundos públicos não dando nem podendo dar qualquer garantia que os seus activos vão continuar em mãos nacionais. O que eles querem é mais Estado ao serviço dos seus interesses egoístas. Apanhado-se com as empresas nas mãos estão sempre dispostos a entregá-las ao estrangeiro desde que a venda lhes seja lucrativa, fazendo dos trabalhadores meros produtos descartáveis.

Basta lembrar o que aconteceu à Tabaqueira, hoje nas mãos da Philips Morris, ou o que sucedeu ao Totta e ao Crédito Predial Português, importante núcleo do centro de decisão financeira nacional, hoje em mãos espanholas. Ou ainda lembrar a situação da Sorefame, da Siderurgia Nacional ou da Indústria Naval, ou mesmo da GALP e da Telecel.

Nesta situação é inaceitável que este Governo já tenha anunciado a venda de «golden shares» – acções que lhe davam poderes especiais nessas empresas – bem como, novas privatizações de empresas estratégicas.

Vergonhosamente, o PS deu também os seus votos à privatização da Rede Básica das Telecomunicações. Ora, não haverá Estado soberano se este não exercer designadamente, a soberania nas infra-estruturas básicas do país. O PS assumiu aqui, mais uma vez, uma postura inqualificável, não se distinguindo da direita nesta medida de regressão estrutural.

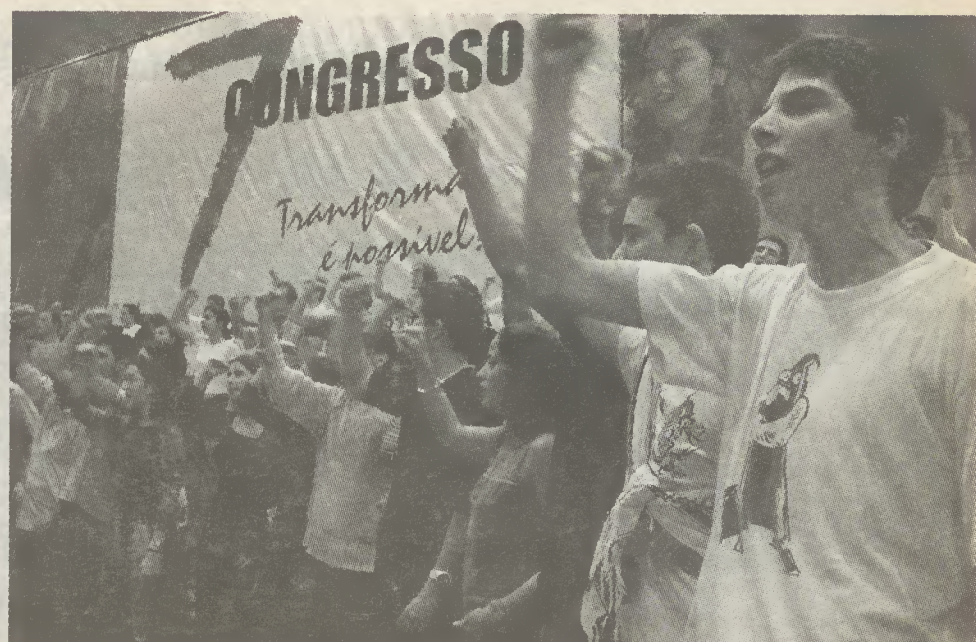
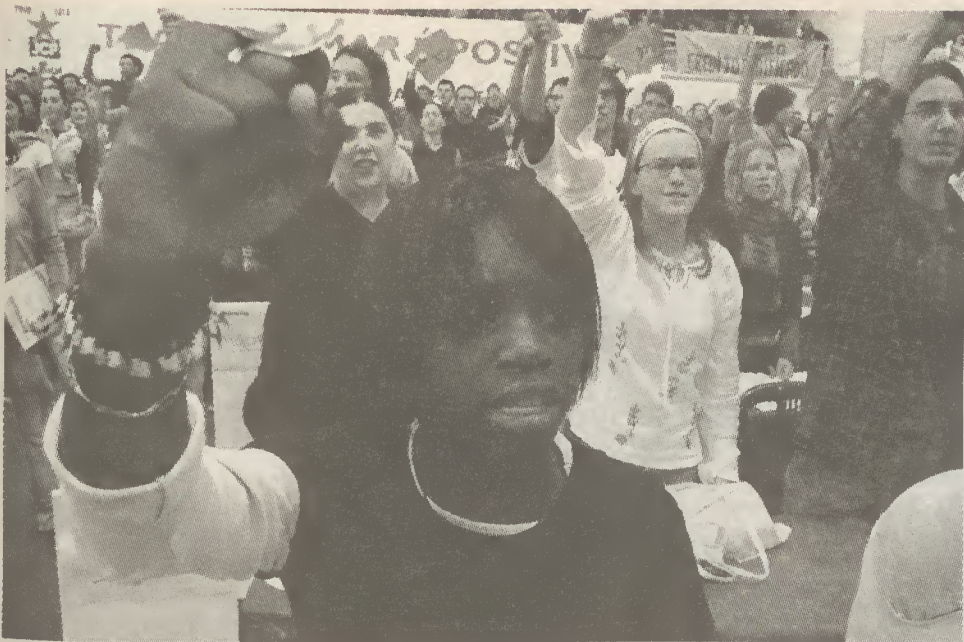
Saúde não é negócio

Isto, numa situação em que é cada vez maior a subordinação do poder político ao poder económico. E, no futuro ao poder económico estrangeiro que, através da chantagem e da pressão ditará as leis e as regras que lhe interessarem. A chantagem recente das multinacionais alemãs sediadas no nosso país a que este Governo de imediato dobrou a coluna vertebral é um exemplo significativo.

Como há muito temos afirmado, um sector público dinâmico e eficiente é condição necessária para garantir a soberania nacional em centros fundamentais de decisão económica, para concretizar uma estratégia de desenvolvimento, para resistir com êxito à concorrência no mercado europeu e mundial.

Também na saúde o actual ministro, que saiu do grupo Mello, interessado em transformar a saúde num negócio procura dar passos no sentido de dar satisfação aos seus antigos amos. A gestão privada já mostrou os seus resultados no Hospital Amadora-Sintra e em outras unidades, como é o caso do Hospital da Cruz Vermelha e do Hospital das Descobertas.

A juventude e a JCP não aceitam que se faça da saúde portuguesa um negócio, não aceitam a velha trilogia neoliberal do «quem quer saúde que a pague, quem quer ensino que o pague e quem quiser pagar menos impostos que se torne rico» ou então, que siga os passos dos Bibis deste paraíso da evasão e fraude fiscal.



É urgente integrar os imigrantes

Neste seu 7.º Congresso, a JCP prestou também e justamente, a sua solidariedade aos imigrantes e aos jovens imigrantes. Portugal está crescentemente confrontado com uma nova realidade que é a de ser também um país de imigrantes. O seu número cifrase já em 346 mil legais e fala-se de 100 mil ilegais. Nesta nova realidade, vão assumindo expressão os jovens imigrantes.

Exige-se por isso, medidas de integração social e política que combatam a exploração e que os protejam dos que deles se servem sem quaisquer escrúpulos. As políticas do Governo nesta matéria não visam estes objectivos, como na altura prevenimos e como hoje dizem vários sectores sociais.

O PCP e a JCP, que têm tido desde a primeira hora posições claras sobre a realidade dos imigrantes no nosso país, reafirmam o seu combate a visões securitárias com que a direita pretende tratar o problema da imigração e tudo continuarão a fazer para que Portugal, até pela sua experiência de país de emigração, saiba afirmar os valores da dignidade humana, justiça e paz.

Quem está interessado na imigração ilegal e nos indocumentados é o capital sem escrúpulos, que vê nesta situação uma fonte extremamente lucrativa, pouco reivindicativa e que faz pressão ao nível dos salários e direitos dos trabalhadores portugueses e dos trabalhadores imigrantes legalizados.

O agravamento da situação social e da situação social dos imigrantes cria o caldo de cultura onde se desenvolve a insegurança e a pequena criminalidade que depois é explorada reaccionariamente em termos racis-

tas e xenófobos. Naturalmente que neste húmus crescem as condições favoráveis a todas as delinquências e actividades sórdidas e também para que surjam novos *guettos* do tráfico e consumo de droga, como se verifica nas grandes cidades.

Combater toxicodependência

Hoje, tal como fez o cavaquismo em dez anos, fechando os olhos à transformação do Casal Ventoso no maior *guetto* de droga da Europa, corremos o risco, com este Governo de direita, de fazer de novo esse percurso intolerável, em vez de concretizar os neces-

sários programas integrados de reabilitação urbana, prevenção da toxicodependência e luta contra o tráfico.

É neste quadro que a luta contra a xenofobia e a discriminação racial e pela integração social dos imigrantes, a luta contra a toxicodependência e pelo direito dos jovens à saúde e a construírem o seu futuro, a luta contra o crime, e pelo direito das populações à segurança e tranquilidade pública, constitui também uma importantíssima batalha civilizacional da juventude, da JCP e do PCP, por direitos de cidadania e pelo progresso.

A juventude precisa também de intervir ainda mais e melhor em defesa de políticas de prevenção efectiva da toxicodependência, exigindo ensino qualificado, empregos com direitos e apoios

às jovens famílias e reivindicando prevenção primária nas escolas e zonas de risco. E é indispensável defender a lei em vigor de descriminalização do consumo de droga, para que o jovem toxicodependente seja considerado um doente e tratado como tal, pela via da dissuasão e do tratamento e não pela via da criminalização e da prisão, como alguns dos «ideólogos» deste Governo de direita parecem pretender, fazendo recuar 10 ou 20 anos a prevenção da toxicodependência e agravando drasticamente a situação.

O PCP e a JCP continuarão empenhados nestes combates. Tomaremos novas iniciativas e apresentaremos, dentro de dias na Assembleia da República, um projecto de lei para a criação de um programa nacional de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e à criminalização da economia.



Governo empurra trabalhadores para a greve

A ofensiva reaccionária do Governo atinge particularmente os jovens e as jovens gerações de trabalhadores. É assim na revogação do crédito bonificado à compra de habitação. É assim na educação, com a desvalorização da escola pública e do ensino superior público, mantendo as desigualdades na frequência e no acesso em vários graus de ensino.

É assim no pacote laboral que visa além do mais criar de facto uma geração sem direitos e com uma vida cada vez mais assente no aleatório, na insegurança, na precariedade e na intensificação da exploração. É assim na nova lei de bases da segurança social que quer consagrar um efectivo ataque aos direitos em formação dos jovens trabalhadores e às suas expectativas em relação às prestações futuras.

É assim ainda nas concepções retrógradas e reaccionárias em relação à concepção da família, à interrupção voluntária da gravidez, à educação sexual nas escolas ou ao planeamento familiar, matérias de grande importância para a juventude e para a defesa da saúde sexual e reprodutiva.

Quando o primeiro-ministro é confrontado com estas políticas a resposta centra-se geralmente em duas grandes desculpas e mistificações. Com voz cândida, o primeiro-ministro costuma dizer que nenhum governo gosta de tomar medidas impopulares e que se este governo as toma é porque não tem outra alternativa. É completamente falso.

O Governo aperta o cinto aos mesmos de sempre e alarga-o aos mesmos do costume, isto é, aos banqueiros e aos grandes senhores do dinheiro. E para compensar os milhões que vai dar em benefícios fiscais ao capital financeiro, ao *off shore* da Madeira, às isenções fiscais às SGPS, aumenta o IRS para os trabalhadores por conta de outrem e agrava a situação fiscal aos micro, pequenas e médias empresas. Havia outras opções e outros caminhos se quisesse fazer pagar mais a quem mais tem, se se quisesse defender e valorizar a produção de bens e serviços nacionais.

O que é estar com Portugal?

É também completamente falsa a afirmação do primeiro-ministro de que o Governo não está nem com as grandes confederações patronais, nem com os sindicatos, mas sim com Portugal. Estar com Portugal, para o primeiro-ministro, é conceder milhões à banca, às seguradoras, às actividades financeiras e especulativas. Estar com Portugal é fazer de conta que o caso da Moderna não existiu, que a exoneração do Chefe do Estado Maior das Forças Armadas foi uma questão marginal.

Estar com Portugal, para o primeiro-ministro, é defender uma legislação laboral que quer despedir «com justa causa» quem, uma vez por mês, chegue atrasado ao emprego; quer dar a possibilidade às empresas de decidirem unilateralmente os horários de trabalho de 12 horas por dia e 60 horas por semana (pagas a singelo); quer que o trabalho nocturno passe a ser definido só a partir das 11 horas da noite; quer que a retribuição mínima do trabalho suplementar passe de 75 para 50 por cento; quer eternizar os contratos a prazo.

Estar com Portugal, para o Governo de Portas e Barroso, é deitar para o caixote do lixo a Lei de Bases da Segurança Social, aprovada há dois anos, e que consagrou o sistema público como o núcleo central da protecção social de todos os portugueses e substituí-la por uma nova lei que inicia um verdadeiro «assalto» à segurança social pública por parte da banca e das companhias de seguros que pretendem alargar o seu mercado à custa das vultuosas receitas geradas no sistema público de segurança social pelas contribuições dos trabalhadores.

Estar com Portugal, para o governo de Portas e Barroso, é reduzir o sistema público da segurança social a uma expressão mínima, que lhe permita proporcionar o «mínimo de soli-

dariedade», isto é, fomentar a caridade e destruir o direito de todos à segurança social. Terão o combate da JCP e do PCP.

Trabalho com direitos

O primeiro-ministro vai também dizendo que o País não avança com greves, mas com trabalho. O PCP e a JCP dizem ao primeiro-ministro que, de facto, o País precisa de trabalho, de muito trabalho, mas com direitos, com salários dignos, com respeito por quem trabalha e com formação e qualificação profissional ao longo da vida.

Os trabalhadores não fazem greves de ânimo leve. A greve significa sempre sacrifícios, luta e perda no seu salário. Os trabalhadores fazem greve quando vêem do outro lado a injustiça, a prepotência, a arrogância, a exploração desenfreada.

É uma evidência que este Governo com a sua arrogância de classe, com a sua inflexibilidade, com a sua atitude de quero, posso e mando, está a empurrar os trabalhadores para o protesto e está a empurrar os trabalhadores não só para a greve como para a greve geral. E as palavras arrogantes, beatas e reaccionárias do ministro do Trabalho são uma provocação para os trabalhadores.

O Governo é o responsável com a sua política anti-social e de concentração da riqueza pela conflitualidade que se vive. E a manter esta política será o responsável se os trabalhadores tiverem que avançar com uma greve geral.

É preciso que a JCP e o PCP, digam ao primeiro-ministro que o País não avança com políticas sociais de retrocesso, que não avança quando se privilegia as actividades especulativas e financeiras em detrimento das actividades produtivas, que o País não avança quando não se defende nem valoriza a produção nacional e a força de trabalho, que o País não avança com a entrega de alavancas fundamentais da economia portuguesa ao estrangeiro.

Jornada de luta de dia 30
marcada por grandes manifestações em todo o País

Luta geral

Greves, plenários, paralizações e manifestações marcaram a jornada nacional de luta da CGTP do passado dia 30. Igualmente para 30, mas de Novembro, estão agendados novos protestos.

A luta contra a política do Governo, nomeadamente ao nível laboral e social ganha cada dia novos aderentes. A jornada nacional de luta do passado dia 30, promovida pela CGTP, deixou este facto mais claro. Em 22 cidades do País, do continente e das ilhas, dezenas de milhar de trabalhadores saíram à rua em protesto contra o Pacote Laboral, as alterações à Lei de Bases da Segurança Social, a política salarial e,

Realizaram-se manifestações em 22 cidades, do continente e das ilhas

que responderam ao apelo da central sindical e se concentraram na praça da Batalha. João Torres, coordenador da União de Sindicatos do Porto, declarou esta jornada de luta a declaração da razão dos trabalhadores. João Torres lançou um alerta aos trabalhadores: «Bagão Félix é um perigosíssimo mentiroso, profundamente cínico e venenoso, apesar do seu ar angélico.» Em todas as manifestações, os trabalha-



A inevitabilidade da greve geral foi reafirmada pelo secretário-geral da CGTP, perante um mar de gente



No Porto, assistiu-se a uma das maiores manifestações de sempre

no caso dos trabalhadores da Função Pública, igualmente contra a lei dos «supranumerários» e o novo estatuto de aposentação.

Em Lisboa, a manifestação começou nos Restauradores e rumou até à Assembleia da República, enchendo por completo as várias ruas e avenidas por onde passava. O mesmo aconteceu na Praça de São Bento, que foi pequena para albergar os cerca de 40 mil manifestantes que ali gritavam as suas razões e protestos. «Bagão, Portas e Durão são governo do patrão» e «Pacote Laboral só interessa ao capital» foram as palavras de ordem mais ouvidas.

Na sua intervenção, o secretário-geral da Intersindical, Carvalho da Silva, acusou o Governo de autoritarismo, lembrando que «em democracia não são as pessoas que se adaptam às leis, mas as leis que se adaptam às pessoas». Momentos depois, declarou o que todos esperavam: «vamos começar a preparar e organizar a greve geral».

No Porto, foram cerca de dez mil os trabalhadores

que aprovaram uma resolução «contra o Pacote Laboral, por melhores salários, pela Segurança Social pública, solidária e universal», na qual consideram «imperioso e inevitável» a realização de uma greve geral. Sem data marcada, esta grande acção de luta deverá ser convocada para o «momento e condições sindicais, sociais e políticas mais favoráveis para os trabalhadores». Isto, é claro, se o Governo e o patronato «persistirem no Pacote Laboral e nas suas políticas salariais penalizadoras dos trabalhadores».

A bola está agora no seu campo.

Greves e paralizações

O dia 30 foi também marcado por diversos plenários, greves e paralizações. As greves incidiram sobretudo nos serviços públicos, nomeadamente repartições de finanças, balcões do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, escolas e jardins de infância. Nos jardins de infância e nas escolas bási-

cas e secundárias, a greve contou com uma adesão de 70 por cento, o que, para a FENPROF, mostra claramente o «profundo descontentamento que grassa no interior da classe docente e demonstra a decisão dos professores de resistirem e lutarem».

No ensino superior, a greve – convocada pela FENPROF e pelo SNESup, filiado na UGT – teve adesão semelhante. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, José Medeiros, 70 por cento das repartições de Finanças não abriram devido à greve.

Plenários e greves parciais nos Transportes Sul do Tejo, na Sociedade de Transportes Colectivos do

Porto (STCP), na CP e na Refer deixaram muitas carreiras sem efeito. Os trabalhadores da STCP declararam ainda, e por unanimidade, a sua disponibilidade para aderir a uma greve geral.

As paralizações e os plenários abrangeram ainda empresas dos sectores do calçado, celulose, cerâmica, indústrias eléctricas, metalurgia, naval e têxtil, entre outras.

Esta jornada de luta deixa ainda mais patente a determinação dos trabalhadores neste combate pelo emprego e pelos direitos. Enquanto se prepara e organiza a greve geral, os trabalhadores voltarão a sair à rua, já no próximo dia 30 de Novembro.

PCP – apoio incondicional

Desde a primeira hora ao lado dos trabalhadores na luta contra o Pacote Laboral e as alterações à lei de Bases da Segurança Social tem estado o PCP. Tendo realizado uma jornada de esclarecimento sobre o assunto no mês de Outubro, durante a qual contactou com muitos milhares de trabalhadores, o PCP contribuiu decisivamente para a consciencialização e mobilização de muitos dos que participaram na jornada nacional de luta da CGTP do passado dia 30. Este apoio incondicional do Partido à luta dos trabalhadores foi mais uma vez reafirmado

na intervenção de Carlos Carvalhas – que se publica na íntegra nas páginas 8 e 9 – no encerramento do 7.º Congresso da JCP, que teve lugar no passado fim-de-semana em Setúbal. O secretário-geral comunista afirmou que os trabalhadores fazem greve «quando vêem do outro lado a injustiça, a prepotência, a arrogância, a exploração desenfreada». Em seguida, responsabilizou o Governo pela política que pratica, pelo protesto que se vive e pela possível convocação de uma greve geral, que o PCP apoiará.



Muitos trabalhadores saudaram a delegação comunista na manifestação de dia 30

Função Pública pára no dia 14

Os trabalhadores da Função Pública estarão de greve no próximo dia 14, recusando os aumentos salariais propostos para 2003, a privatização dos serviços públicos, as alterações ao estatuto de aposentação, o Pacote Laboral e a lei dos «supranumerários». À Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública juntaram-se duas estruturas da UGT – a FESAP e o STE – na convocação da paralisação nacional, anunciada em conferência de imprensa no passado dia 31.

O apelo a uma paralisação destes trabalhadores na primeira quinzena do mês de Novembro tinha sido feito no dia anterior por Carvalho da Silva na intervenção realizada na manifestação de Lisboa.

A última vez que estruturas das duas centrais realizaram acções conjuntas foi em 1992, contra a intenção do governo de Cavaco Silva de avançar com a lei dos «disponíveis», semelhante à que o actual Governo denomina agora de «supranumerários».

No plano institucional, e no quadro da discussão na especialidade do Orçamento de Estado, o PCP apresentou 60 propostas de alteração ao documento, devidamente fundamentadas. Centrando-se em questões como os aumentos dos salários e das pensões, as propostas de alteração do grupo comunista acarretariam um pequeno aumento das despesas e um grande aumento das receitas, devido à eliminação de diversos benefícios fiscais ao capital.

Certamente por reconhecerem todo este trabalho, muitos trabalhadores saudaram efusivamente a delegação enviada pelo PCP à manifestação de Lisboa, encabeçada pelo secretário-geral Carlos Carvalhas.

Despedimentos na CML...

A direcção do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa alertou para o processo de reestruturação de serviços da Câmara Municipal de Lisboa e das empresas municipais. Segundo o STML, o conteúdo da reestruturação proposta pela maioria PSD na autarquia põe em causa os direitos dos trabalhadores. «É de todo inaceitável que se proponha a extinção da Empresa Municipal Lisboa-Desporto sem que se faça uma única referência ao futuro dos cerca de 70 trabalhadores desta Empresa Municipal», afirma o comunicado do STML, divulgado anteontem, terça-feira, no qual acusa ainda o presidente da autarquia, Pedro Santana Lopes, de faltar à palavra, pois o autarca terá garantido que não haveria despedimentos durante o seu mandato. O sindicato considera igualmente grave que estas propostas sejam apresentadas sem qualquer diálogo prévio, apesar da insistência do STML para reunir com Santana Lopes.

... na SIC...

A administração da SIC está a pressionar os trabalhadores, nomeadamente jornalistas, para que estes procedam a rescisões dos seus contratos de trabalho. Caso contrário, ameaça recorrer ao despedimento colectivo. Tudo porque a estação pretende reduzir os custos em cerca de cinco milhões de euros à custa do corte das despesas com mão-de-obra. Segundo avança o DN de terça-feira, a estação conseguiu escapar aos cortes verificados no ano passado graças, sobretudo, à saída de Emídio Rangel. Com o agravamento dos prejuízos da SIC em 2002, a administração avançou agora para estas medidas, que os trabalhadores contestam. No sentido de se encontrar uma resposta às intenções da administração, marcou-se para ontem à noite um plenário de jornalistas das três redacções: SIC, SIC Notícias e SIC On-line.

... e em O Jogo

Jornalistas e outros trabalhadores do jornal *O Jogo* começaram a ser contactados para serem despedidos. A acusação é do Sindicato dos Jornalistas (SJ), que contesta o processo em curso. Segundo a estrutura sindical, a administração do jornal age «à margem das regras legais e convencionais, desrespeitando elementares princípios de negociação e ofendendo a dignidade das pessoas». A empresa pretende despedir um determinado número de trabalhadores (10 por cento em cada sector) previamente seleccionados. O SJ considera atentatório da dignidade da pessoa humana o processo de despedimento selectivo, exigindo a imediata anulação do processo em curso naquela Redacção.

Simulacro de negociação favorece capital Concertação patronal

Ao contrário do que se passa nas ruas, onde a contestação ao Código do Trabalho é cada vez maior, na concertação social as exigências do patronato saem reforçadas.

Termina hoje o processo de discussão do Pacote Laboral na concertação social. Patronato e Governo tentam aí o reforço das suas posições. Desde há muito que a CGTP considera este processo como um simulacro de negociação, lembrando que o Governo não está disposto a abdicar dos princípios do seu «Código do Trabalho», que sindicatos, trabalhadores e cada vez mais entidades e personalidades contestam. O ministro Bagão Félix afirmou-se satisfeito, no início desta semana, com a forma como estão a decorrer os trabalhos, destacando o papel do Governo, de «equilíbrio» entre as partes.

José Ernesto Cartaxo, dirigente da CGTP, declarou ao *Avante!* que entre todas as alegadas cedências há um denominador comum: todas pioram – e muito – a situação prevista na actual legislação. Para além disso, os «recuos» do Governo não se podem desligar da forte contestação que os trabalhadores têm realizado.

O dirigente da Intersindical considera que as alterações pontuais ao documento não alteram as questões essenciais do Pacote Laboral em matérias fundamentais como contratos a prazo, tra-

donando a proposta de duração ilimitada destes contratos. Relativamente ao segundo exemplo, comprometeu-se a «recuar», passando a ser considerado trabalho nocturno aquele que for prestado a partir das 22 horas, e não das 23 horas iniciais. Ainda no fim da passada semana, o ministro do Trabalho afirmava, relativamente à prestação de trabalho nocturno pelas grávidas, que o Governo já havia cortado o «erro» de permitir a sua laboração até às 23 horas, passando-as para as 22.

Com «recuos» destes avanços o patronato.

Satisfação dos patrões

As declarações de Francisco Van Zeller ao *DN Negócios* da passada segunda-feira confirmam isso mesmo. Segundo o presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), que também participa na concertação, o evoluir das negociações trouxeram um «bocadinho menos de insatisfação» por parte do patronato, devido a alguns dos pontos «mais negativos» terem sido «suavizados». Entre estes pontos ditos negativos conta-se o trabalho suplementar. «É prová-



É só na rua que os trabalhadores conseguirão derrotar a ofensiva conjunta do Governo e do patronato

chegando mesmo a afirmar que o patronato está disposto a pagar «o que for preciso» para impedir a reintegração. Na actual legislação, a reintegração devido a despedimento ilícito é obrigatória e o Governo incluiu no anteprojecto a possibilidade

de não reintegração assim o tribunal o decida. O patronato pretende afastar a mais remota hipótese de reintegração.

Para José Ernesto Cartaxo, estas declarações confirmam o que a CGTP sempre afirmou: que o Pacote Labo-

ral é um frete do Governo aos patrões e que as suas oposições são meramente estratégicas. E recordou a posição inicial do presidente da CIP de apoio ao anteprojecto, imediatamente corrigida pela confederação a que preside.

Mais vozes contra o Pacote Laboral

No início da semana, a última em que decorre a discussão do Pacote Laboral na Concertação Social, surgiram mais vozes a contestar a legislação laboral proposta pelo Governo. Inácio Mota da Silva, ex-inspector-geral do Trabalho, afirmou, em entrevista à Agência Lusa, que o anteprojecto permite todos os abusos das entidades patronais, deixa de lado a saúde, higiene e segurança no trabalho e não tem armas suficientes de combate ao trabalho ilegal. Segundo Mota da Silva, o Código é tolerante

com os maus patrões e aumenta as exigências para os trabalhadores. Em resumo, «tolera todos os abusos».

O antigo inspector acusa o Governo de não ter abordado correctamente a questão do absentismo, considerando que este fenómeno pode ser muitas vezes explicado pelas más condições de trabalho e organização das empresas.

Outra das críticas prende-se com a questão da precariedade. Mota da Silva entende que o Pacote Laboral proposto pelo Governo não con-

tém medidas preventivas no combate a este fenómeno que, atingindo principalmente jovens e mulheres, é fonte de discriminação.

Outra das vozes críticas surgidas esta semana atinge Bagão Félix com especial incidência. Trata-se da associação cristã «Justiça e Paz» que emitiu um comunicado onde contesta o anteprojecto do Governo, considerando-o como um incentivo à precariedade que, desta forma, colide com a doutrina social da Igreja da qual o ministro se reivindica.

Intenções

No decurso da sua entrevista ao *DN Negócios* do passado dia 4, Francisco Van Zeller mostra alguns dos mais secretos desejos patronais, raras vezes afirmados publicamente. Mantendo a sua aparente oposição ao anteprojecto de Código de Trabalho, Van Zeller considera que este documento em quase nada contribui para a produtividade. Apenas com algumas excepções. Para a produtividade interessa, segundo o patrão dos patrões, a «flexibilização, a reorganização dos tempos de trabalho e a caducidade dos contratos colectivos». Tudo o que permita ao patrão poderes quase absolutos sobre os trabalhadores. Mas não se fica por aqui.

Referindo-se ao funcionamento das microempresas, o presidente da CIP considera que algumas delas funcionam bem porque têm o patrão «por cima, presente, a dar o exemplo das 14 horas de trabalho por dia». O patronato mostra assim as suas reais intenções.

Numa confissão particularmente reveladora, Francisco Van Zeller refere-se às alterações à Lei de Bases da Segurança Social nos seguintes termos: «conseguimos introduzir o plafonamento». Assim, na primeira pessoa do plural.

balho nocturno, flexibilidade e polivalência, contratação colectiva, despedimentos ou greves.

Exemplos de alegados recuos feitos aos sindicatos têm sido divulgados recentemente pelo ministro e pelo secretário de Estado, Pais Antunes, e prendem-se com os contratos a prazo e o trabalho nocturno. Na primeira situação, o Governo afirma ter recuado para o limite máximo de sete anos, aban-

vel que a primeira hora deixe de ser paga a 75 por cento», afirma o presidente da CIP.

O facto da caducidade dos contratos ser, segundo Van Zeller, «ponto assente», é também recebida com bons olhos pelos patrões. Apesar dos «avanços», o presidente da CIP afirma-se ainda contrário ao documento. Das alegadas críticas da confederação, Van Zeller destaca a possibilidade de um trabalhador despedido ser reintegrado,

Crise, qual crise?

A FESETE, federação sindical dos Têxteis, Vestuário e Calçado, contesta que o sector esteja em crise. Num estudo divulgado no final do mês de Outubro, a federação considera que em vez de se procurar as verdadeiras causas para o encerramento de muitas empresas do sector generaliza-se e fala-se imediatamente em crise. Para a Fesete, encontra-se na deslocalização das empresas multinacionais e na incapacidade de gestão de muitos patrões as razões para o encerramento das empresas.

Para a federação sindical, não faz sentido falar de crise quando os três ramos do sector – têxtil, vestuário e calçado – apresentam, entre 1996 e 2000, aumentos de produtividade substanciais, entre os 4 e os 5,6 por cento. Na indústria transformado-

ra em geral, o aumento anual médio no mesmo período saldou-se em três pontos percentuais.

A importância do sector na economia nacional é grande, como demonstram os dados acerca do número de trabalhadores e de empresas. As indústrias do sector têxtil, vestuário e calçado são responsáveis por 22 por cento das empresas e 32 por cento dos empregos na indústria transformadora.

O saldo da balança comercial do sector é francamente positivo. As exportações cresceram a uma taxa anual média, entre 1995 e 2000, de quase 4 por cento, atingindo neste último ano perto de 6500 milhões de euros. As importações aumentaram, mas representam cerca de metade das exportações.

MOITA Nova fase de luta na Norporte

No seguimento do processo de falência da Norporte, concretizou-se, em 29 de Outubro, nas instalações da Pluricoop de Alhos Vedros, o adiantamento de parte do Fundo de Garantia Salarial às trabalhadoras daquela empresa. Então, a Comissão Concelhia da Moita do PCP emitiu uma nota de imprensa, segundo a qual «não tendo a tenaz e prolongada luta destas trabalhadoras, sob a direcção do Sindicato dos Têxteis e com a empenhada solidariedade do PCP, a força suficiente para vencer a estratégia capitalista do encerramento da unidade fabril de Alhos Vedros, não deixou contudo de ser determinante para, nesta fase, salvaguardar o mínimo dos seus direitos, em particular o adiantamento dos créditos aos trabalhadores», comprovando que «vale sempre a pena lutar e que não se lutando é que se perde» No início do acto do pagamento, à responsabilidade da Segurança Social, estiveram presentes, a exemplo de situações anteriores da mobilização das trabalhadoras da Norporte, Fernanda Gaspar, presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, João Lobo, presidente da Câmara Municipal da Moita, e Valdemar Santos, membro do Comité Central do PCP.

VILA NOVA DE GAIA PCP solidário com estudantes e pais

A manifestação de protesto de estudantes, professores e pais da Escola António Sérgio, no dia 29 de Outubro, contra a solução de trânsito da Câmara Municipal de Gaia na zona envolvente daquela escola e do Jardim Soares dos Reis, mereceu o apoio do PCP que, através da Comissão Concelhia de Vila Nova de Gaia, exige também mais segurança local, tendo em conta a movimentação de crianças e jovens que aí se verifica.

A Concelhia do PCP lembra, a propósito, que através dos seus eleitos na Assembleia de Freguesia de Mafamude e na Assembleia Municipal procurou conhecer e intervir sobre os problemas existentes, iniciativa que, aliás, se compromete a manter enquanto não for revista a situação acima referida.

VILA DO CONDE Contra encerramento das «urgências»...

A concretizarem-se as intenções do Conselho de Administração do Hospital de Vila do Conde e do ministro da Saúde de, por motivo de obras, encerrarem por dois meses o serviço de urgência do Hospital de Vila do Conde, é a saúde e o bem-estar das populações que ficam em causa, diz a Comissão Concelhia de Vila do Conde do PCP, para quem esta medida se baseia «exclusivamente em critérios economicistas».

De facto, a população de Vila do Conde seria obrigada a recorrer ao serviço de urgência do Hospital de Póvoa do Varzim que, debatendo-se já com inúmeras dificuldades, de um momento para o outro veria duplicada a população utente. Entretanto, para a Concelhia do PCP, as referências do ministro da Saúde ao novo Hospital de Póvoa do Varzim soam a «provocação», pois, apesar de há muito existir terreno para a sua construção, a verdade é que não lhe foi afectada qualquer verba no PIDDAC 2003 nem existe uma data prevista para o arranque das obras.

BARREIRO ... e de outras medidas economicistas

Também para a Comissão Concelhia do Barreiro do PCP «a saúde é um direito universal» que não pode ser comprometido por medidas economicistas e anti-sociais, como a transformação de Hospitais em Empresas Públicas e Sociedades anónimas, que apenas visam entregar os serviços rentáveis aos grandes grupos económicos. Aliás, a empresarialização hospitalar não tem quaisquer estudos a suportá-la, sendo que as experiências existentes a nível nacional e internacional não significaram melhorias significativas na qualidade dos serviços prestados. Por sua vez, a introdução do contrato individual de trabalho põe em causa a estabilidade laboral dos profissionais e, na medida em que leva à coexistência de dois regimes jurídicos no pessoal hospitalar, gera complicados problemas de articulação, denuncia a Concelhia do PCP, preocupada ainda, com a justa dotação orçamental do Hospital Distrital do Barreiro, ou a reavaliação, pleno aproveitamento e desenvolvimento das potencialidades do SNS ao nível dos recursos humanos, infra-estruturas e equipamentos.

Comunistas de Amares e de Gondomar realizam Assembleias de Organização

Melhorar a organização aperfeiçoar a intervenção

As organizações locais do PCP prosseguem a realização de assembleias de organização, num esforço de discussão dos problemas e da situação do Partido, nomeadamente das questões do reforço da organização e intervenção dos comunistas.

A Organização Concelhia de Gondomar, por exemplo, realizou recentemente a sua 6.ª Assembleia que juntou no Auditório Municipal mais de uma centena de militantes.

Com o intuito de aprofundar a ligação dos eleitos à população, nomeadamente através de uma maior informação.

Foi esse, aliás, o sentido das palavras de Jaime Toga, mem-

aprovação do Plano de Acção para os próximos dois anos e eleição da nova concelhia, reuniu, também, no passado dia 26 de Outubro, a Assembleia da Organização Concelhia de Amares do PCP.

Relativamente ao primeiro ponto, a Assembleia concluiu que, apesar das grandes dificuldades enfrentadas, é «clara e cada vez maior» a aceitação do PCP que, hoje, graças à acção desenvolvida

Para esta aceitação contribuiu, em grande parte, a intervenção dos eleitos do PCP e da CDU nos órgãos autárquicos do concelho e do Grupo Parlamentar comunista na Assembleia da República, possuindo hoje o PCP uma organização «conhecida e reconhecida», que os militantes de Amares pretendem continuar a valorizar. Os problemas das populações e dos jovens serão também objecto de uma maior atenção da nova Concelhia que terá, ainda, como preocupação o recrutamento de novos militantes e a divulgação e venda do *Avante!*.

A nova Comissão Concelhia eleita no decurso da Assembleia é composta por oito membros, entre os quais duas mulheres.

No encerramento dos trabalhos, teve lugar um jantar-convívio, em que interveio António Lopes, membro da Comissão Política, que apelou ao empenhamento dos militantes na luta contra a política do actual Governo, designadamente contra as medidas que visam liquidar importantes conquistas sociais dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas da população.



A Assembleia de Gondomar decidiu estreitar a ligação à juventude

A discussão acabou por consagrar nas conclusões da Assembleia cinco linhas de intervenção do Partido a cumprir com empenho imediato, a primeira das quais o reforço da acção do Partido junto dos trabalhadores e empresas do concelho.

A Assembleia reconheceu a necessidade de uma evolução da intervenção no movimento associativo, muito forte no concelho, sem descuidar a denúncia da dependência das colectividades perante a Câmara e a sua política de subsídios, e colocou a importância de estreitar a ligação à juventude, melhorando os índices de recrutamento e responsabilização de jovens. Relativamente às autarquias, apontou a neces-

bro da DORP do PCP, que defendeu a premência de um Partido «que serve o Povo, um Partido de massas, um Partido que quer transformar».

Na intervenção de encerramento dos trabalhos, Francisco Lopes, da Comissão Política, alertou para a necessidade de uma maior intervenção do Partido, sem desvalorização da organização e do seu reforço, e de uma maior valorização das grandes iniciativas nacionais do Partido, como o Movimento Por um Portugal com Futuro, actualmente em curso.

Amares

Para apreciação do trabalho partidário no concelho,

em defesa dos interesses da população, merece o respeito dos amarenses.

Resistir sempre

A Biblioteca Municipal de Ovar foi palco, na passada quinta-feira, da apresentação do último livro de Miguel Urbano Rodrigues, «O tempo e o espaço em que vivi», a que se seguiu um colóquio sobre «A crise mundial e a militarização do planeta».

Perante uma sala cheia, Miguel Urbano Rodrigues, que versou sobretudo a situação internacional, começou por destacar o recém-publicado «Manifesto ao Povo Português sobre a crise mundial» cujo texto, subscrito por cerca de uma centena de cidadãos representantes de múltiplos sectores da sociedade portuguesa, encontra-se já espalhado por numerosos países.

Um texto que caracteriza a situação actual do mundo como uma das mais profundas crises de civilização de que há memória desde a queda do Império Romano. Uma crise que configura já hoje uma ameaça à própria sobrevivência do Planeta.

A globalização neoliberal, que se desenvolve à margem da vontade dos povos, é apresentada hoje como uma consequência lógica das leis do mercado, mas, para Miguel Urbano, ela «assenta não em qualquer premissa natural, mas antes no poderoso e hegemónico aparelho político-militar dos Estados Unidos e dos seus aliados, que subjagam a seu belo prazer

grande parte da humanidade». Perante esta realidade, tem-se assistido a múltiplas formas de resistências, com expressão em várias jornadas (Seattle, Praga, Melbourne, Quebec, Barcelona, Génova, Forum Social Mundial em Porto Alegre, etc.), e que possuem como traço comum «o repúdio deste monstruoso projecto de sociedade assente numa ditadura mundial do capital».

De acordo com Miguel Urbano, o capitalismo não representa o fim da história. E a capitulação de vários partidos comunistas perante o sistema, optando deliberadamente por integrar-se nele e renegando a sua própria essência revolucionária, são experiências que ajudam a compreender melhor a necessidade de haver partidos ou organizações revolucionários consequentes, que lutem de acordo com as circunstâncias concretas de cada situação. Exemplos como a Revolução Cubana, a heroica luta do povo palestino ou o combate das FARC colombianas demonstram amplamente que é possível resistir e transformar.

Na sessão, que se prolongou até à uma da madrugada, foram ainda discutidas questões como as eleições brasileiras, a agressão israelita ao povo palestino, o Afeganistão, o ascenso da extrema direita da Europa ou o Tribunal Penal Internacional.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Orlando José Domingos Bernardo

Faleceu, no passado dia 17 de Outubro, com 67 anos de idade, o camarada Orlando José Domingos Bernardo. Membro do Partido desde 1974, pertenceu à célula do Sindicato dos Ajudantes Despachantes, tendo feito parte da célula da Quimigal, entre 1974 e 1983. Foi membro da Associação Portugal-URSS, RDA e República Popular de Angola. O camarada foi várias vezes candidato às eleições autárquicas, sendo neste momento eleito na Assembleia de Freguesia de São Jorge de Arroios. Actualmente pertencia à Comissão de Freguesia de São Jorge de Arroios, onde era responsável pela tarefa de fundos.

Orlando da Silva Rebelo

Após doença prolongada, faleceu no passado dia 26 de Outubro, com 81 anos de idade, o camarada Orlando da Silva Rebelo. Militante do Partido desde 1980, o camarada era natural de Albergaria-a-Velha, residindo há vários anos em Vila Nova de Famalicão, onde a sua generosidade e fraternidade eram por todos reconhecidas.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

LISBOA Esclarecimento prossegue

No âmbito de uma campanha de esclarecimento sobre os objectivos e consequências do chamado Código de Trabalho que o Governo quer aprovar, as organizações do PCP têm realizado inúmeras iniciativas dirigidas a diferentes sectores profissionais e trabalhadores de várias zonas do País alertando para a extensão e gravidade das medidas nele previstas.

É o caso da Direcção da Organização Regional de Lisboa, que promoveu um abaixo-assinado de repúdio por aquele projecto do Governo, a subscrever por intelectuais e quadros técnicos da região, ou de um comunicado de denúncia da Comissão Concelhia do Seixal, dirigida aos trabalhadores dos vários ramos de actividade daquele concelho.

MONTIJO Urgem explicações

A Comissão Concelhia do Montijo do PCP lamenta que a presidente da Câmara Municipal, para permitir a construção do Lar da Santa Casa da Misericórdia em Canha, tenha omitido durante mais de um ano um parecer negativo da DGOT sobre a situação do PDM, aprovado por unanimidade pela Câmara e Assembleia municipais.

Em nota à comunicação social, a Concelhia do PCP exige ainda que tanto o PS, partido actualmente responsável pela gestão autárquica do concelho, como a presidente de Câmara esclareçam as declarações contraditórias que têm surgido entre a presidente e uma vereadora do PS e alerta para a urgência de se chegar a um entendimento entre todas as partes envolvidas, de forma a encontrar uma solução legal que permita à freguesia de Canha usufruir de uma infra-estrutura que lhe é tão necessária.

BEJA Saúde a conta-gotas

Os 300 habitantes, a maioria de idade avançada, da freguesia de Quintos, situada a 17km de Beja, estiveram durante dois meses privados de cuidados médicos. Como «solução», a Coordenadora Sub-Regional de Saúde de Beja decidiu a consulta semanal por uma médica que atende oito doentes.

Os restantes transitam para a semana seguinte ou são obrigados a deslocar-se com sacrifício ao SAP ou Urgência do Hospital de Beja.

Face à situação, a Comissão de Freguesia de Quintos do PCP defende a existência de mais médicos para atendimento à população, que está satisfeita com a prestação dos cuidados de enfermagem.

MÉRTOLA Câmara ignora populações

O Tribunal Judicial da Comarca de Mértola deu provimento, em Setembro, à acção interposta pela Sociedade Agrícola da Brava, S.A., considerando como privado o caminho público de acesso ao rio Guadiana (moinho da Brava) e Vau Lucas. A Câmara Municipal, porém, não só não recorreu da sentença como escondeu o facto da Câmara - apesar de se terem realizado duas reuniões deste órgão, depois disso -, da população e dos vereadores da CDU, que sempre defenderam aquele caminho como público.

Perante a gravidade da situação, a Comissão Concelhia de Mértola do PCP, ao tomar dela conhecimento decidiu solidarizar-se com as populações lesadas, em especial com as pessoas de Corte Sines, e repudiar publicamente este comportamento da Câmara Municipal que não exerceu o direito legal de esgotar toda a hierarquia dos tribunais em defesa dos interesses colectivos.

Falar (e lutar) a tempo

Se bem nos lembramos, foi já há alguns bons anos que registámos a frequência com que esta ou aquela personalidade muito distante do PCP, de repente, vinha perfilhar publicamente diversas opiniões e pontos de vista parecidos, similares ou idênticos aos expressos pelo PCP sobre importantes questões.



Vítor
Dias
Membro
da Comissão
Política

A esse propósito, concluíamos então que a única explicação para a manifesta má-vontade, para os juízos sumariamente desprimorosos e para a hostilidade para com o PCP por parte de algumas dessas personalidades só podia derivar ou de o PCP não as deixar sozinhas a brilhar na defesa dessas posições ou de cometer o «pecado» de assumir um conjunto articulado e coerente de posições que, em outras vozes, sofriam uma certa dispersão e variação individual.

Lembrámo-nos disto quando há duas semanas, aqui no «Avante!», evocámos esse inolvidável momento da generalização de críticas nacionais e estrangeiras

empresários sobre «A importância dos centros de decisão nacional».

Na verdade, tirando um certa insistência do autor do texto em que «a preocupação dos empresários é sem dúvida meritória e decerto bem intencionada», compreenda-se que tivemos um certo prazer em ler nesta prosa que «a grande maioria dos empresários portugueses - e dos grandes em particular - habituou-se a viver na dependência do poder político ou em comunhão com ele. Grupos financeiros e/ou industriais nasceram e cresceram no antigo regime como extensões do próprio Estado e assim se mantiveram durante décadas num conúbio

mutuamente vantajoso, por definição e natureza». E escusado será dizer que, consequentemente, esta passagem nos trouxe o conforto de saber que, tantas décadas depois, análises fundamentais do PCP sobre a natureza da ditadura fascista e do capitalismo português ainda encontram

um semelhante eco.

Também gostámos de ver Fernando Madrinha a lembrar que «alguns dos mais beneficiados» pelos governos com as privatizações «bem mal agradecidos se mostraram: basta lembrar a venda do portuguêsíssimo Totta ao espanholíssimo grupo Santander». E a recordar sibilamente que «nem talvez valha a pena referir que, ainda não há muito tempo, grupos como os Mello, Espírito Santo e Amorim - cujos líderes assinam o docu-

mento - alienaram a favor de estrangeiros as participações que detinham numa empresa tão importante e estratégica como a Galp. Nem tomar em linha de conta que o gigante BCP tem a sua gestão de activos - um instrumento fundamental para a sua actividade - sediada em Londres».

Mas sobretudo, porque aqui é que bate o ponto, do que mais gostámos foi de ver este jornalista do «Expresso» a escrever que «este debate leva-nos sim à conclusão de que a única forma de preservar os tais centros de decisão é o Estado manter nas suas mãos as empresas estratégicas que ainda tutela ou controla, governando-as com saber e rigor».

E escusado será dizer que, em relação a todas estas citações, as achámos muito próximas de afirmações que foram feitas pelo Secretário-geral do PCP no lançamento da acção «Em movimento, por um Portugal com futuro». Para já não falar de denúncias, prevenções e alertas lançados há dez anos pelo XIV Congresso do PCP, como em boa hora lembrou Ruben de Carvalho num recente debate na «SIC Notícias».

Nesta história de exemplo e proveito, o pior não está na falta de reconhecimento alheio de que falámos certo e a tempo. O pior está mesmo no tempo e nas oportunidades que o País perdeu, também em alguma medida por causa dos que calaram ou aplaudiram quando nós falámos e protestámos ou estavam distraídos quando nós estávamos bastante atentos.

E quando no mesmo «Expresso», noutra coluna, vemos José António Lima a sentenciar que «daqui por uns anos esta greve geral e estas posições sindicais serão vistas como relíquias do conservadorismo social», só nos apetece terminar dizendo que trabalhamos e lutamos para que nem sequer venha a haver a oportunidade de o «Expresso» se debruçar sobre a devastação deixada pelo «pacote laboral» e confessar, por via indirecta, que o PCP afinal tinha razão.

//O pior está mesmo no tempo que o País perdeu//

ao Pacto de Estabilidade e à sua rigidez e «estupidez» com um atraso de quatro anos em relação às críticas formuladas pelo PCP e que fizeram com que, na volta do correio, recebesse tantos remos e duras sentenças por parte do PS, do PSD e de numerosos comentadores.

Mas sobretudo lembrámo-nos disto ao ler no último «Expresso» um comentário de Fernando Madrinha intitulado «Um alerta tardio» e directamente suscitado pelo «manifesto dos 41» grandes





A Câmara está inerte e parada, mas ostenta um discurso do tipo faraónico

Lisboa, uma cidade adiada

Passaram quase onze meses – mais de 320 dias – e a cidade está parada. A Câmara não mexe. A propaganda e o fogo-de-vistas substituíram totalmente a acção municipal. Muitos lisboetas nem acreditam. Promessas eleitorais das áreas social, desportiva, cultural, patrimonial foram esquecidas na sua grande maioria. Mas não faltam palavras e mais palavras sobre intenções de vir um dia a resolver problemas de Lisboa, e em cada dia que passa, ao mesmo tempo que o programa eleitoral é deitado às urtigas, novas promessas mirabolantes se juntam a outras também não cumpridas... Alguns casos rondam a caricatura: enterrar o comboio de Cascais e a terminar em Algés, tudo para deixar ver o rio e o mar; vender palácios para hotéis de 'charme' e para facturar à custa de todos, beneficiando uns poucos; mais hotéis de 'charme' para o Terreiro do Paço; e os ministérios a passarem para Carnide, num passe de mágica, implicando despesas brutais e supérfluas. São planos dignos do Egipto dos Faraós. Mas na verdade projectos ociosos. A actual maioria já começa a confirmar que está vazia de ideias e de vontade de trabalhar para a cidade.

Total falta de respeito

As Juntas de Freguesia não encontram respostas nem diálogo com os eleitos da maioria que se fazem substituir por assessores ou mesmo por assessores de assessores. São às centenas os ofícios não respondidos, nem sequer por delicadeza, sobre problemas locais que dia a dia se agravam.

Os vereadores do PCP na oposição ficam sem resposta nos seus pedidos de informação e é pelos jornais que sabem o que se passa na CML.

As ordens de trabalho para as sessões da CML, que deviam estar disponíveis para a vereação cinco dias antes, de modo a permitir o estudo e o exercício consciente do cargo, são quase sempre entregues com atraso e sem a documentação adequada.

Os deputados municipais chamam a atenção para os problemas na Assembleia Municipal mas não obtêm melhor resposta que as Juntas de Freguesia ou os vereadores...

As colectividades e outras organizações populares não têm melhor audiência.

As suas petições e reclamações ficam esquecidas na burocracia dos gabinetes.

Os apoios ficam congelados. As verbas, apesar de previstas em Plano e Orçamento, ficam nos cofres municipais. Ao mesmo tempo, crescem as notícias sobre acumulações escandalosas de ordenados do presidente da CML e de um dos vereadores do PSD, enquanto da parte do CDS aparecem rumores de privatização de sectores essenciais da actividade municipal, como a higiene urbana e o espaço público. No desmantelamento de algumas

empresas municipais nem sequer se equacionaria na proposta inicial da maioria a situação dos respectivos trabalhadores.

Câmara paralisada

É cada vez mais claro que a CML está parada. É uma evidência que as obras não avançam, há iniciativas que não se realizam, aumenta a desmotivação dos trabalhadores. São preocupantes outras questões, como, por exemplo: a lei do vale tudo para os maiores clubes de futebol; a pretendida suspensão do PDM, para que a construção civil possa construir mais e mais em altura, numa deliberada confusão entre crescimento de betão e desenvolvimento sustentado; o negócio para promover nas escolas um arremedo de ginástica, em vez de garantir educação física a sério; um decreto do Governo que mente dizendo que aprova um casino a pedido da CML, a qual nunca foi tida nem achada no processo; um casino autorizado à pressa pelo Governo contra parecer anterior da Inspeção Geral de Jogos; os ordenados a dobrar na Parque-Expo para o presidente e no MARL para um vereador da maioria...

Perante esta situação, o presidente da CML responde com promessas e mais promessas, numa "fuga para a frente", acumulando projectos sobre projectos que não são para cumprir. Esta actuação mais não visa que colocá-lo permanentemente na televisão e nos jornais, perspectivando "outros voos". É que a população de Lisboa não existe para a actual maioria da CML.

A sua governação é feita para os sectores do imobiliário, para os clubes de futebol, para os telejornais e para as revistas cor-de-rosa, não para as pessoas reais, não para resolver os seus problemas enormes. O que falta em actividade real sobra em propaganda. O *show* é permanente. Mas a acção em benefício da população de Lisboa é nula.

Quando em Janeiro se for fazer o balanço de um ano inteiro de inactividade, quando se apurar o deve e haver do plano de actividades de 2002, ficará claro que o actual rumo tem de ser inflectido, a bem do desenvolvimento da Cidade. Porque, infelizmente, Lisboa é hoje uma cidade adiada.

A acção do PCP

Neste quadro, a DOCL decide interisificar a sua intervenção marcando desde já as seguintes iniciativas: a realização de um ciclo de visitas e contactos com a população nos bairros e freguesias de Lisboa durante o mês de Novembro e a concretização, a partir de Janeiro de 2003, de iniciativas de debate sobre os principais problemas da cidade, apresentando propostas para que se possa manter os níveis de desenvolvimento que Lisboa teve na década de 90.

Comissões e associações reunidas em Encontro Nacional aprovam acção de informação para 20 de Novembro

Em defesa dos serviços públicos

A defesa dos serviços públicos vai ser objecto de uma acção de informação, em todo o País, no próximo dia 20 de Novembro. A iniciativa é das Comissões e Associações de Utentes dos Serviços Públicos.

A decisão foi por estas tomadas no seu 2.º Encontro Nacional, realizado no passado dia 26 de Outubro. Sensibilizar os portugueses para a necessidade da salvaguarda e melhoria dos serviços públicos, enquanto instrumentos de resposta às necessidades das populações e factores de garantia do seu bem-estar e qualidade de vida, constituem objectivos desta acção de informação nacional.

Este é, aliás, um dos pontos que consta da Resolução aprovada no decurso do Encontro pelas comissões e associações de utentes dos serviços públicos. Documento que representa uma plataforma de acção susceptível de dar um impulso e dinamizar o movimento dos utentes. Nesse sentido, foi aprovada a constituição de uma comissão dinamizadora visando coordenar

actividades comuns, fazer circular a informação e contribuir para o conhecimento e projecção pública da defesa e melhoria dos serviços públicos.

Os serviços públicos são fundamentais à vida das populações e do País

Serviços estes sob a responsabilidade do Estado que, no entender das comissões, nem sempre são concretizados no respeito pelos interesses dos cidadãos. Citados foram, por exemplo, a falta

de instalações, recursos humanos, equipamentos e uma gestão eficiente em hospitais e centros de saúde. No plano dos transportes e acessibilidades, por seu turno, os problemas situam-se na redução de horários, supressão de percursos e carreiras, para além da má qualidade do material circulante. Entre variadíssimos outros testemunhos, nas mais diversas áreas, lembrados no Encontro foram ainda os constantes aumentos

de preços a par da criação de taxas e tarifas em bens e serviços essenciais como a água, electricidade, telefone, gás e portagens e, por outro lado, a deslocação e encerramento de serviços e balcões da EDP. Apontados como exemplos de situações que resultam em prejuízo dos utentes foram ainda a existência de vias de circulação rodoviária com gravíssimos erros de concepção e construção, e, numa outra ordem, a tentativa de criar taxas por utilização das caixas multibanco.

Face a este quadro, o 2.º Encontro definiu na sua Resolução a necessidade de desenvolver e aperfeiçoar os serviços públicos com a «adopção de orientações que invertam a situação da sua sujeição a critérios de lucro que põem em causa a qualidade, acessibilidade e as condições de segurança em que são prestados».

A reter deste 2.º Encontro fica também a decisão de realizar um Fórum sobre os Serviços Públicos, em Fevereiro, de 2003, ano em que decorrerá o 3.º Encontro Nacional das Comissões e Associações dos Utentes dos Serviços Públicos.

Estudantes de Coimbra saem à rua

Milhares de estudantes de escolas secundárias cortaram, segunda-feira, simbolicamente, o acesso do trânsito à Universidade de Coimbra, em protesto contra as actuais condições de ingresso no ensino superior.

Os manifestantes, vindos de vários estabelecimentos de ensino da cidade, que foram encerrados, concentraram-se durante alguns minutos, na rotunda dos Arcos do Jardim, dificultando a circulação automóvel, deslocando-se depois para a Baixa, com passagem pela Praça da República.

Os estudantes contestam os exames nacionais e o actual sistema de «numerus clausus» de acesso ao ensino superior. Tiago Vieira, do Movimento das Associações de Estudantes do Ensino Secundário de Coimbra (MAEESC), congratulou-se com o nível de adesão dos estudantes ao protesto.

«Não à privatização do nosso ensino» foi uma das frases escritas em cartazes, empunhados por estudantes que entoaram palavras de ordem exigindo do Governo maiores investimentos no «ensino público gratuito»

Os estudantes questionam, ainda, o «estatuto do aluno não superior» – também designado «estatuto do aluno não-ouvindo» – que, na óptica do MAEESC, traduz uma «visão elitista e xenófoba do Governo».

«Querem convencer-nos que as causas da indisciplina são a entrada de imigrantes em Portugal, o alargamento da escolaridade obrigatória e a entrada de pessoas de todos os grupos sociais no sistema de ensino», sublinha um dos documentos divulgados pelo MAEESC.

CDU da Nazaré dinamiza acção

A CDU não quer que a Nazaré adira à empresa «Águas do Oeste», por considerar tratar-se de um mau negócio para o concelho. Esta uma das conclusões do jantar/convívio, promovido pela Coordenadora da CDU da Nazaré, que juntou recentemente mais de duas dezenas de simpatizantes no restaurante «O Bartidor 2».

No decorrer do jantar/convívio foi ainda aprovada uma proposta para a criação, na Assembleia Municipal, de uma Comissão Permanente, uma exigência, pela qual, os eleitos da CDU da Nazaré se vão bater na próxima reunião daquele órgão.

Apreciada foi também a acção do executivo municipal nos vários sectores, desde o turismo à recolha do lixo, passando pela gestão do recém-inaugurado Parque de Estacionamento Subterrâneo e pela grande quantidade de obras clandestinas no concelho.

«A Nazaré caiu numa desarmonia total», adiantou Frederico Martins, da Assembleia Municipal, referindo-se à construção civil, em que «cada um faz o que quer e lhe dá na real gana».

Também os montantes inscritos no PIDDAC para o próximo ano, e relativamente à Nazaré, foram alvo de contestação, em particular pela retirada das verbas para a construção dos quartéis da PSP e da GNR.

Segundo a Coordenadora da CDU da Nazaré, outras iniciativas se seguirão, a primeira das quais é já hoje, dia 7, com a realização de uma reunião com todos os simpatizantes, estando previsto um novo jantar/convívio para Dezembro.

Este primeiro jantar/convívio pretende marcar o início de uma nova forma de trabalho, que deverá traduzir-se num maior acompanhamento das questões autárquicas, principalmente ao nível da Assembleia Municipal.

A Revolução de 1917 85 anos depois Outubro faz falta!

Advvento de uma nova época histórica, a Revolução de Outubro – primeira grande tentativa de construção de uma sociedade nova, livre, justa, fraterna, solidária, liberta de todas as formas de opressão e de exploração – constitui o acontecimento maior da História da Humanidade.

As conquistas políticas, económicas, sociais, culturais, os avanços civilizacionais decorrentes da Revolução de Outubro, transformaram profunda e positivamente a vida não só do povo artífice da Revolução mas de todos os povos do mundo. Convocando os trabalhadores a intervirem activamente na construção da sociedade socialista e demonstrando que a natureza profundamente democrática do socialismo radicavam exactamente nessa participação activa dos trabalhadores na construção da sua sociedade, a

Revolução de Outubro corporizou sonhos e anseios milenares de milhões de explorados, de humilhados e ofendidos, deu força à luta contra o opressor e explorador sistema capitalista, mostrou que o Futuro é possível.

A derrota da experiência iniciada em 1917 – derrota que decorre de um vasto conjunto de factores de onde emergem quer uma prática, a dado momento, de afastamento e afrontamento do ideal comunista quer a violenta e contínua ofensiva do capitalismo internacional – não apaga das

páginas da história e da vida nem o seu significado profundo nem a importância das suas conquistas civilizacionais. Assinalar o seu 85.º aniversário significa, por isso, sublinhar essa importância universal, significa reafirmar aos modernos falsificadores e re-escrevedores da História que jamais conseguirão apagar a acção da União Soviética na contenção do imperialismo, na defesa da paz mundial, no apoio solidário, permanente e decisivo à luta libertadora dos trabalhadores e dos povos e às transformações revolucionárias ocorridas no mundo ao longo do século XX.

«Esta experiência não cairá no esquecimento. Entrou na história como conquista do Socialismo», afirmou Lênine, numa apreciação às transformações operadas nos primeiros meses da Revolução de Outubro. É óbvia a actualidade desta afirmação. A situação decorrente do fim da URSS traduz-se numa acentuação brutal da exploração, no aumento das injustiças e desigualdades, no uso e abuso da lei da força e na proliferação de conflitos bélicos, na violação multiplicada dos direitos e garantias dos trabalhadores, no empobrecimento acelerado da democracia, em terríveis regressões civilizacionais.

A situação actual comprova que, ao contrário das previsões e profecias dos peritos de serviço, o desaparecimento do socialismo como sistema mundial não tornou o mundo melhor, nem mais democrático, nem mais pacífico, nem mais justo, nem mais humano. Pelo contrário. Bem pelo contrário.

Outubro faz falta: eis o significado da luta que milhões de homens, mulheres e jovens prosseguem em todo o planeta – luta transformadora, feita do sonho de uma sociedade nova de que a Revolução de Outubro foi portadora.



• Albano Nunes



Significado internacional da Revolução de Outubro

Engana-se quem pense poder remeter a Revolução de Outubro à condição de simples peça de museu. A brutal realidade do capitalismo que aí está

confirma todos os dias a flagrante actualidade dos ideais, da base teórica, do programa, das formas de organização e dos métodos de luta que guiaram o partido de Lénine na conquista do poder político pelo proletariado russo e no empreendimento de construção de uma nova sociedade livre da exploração e opressão do capital.

Torna-se cada dia mais evidente que só com profundas transformações revolucionárias será possível impedir a catástrofe para que a globalização capitalista está a arrastar o mundo. O fracasso do reformismo, a impotência das diferentes variantes do idealismo e do radicalismo pequeno-burguês, a vergonhosa integração da social-democracia «clássica» no sistema, confirmam a justeza da rotura histórica de Lénine com o oportunismo revisionista da II Internacional e a necessidade de persistir no caminho aberto pela Revolução de Outubro. As derrotas do socialismo têm servido e continuam a servir de argumento para pôr em causa o valor e significado histórico da Revolução de Outubro e negar

a possibilidade de superar o capitalismo e passar a uma formação económica e social superior – o comunismo. O capitalismo poderia ser melhorado, mas nunca superado. São as teses do «fim da história», da «utopia» comunista, da «perversidade intrínseca» do marxismo-leninismo. Mas o que os trágicos acontecimentos do limiar dos anos noventa na URSS e outros países do Leste da Europa mostram, não é o tão apregoado «fracasso do comunismo» mas sim, como concluiu o PCP nos seus XIII e XIV Congressos, o fracasso de um «modelo» que se afastou, e afrontou mesmo valores, e ideais sempre afirmados pelos comunistas. Ideais que ganharam as massas exploradas, oprimidas e humilhadas da velha Rússia

e se transformaram na poderosa força material que possibilitou a vitória de Outubro e impulsionou a pioneira exploração dos caminhos da nova sociedade.

Sim, existiram atrasos, erros, trágicas deformações, período sombrio. Criou-se na URSS uma situação que tornava necessárias profundas mudanças segundo a orientação então proclamada de «mais democracia, mais socialismo». Não foi esse porém o caminho que tomaram os tumultuosos acontecimentos na URSS ao «deitar fora o menino com a água suja do banho». É esse «menino de ouro» que importa não esquecer, impedindo que se re-escreva a negro uma epopeia que, com todas as suas contradições, permitiu evidenciar a superioridade do socialismo e as suas imensas potencialidades libertadoras.

Impacto e influência

O impacto e influência internacional da Revolução de Outubro foi imenso. Desde logo pelo acto revolucionário do 7 de Novembro em si, a audácia dos bolcheviques, o heroísmo das massas em movimento, o assalto vitorioso ao Palácio de Inverno, a conquista do poder político pela classe operária e seus aliados sob a direcção dos comunistas, o derrube de toda poderosa autocracia czarista e a instauração da ditadura do proletariado, os decretos da Paz e da Terra e as primeiras e decididas medidas revolucionárias, a explosão de energia e criatividade revolucionária que percorreu o Império de lés a lés, os gloriosos feitos do Exército Vermelho na luta contra a agressão imperialista e a contra-revolução branca... Sonhos e aspirações seculares tornavam-se finalmente realidade. Com Lénine confirmavam-se na prática as geniais teorias e previsões de Marx. Tudo isto teve uma extraordinária repercussão no movimento operário internacional, sobretudo na Europa, e no movimento de libertação nacional, e desde logo na Ásia. Foi a criação e rápido crescimento de partidos comunistas (incluindo o Partido Comunista

Português), o combate ideológico e político ao reformismo, a fundação da Internacional Comunista, o ascenso da luta revolucionária da classe operária com o triunfo temporário de revoluções na Hungria, Sérvia, Alemanha e outras. O esmagamento da revolução alemã que o pérfido assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht simboliza, marca a passagem de um promissor período de afluxo revolucionário a uma fase de reacção e refluxo em que, para construir o socialismo, a Rússia soviética teve de contar apenas com as próprias forças e o avanço fascista iria conduzir ao desencadeamento da guerra. O que não impediu a consolidação do prestígio internacional da URSS, cujas extraordinárias realizações e inéditos ritmos de crescimento, granjearam a simpatia e trouxeram para o lado da classe operária muitos dos mais prestigiados e avançados intelectuais da época.

Socialismo e capitalismo

A edificação do socialismo na URSS não se processou numa redoma, livre da influência, da competição e do confronto antagónico com o capitalismo. Pelo contrário. Churchill propunha-se mesmo «estrangular o comunismo no seu próprio berço». A um contexto externo hostil têm aliás de ser assacadas pesadas responsabilidades nas deformações que conduziram à derrota do socialismo e à desagregação daquele imenso país. Mas uma poderosa influência de sentido e sinal contrário também se verificou. As realizações da URSS e a sua activa política de paz e de solidariedade internacionalista marcaram profundamente o próprio sistema capitalista limitando e contendo os seus impulsos exploradores e agressivos. É universalmente reconhecido que o impropriamente chamado «Estado Providência» e outros avanços democráticos e sociais nos países

Destacamento de guardas vermelhos nas ruas de Petrogrado, 1917. Foto de V.K. Bulla



A chegada da luz eléctrica, 1925. Foto de A.S. Chairhet



A colheita, 1937. Foto de B.P. Kudoiarov

*A trajetória da URSS
merece a nossa solidariedade*

● Manoel
de Lencastre

De Outubro ao muro de Berlim

A Revolução de Outubro partira para o seu destino com o esmagador apoio daqueles que a ela se deram - o proletariado industrial, algum campesinato, soldados, marinheiros, os amantes da paz, os visionários do mundo novo, os socialistas reais. Nem a guerra civil ou a fome, a criminosa intervenção estrangeira, a campanha imperialista vergonhosamente propagada em todo o mundo, venceram o ímpeto da História protagonizado pelo povo de que Lénine era filho.

**Os imperialistas
preparam a guerra**

Quando a crise económica se agravava nos países capitalistas, Estaline declarou que o imperialismo acabaria por tentar resolver os seus problemas recorrendo à guerra contra a já florescente URSS onde a produção industrial crescia a olhos vistos, de acordo com o Plano. Respondendo a um apelo do Komsomol, centenas de milhares de jovens partiram para os Urais e para a Sibéria a fim de participarem na criação de novas cidades industriais e na abertura de fábricas. Já terminara a construção da linha ferroviária que ligava o Turquestão à Sibéria. Começava a construir-se o Metro de Moscovo. Crescia a marinha mercante. O comércio privado desaparecia, lentamente. Já em 1930, a URSS conseguia as mais volumosas colheitas de sempre no sector dos cereais. A NEP, a industrialização, a electrificação, a extensão da rede ferroviária, tinham transformado a velha Rússia na moderna URSS que produzia automóveis, locomotivas, navios, maquinaria industrial e para a agricultura, tractores. O preço da vitória na 2.ª Guerra Mundial (30 milhões de vidas perdidas) foi pesado. Talvez fatal. O discurso de Churchill em Fulton (5 de Março de 1946) fazia nascer a guerra fria. E o lançamento de bombas atómicas sobre Hiroshima e Nagasaki deixavam perceber que os planos do imperialismo previam um ataque à URSS com armas nucleares. O seu esquema de sempre tinha sido a aplicação de todas e quaisquer medidas que pusessem fim à experiência socialista da URSS. A guerra dos nazis não resultara. Resultaria a bomba atómica de

Mas em fins de 1921, a situação económica de um conjunto de pátrias devastadas requeria medidas urgentes. Existiam na Rússia diversos sistemas de actividade económica em funcionamento paralelo, a saber: 1. uma economia ainda de tipo patriarcal; 2. pequenas unidades de produção de mercadorias em reduzida escala e a nível particular; 3. o capitalismo privado na indústria e na agricultura; 4. o capitalismo de Estado; 5. os primórdios do socialismo. As medidas adoptadas ficaram conhecidas como NEP (Nova Política Económica). E Lénine perguntou: «Por que havemos de ter medo do capitalismo, nós que estamos na posse das fábricas e das grandes indústrias, do sistema de transportes, do comércio externo?» Com os olhos postos no amanhã, o Gosplan começava, lentamente, a intervir no sistema económico. A URSS ia nascer. A 31 de Dezembro de 1924, o 2.º Congresso dos Sovietes ratificava o projecto de união das principais repúblicas soviéticas independentes, de acordo com as decisões dos respectivos delegados - Rússia, Bielorrússia, Ucrânia, Transcaucásia. Vladimir Ilitch tinha morrido a 21 de Janeiro desse ano e o lugar de Secretário-Geral do Partido Comunista (bolchevique) passara para Estaline.

Mas a épica história da reconstrução da Rússia, agora URSS, o êxito da NEP, a rápida reconstituição das populações urbanas nas principais cidades, estavam em pleno curso, embora 25% do país continuasse a viver em condições de total pobreza. Nos campos, eram os «kulaks» (proprietários de terras em grande escala) e os agricultores médios, quem estava a tirar partido das condições da NEP. Não o proletariado rural. Apesar disso, a luta pela educação e pela cultura desenvolvia-se em todo o novo país. Operários saíam do analfabetismo e da noite do desconhecimento - o homem soviético parecia emergir. Um projecto especial empolgava os comunistas e o povo, o da electrificação de toda a URSS. Sem isso, a industrialização do país a nível total, não seria possível. De 1928 a 1934, a URSS conheceu profundas e espectaculares transformações. O 1.º Plano Quinquenal, de que os capitalistas e a social-democracia ocidentais desdenhavam, e a colectivização das terras eram êxitos inegáveis. O Partido mobilizou 30 000 militantes para que as colheitas de cereais se fizessem em condições normais e o trabalho dos especuladores fosse impossibilitado.

*A mecanização
dos campos
anos 30.
Foto de
A.S. Chairhet*



capitalistas desenvolvidos, nomeadamente na Europa, são inseparáveis das realizações económicas, sociais e culturais do socialismo e do grande prestígio alcançado pela URSS, com o seu contributo heróico, para libertar a humanidade do flagelo nazi-fascista. Esta uma realidade que animava a insubstituível luta dos trabalhadores e que, simultaneamente, condicionava a política das classes dominantes. Eis porque, uma vez desarticulada a URSS e enfraquecido o prestígio do socialismo, o grande capital se lançou numa violenta contra-ofensiva de revanche social, política e cultural/ideológica que está a golpear duramente conquistas alcançadas por muitas décadas de duras lutas operárias e populares. O ascenso da luta de libertação nacional dos povos coloniais e dependentes e a derrocada dos impérios coloniais é ele também inseparável do avanço do socialismo no mundo. Desde o início que, com o reconhecimento do direito à autodeterminação e à separação dos povos submetidos pelo império czarista, a URSS exerceu uma grande atracção sobre a luta libertadora dos povos do Oriente asiático e do mundo muçulmano. Após a Segunda Guerra Mundial, esse movimento acelerou-se, radicalizou-se e estendeu-se à África. Dezenas de países conquistaram a sua independência e muitos deles enveredaram pelo caminho de profundas transformações de natureza anticapitalista, que abalaram profundamente o domínio colonial e neocolonial do imperialismo.

Aprender com a experiência

O desaparecimento da URSS, como retaguarda e aliada segura das forças revolucionárias, constituiu uma enorme perda para a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos. Mas é talvez em relação aos problemas da paz que se torna mais evidente a dramática falta que a URSS faz ao mundo. Desde o Decreto da Paz, o primeiro decreto da Revolução de Outubro, até às propostas de meados da década de oitenta para a proibição e liquidação das armas nucleares, passando pela histórica Conferência de Helsínquia sobre Segurança e Cooperação Europeia, tudo evidencia a natureza pacífica do socialismo e a sua decisiva contribuição para a defesa da paz e para a contenção da política de guerra e agressão do imperialismo. A ordem democrática e antifascista saída da Segunda Guerra Mundial que o sistema da ONU exprime, é inseparável da política de paz e desarmamento praticada pela URSS e outros países socialistas. É uma evidência que a ofensiva militarista e de guerra conduzida pelos EUA e seus aliados só é possível porque desapareceram a URSS e o socialismo como sistema mundial, porque assim se rompeu o equilíbrio militar estratégico que mantinha o imperialismo em respeito, porque a correlação de forças no plano mundial se modificou radicalmente em favor do grande capital e do imperialismo. Para enfrentar com sucesso tão inesperada e perigosa situação importa não esquecer o que foi e o que representou a Revolução de Outubro e o empreendimento de uma nova sociedade a que deu lugar, realidade que marcou decisivamente toda a marcha do século XX e os grandes avanços libertadores e de civilização que nele se verificaram. Porque, levando em conta as profundas mudanças do mundo desde o 7 de Novembro de 1917 e aprendendo com as experiências que dos comunistas que nos precederam, é nesse caminho que têm que persistir aqueles que não se adaptam e não desistem da luta pela transformação socialista da sociedade.



De Outubro ao muro de Berlim

Harry Truman? A guerra fria, entretanto, oferecia melhores possibilidades. A gloriosa vitória do Exército Vermelho, do povo soviético e do PCUS, produziram a mais profunda influência nos países libertados. Neles, a acção de poderosos partidos irmãos, o reflexo da impressionante obra levada a cabo em toda a URSS, as naturais exigências dos respectivos povos, abriam as portas do futuro. Seria doloroso e interminável o trabalho a realizar para que esses povos saíssem da estagnação e conhecessem novos tempos. Os comunistas, porém, estavam prontos para a luta. Mas os imperialistas, também...

A crise de Berlim começou em Junho de 1948. As actividades unilaterais das potências ocidentais ocupantes (EUA, GB e França), sempre em contradição com os acordos assinados em Potsdam, conduziram a URSS a interromper as ligações ferroviárias, fluviais e terrestres com o sector ocidental da antiga capital do Reich. A ponte aérea, porém, apoiada por intensa barragem de propaganda em

tudo o ocidente revelar-se-ia um bom instrumento na política de pretender defender aquilo a que dão o nome de liberdade.

O imperialismo fundara a NATO, em 1949. Doze países, entre os quais Portugal, subscreveram o que se chamara, inicialmente, o Pacto do Atlântico. A NATO seria o instrumento que faria a guerra ao socialismo. Ficou patente durante as manifestações de Berlim e Leipzig de 17 de Junho de 1953, que os ocidentais tentariam destruir a URSS ou, pelo menos, desestabilizar a tentativa de construção do socialismo nos países das novas democracias populares.

A acção de provocadores plantados para o incitamento à greve e a manifestações anti-soviéticas foi provada. Jogavam a carta da instabilidade. Surgiriam, mais tarde, o Pacto de Varsóvia (14 de Maio de 1955) e o célebre muro de Berlim (13 de Agosto de 1961).

Mas o imperialismo, com a sua mortal campanha da guerra fria, estava a empurrar a URSS para um terrível abismo.

O fim da URSS e a Rússia mutante

Há menos de doze anos os soviéticos pronunciaram-se em referendo a favor da manutenção da URSS. Foi a 17 de Março de 1991 que 76% dos cerca de 149 milhões de votantes disseram sim à continuidade da União Soviética, fundada em 1922, cinco anos após a Revolução de Outubro. Dramaticamente, a inequívoca vontade popular expressa no referendo foi impotente face à espiral desagregadora contra-revolucionária que desde o final da década de oitenta atravessava o país com crescente intensidade.

● Luís Carapinha

A traição das cúpulas, dirigida inicialmente contra o PCUS e depois alargada à URSS, apoiada de fora e ampliada por dentro por parte considerável dos meios de comunicação social – quem não se lembra da «glasnost»? –, fez abrir a caixa de Pandora que conduziu à desestabilização social, ao oportunismo político e económico e à eclosão do nacionalismo exacerbado e à violência. O desfecho do processo é conhecido: apenas nove meses após o referendo, a 8 de Dezembro, os dirigentes de três repúblicas, a Rússia, Ucrânia e Bielorrússia, entre os quais se contava Léltsin, à revelia da vontade popular e da constituição mas em sintonia com Washington, e suportando-se no capitulacionismo e convivência políticas de Gorbatchov, assestaram o último golpe na URSS, decretando unilateralmente o seu desaparecimento. Nesse mesmo dia foi criada a fantasmagórica C.E.I., autêntica entidade de divisão e arrebatado do espólio soviético. O referendo de 17 de Março, pelo seu destino e significado, marca o processo de imposição da democracia formal burguesa, importada do Ocidente, no espaço da antiga União

Soviética, e demonstra com clareza a sua natureza perversa, de que a Rússia é um caso paradigmático. É assim compreensível o seu imediato e posterior apagamento da história, na mesma linha da condenação ao silêncio eterno, hoje como ontem, de todas as extraordinárias conquistas e avanços do «socialismo real» e do proeminente papel histórico desempenhado pela URSS na derrota do fascismo e na derrocada do colonialismo, na luta pela paz e emancipação dos povos. Do mesmo modo, o enfoque no anticomunismo e na satanização da URSS preconizados pelo pensamento único da ideologia dominante, tem hoje como reverso da medalha o encobrimento do retrocesso civilizacional e histórico resultante da derrota do socialismo e do consequente desmantelamento da URSS.

Efectivamente, o fim da URSS abriu as portas a uma vasta ofensiva planetária dos EUA (pólo da globalização imperialista), que impõem ao mundo a sua agenda neoliberal reaccionária, apoiada no militarismo, no terrorismo de estado e na guerra. O esvaziamento do direito internacional, o neocolonialismo, o aumento da exploração dos povos e dos trabalhadores e a insegurança generalizada são elementos característicos desta ofensiva global que aumentou os desequilíbrios e assimetrias, tornando o mundo mais perigoso e instável.

No plano social e humano os resultados do colapso do socialismo são desastrosos. Os antigos países socialistas da Europa e a ex-URSS foram directamente atingidos, facto bem espelhado no insuspeito relatório do PNUD sobre o processo de «transição para a economia de mercado»⁽¹⁾ que aponta para as suas consequências calamitosas: colapso



O pavilhão soviético na Exposição Mundial de Paris de 1937, situado em frente do pavilhão da Alemanha nazi, era dominado pela escultura de Vera Mukhina «O operário e a trabalhadora agrícola kolkhosiana», simbolizando a aliança entre a indústria e a agricultura, na base da qual foram concebidos os planos quinquenais.

económico, emergência em massa da pobreza, desigualdade e ruína social, explosão do crime, quebra drástica da esperança de vida, etc. Embora não qualifique o processo de genocídio – a quem depois apresentaria a factura? –, o citado relatório informa que «vários milhões de pessoas não sobreviveram à década de noventa o que teria acontecido se o nível de esperança de vida existente em 1990 tivesse sido mantido» e conclui, referindo-se à gravíssima depressão populacional e demográfica que afecta a maioria destes países, «ser difícil imaginar que algo similar pudesse alguma vez ter acontecido em tempo de paz e numa região tão vasta». O relatório do PNUD, que encontrou pouco eco entre os grandes media e a elite pensante da «sociedade global», tem a coragem de reconhecer que a transição para a economia de mercado – que admite ser um eufemismo para designar o que apelida de «grande depressão» – «ter sido literalmente letal para uma vasta camada de população» e de estabelecer, mesmo que não aprofundando, a ligação entre o aumento da desigualdade que acompanha a transição e o processo de privatizações resultante na «constituição de uma reduzida e opulenta classe capitalista e de uma sociedade altamente polarizada». A par da hecatombe social e económica (só na Rússia o PIB decresce 40% em menos de dez anos), o processo que levou ao desaparecimento da URSS e à restauração capitalista fez eclodir um conjunto de guerras fratricidas de

invólucro nacionalista. A receita é antiga: o imperialismo sempre usou o nacionalismo para semear o ódio e a divisão quando lhe foi conveniente. Na ex-URSS, a lista é longa e inclui guerras civis, separatistas, religiosas e territoriais – Azerbaijão, Arménia, Tadjiquistão, Moldova, Geórgia, Rússia, Usbequistão e Quirguistão. Na Rússia, onde se trava a guerra na Tchetchénia, o nacionalismo tchetchene surgiu não como movimento de libertação mas antes como parte integrante do amplo processo contra-revolucionário, com a convivência e instrumentalização do Kremlin e os apoios externos aos quais os EUA não são alheios. Debilitada economicamente, fortemente polarizada e degradada no plano social, com a NATO em alargamento já à porta das suas fronteiras, a Rússia contemporânea move-se na direcção de um regime em que a deriva autoritária só superficialmente dissimula a fraca consistência interna de um sistema social mutante. O alinhamento com o imperialismo dos EUA põe a descoberto as pretensões de «imperialismo caseiro» da oligarquia russa mas, no essencial, reforça a posição subordinada de uma Rússia em que se aprofundam as contradições internas e onde a possibilidade de emergência de novos cataclismos permanece na ordem do dia.

(1) Transition. Human Development Report For Central and Eastern Europe and the CIS 1999, UNDP.

PCP apresenta proposta de alteração ao Orçamento do Estado para 2003

Contra o rolo compressor

Totalizam seis dezenas as propostas de alteração apresentadas pelo PCP ao Orçamento do Estado para 2003. O debate e votação em sede de especialidade tem início amanhã.

Estas são propostas, conforme foi sublinhado na sua apresentação pública, na passada semana, em conferência de imprensa, que visam minimizar os aspectos mais gravosos para a vida dos portugueses que resultam do Orçamento do Estado

para 2003. «Não nos demitimos de até à última votação do Orçamento procurarmos contribuir com propostas», salientou, na ocasião, o líder parlamentar comunista, Bernardino Soares, numa alusão à atitude construtiva e responsável da sua bancada. Não obstante a consideração de que nos

A este Orçamento falta solidariedade e justiça social

seus aspectos estruturais, pelas suas opções e prioridades, este é um mau Orçamento. Porquê? Porque

aumenta os impostos sobre quem trabalha e diminui o poder de compra dos estratos sociais mais carenciados e desfavorecidos. Porque ataca

os salários e os direitos dos trabalhadores da administração pública e não cumpre a Lei de Bases da Segurança Social. Porque aumenta a carga fiscal sobre as micro e pequenas empresas e impõe restrições ao investimento autárquico. Porque reduz o investimento do Estado nas funções sociais, designada-

mente em Educação, Saúde, Cultura, Ciência e Tecnologia.

Mas as vigorosas críticas dos comunistas a este Orçamento tiveram ainda por base uma outra questão: a da total ausência de solidariedade e de justiça social. É que o Governo, como salientou o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, pede sacrifícios à população e aos trabalhadores e, simultaneamente, concede privilégios e benesses ao grande capital financeiro.

Ora as propostas de alteração do PCP vão fundamentalmente no sentido de atenuar ou corrigir alguns traços desta realidade. São disso exemplo, desde logo, as que visam aliviar a carga fiscal sobre os trabalhadores dependentes, sobre os cidadãos portadores de deficiência e sobre os pensionistas e reformados. Ou as

que, relativamente a este último sector da população, buscam conferir condições de maior dignidade às suas vidas através do aumento das reformas e pensões. Sem esquecer as propostas orientadas para garantir o cumprimento das funções sociais do Estado e todas as destinadas a introduzir maior equidade na tributação fiscal.

Resta agora saber qual o comportamento da maioria de direita. Apesar do pedido para que as propostas sejam avaliadas pelo seu mérito, há sinais de arrogância do PSD e do CDS/PP (são disso exemplo declarações de Alberto João Jardim proferidas segunda-feira em que afirma que o Governo não deve mudar uma vírgula) que fazem prever que venha a cair em saco roto o apelo da bancada comunista para que não seja adoptado o «rolo compressor» que esmaga todas as propostas só porque vêm da oposição.

Sacrificar os mais desfavorecidos

No Orçamento do Estado para 2003, presente em toda a linha, como marca profunda, está a opção do Governo em fazer pagar aos grupos sociais de menores recursos, designadamente aos trabalhadores e às famílias mais carenciadas, as dificuldades económicas e financeiras do País. Esta uma ideia central reiterada na conferência de imprensa dada pelo Grupo Parlamentar do PCP para apresentação das suas propostas de alteração ao Orçamento do Estado.

Lembradas, na ocasião, foram também outras críticas feitas pela bancada comunista, que marcaram o debate na generalidade. Ao Governo de direita foi dirigida a acusação, por exemplo, de querer impor uma «política restritiva de cortes acentuados no investimento público, particularmente nas funções sociais do Estado», a qual, no entender do PCP, «em vez de estimular a retoma da actividade económica e preparar o País para o futuro», irá, pelo contrário, «acentuar a quebra de todos os indicadores da economia e hipotecar o futuro do País».

Verberada, de forma acesa, na proposta de Orçamento do Estado, foi ainda a ausência de medidas efectivas de combate à fraude e à evasão fiscal.

Cumprir funções sociais

O corte na despesa social é outra das marcas deste Orçamento. Não obstante atravessar todas as áreas, esta opção é particularmente visível na educação, na saúde, na ciência e na cultura. É a visão economicista a comandar as políticas do Governo. Com o PCP a opor-se-lhe, apresentando propostas alternativas:

- Eliminação do artigo 8.º da proposta do Orçamento de Estado que altera as condições de aposentação dos trabalhadores da Administração Pública;

- Reforço da transferência para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social em 148,8 milhões de Euros (cerca de 29,8 milhões de contos) para cumprimento da Lei de Bases da Segurança Social;

- Aumento do Abono de Família e respectiva Bonificação Por Deficiência, num quadro de discriminação positiva que tem em conta o número de filhos e os rendimentos dos agregados, o que significam variações entre 5,55% e 64,06% no subsídio familiar e de 36,12% na bonificação por deficiência;

- Aumento das participações previstas no Regime Geral do Serviço Nacional de Saúde para as Próteses e Órteses;

- Reposição do regime geral e para jovens do crédito bonificado à habitação;

- Transferência de atribuições e competências e respectivos meios financeiros para as autarquias;

- Exceptuar da norma que impõe um nível de endividamento zero para os municípios

(e só no caso de ser aprovada) os empréstimos destinados à construção de habitação social e ao financiamento de projectos com participação comunitária;

- Desactivação das verbas congeladas para investimentos no PIDDAC e para o pagamento de abonos;

- Aumentar em 25,8 e 10 milhões de euros, respectivamente para as Universidades e Politécnicos, as dotações para o funcionamento das instituições do ensino superior público;

- Aumentar em 3,5 milhões de euros a dotação para acção social escolar do ensino superior;

- Manter a autonomia administrativa e financeira dos Laboratórios do Estado.

das Actividades Agrícolas fixando-a em 60% do valor do Salário Mínimo Nacional líquido de quotizações (actualmente está fixada em 55% do SMN, o que significa um aumento dos actuais €170,14 - 34 110\$00 para €185,5 - 37 260\$00, por conseguinte, mais 9,2%);

- Aumento dos complementos por dependência fixando-os em 70% e 100% da pensão social, respectivamente para dependentes de 1.º grau e 2.º grau. Actualmente os valores deste subsídio têm diversas variantes e oscilam entre €62,25 e €124,45. Passam a situar-se em €96,80 e €170,14;

- Definição da data de 1 de Julho de 2003 para entrada em vigor do complemento familiar para casais de idosos com mais de 75 anos de idade, de modo a que o rendimento global seja, no mínimo equivalente ao Salário Mínimo Nacional.

Por mais justiça fiscal

Em matéria fiscal, para o PCP, este Orçamento do Estado é «intoleravelmente injusto». Foi assim que o classificou, no debate na generalidade. Análise esta suportada numa constatação simples: o Governo, por um lado, pede sacrifícios aos trabalhadores e pretende diminuir-lhes os salários reais; por outro, isenta de impostos sobre os lucros as mais-valias realizadas pelas Sociedades Gestoras de Participações Sociais e concede benefícios fiscais ao grande capital financeiro.

Alterar este estado de coisas, contribuindo para uma maior justiça fiscal, eis os objectivos das seguintes propostas:

- Actualização dos escalões do IRS e dos abatimentos e deduções à colecta em 3%;

- Não incidência do IRS sobre as bolsas atribuídas aos praticantes de alta competição;

- Não incidência do IRS sobre os rendimentos auferidos por trabalhadores-estudantes até ao limite

do salário mínimo nacional mais elevado;

- Dedução à colecta de 25% das despesas suportadas com o pagamento de rendas de habitação por estudantes deslocados a mais de 50 km até ao limite de 100 Euros;

- Eliminação dos aumentos previstos para o regime simplificado e para os pagamentos especiais por conta em IRS e IRC;

- Reposição da tributação sobre as mais-valias e imposição de tributação às Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS) e Sociedades de Capital de Risco (SCR);

- Aperfeiçoar o regime de tributação das instituições bancárias;

- Eliminação dos benefi-

cios fiscais nos Planos de Poupança Acções e na aquisição de acções em privatizações e em OPV realizadas pelo Estado;

- Fim dos benefícios fiscais às entidades financeiras instaladas no *offshore* da Madeira e da ilha de Santa Maria;

- Definição das regras necessárias ao levantamento das informações protegidas pelo sigilo bancário previsto na reforma fiscal em 2000 (Lei 30-G/2000) e obrigatoriedade do Governo apresentar anualmente à Assembleia da República, com a Proposta do Orçamento de Estado, informação de carácter estatístico sobre o uso deste instrumento legal.

Subir as pensões

Recheado de promessas, onde avultou uma falsa preocupação pelos idosos e reformados, o enganador e hipócrita discurso eleitoral da direita cedo foi estilizado pela sua prática governativa. A testemunhá-lo, de modo eloquente, está o Orçamento do Estado. As dotações nele inscritas para as pensões de reforma não só correspondem a aumentos inferiores aos dos últimos anos como estão bem longe da prometida aproximação das pensões mínimas ao salário mínimo nacional.

Por isso, com razão, o deputado Lino de Carvalho acusou o Governo de com o seu comportamento evidenciar uma «enorme hipocrisia» e uma «total falta de sensibilidade social».

Corrigi-la é o que pretendem fazer o PCP com as seguintes propostas no plano das pensões de reforma:

- Aumento das pensões mínimas de Invalidez e Velhice do Regime geral com alteração da grelha de escalões tendo em conta aproximação ao Salário Mínimo Nacional sempre conjugada com a carreira contributiva dos beneficiários. Esta proposta assegura que a partir de Janeiro de 2003 seja cumprido o que dispõe a Lei de Bases para a pensão mínima - menos de 15 anos de carreira contributiva - (€201,34 - 40 365\$00, mais 6,2% do que o valor actual);

- Aumento da pensão social fixando-a em 50% do valor do Salário Mínimo Nacional líquido de quotizações (actualmente está fixada em 44,6% do SMN, o que significa um aumento dos actuais €138,27 - 27 720\$00 para €154,87 - 31 050\$00, ou seja, mais 12%);

- Aumento da Pensão Mínima do Regime Especial

Alta competição

Proposta de particular significado para o desporto no nosso país é a que isenta de IRS as bolsas atribuídas aos praticantes de alta competição. Esta é uma proposta que responde não só às legítimas expectativas dos atletas como também às do próprio Comité Olímpico Português.

Solidariedade com os Açores

Com grande significado e importância para a Região Autónoma dos Açores são as propostas do PCP relativas, por um lado, às necessidades de financiamento e, por outro, ao apoio devido à reconstrução de habitações afectadas pelo sismo de 1998. Neste caso, a proposta formaliza o reforço

desse apoio em €2 500 000 (meio milhão de contos), fixando em 20 milhões de euros a transferência para o Governo Regional dos Açores, a título de participação, para a reconstrução do parque habitacional das ilhas do Faial e do Pico. Quanto à primeira proposta, exclui da imposição de

endividamento zero para as Regiões Autónomas os empréstimos destinados à construção de habitação social, ao financiamento de projectos com participação comunitária bem como a participação regional na reconstrução das ilhas do Pico e do Faial.

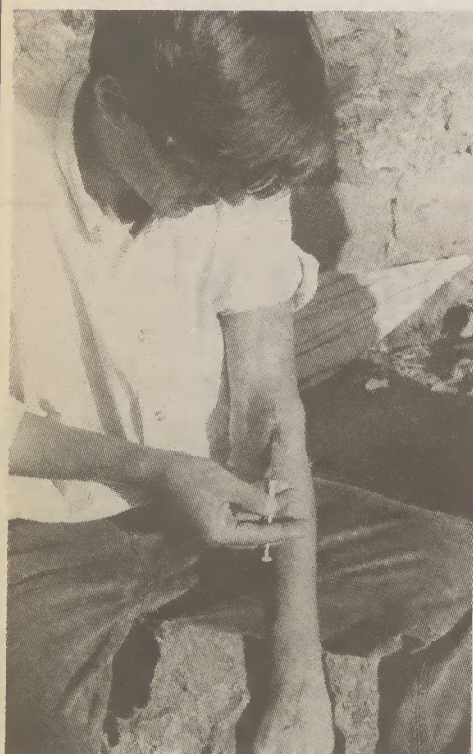
Portugal - líder europeu na droga

● Sandra Pimenta

Mais uma vez os números não enganam...

infelizmente. Nove em cada mil portugueses injectam-se ou consomem drogas duras de uma forma regular e prolongada. Portugal tem, assim, o segundo valor mais elevado da Europa de consumidores de droga, só à frente do Luxemburgo onde a situação é mais preocupante, enquanto que no resto da Europa este tipo de consumo tem tendência a estabilizar e até a diminuir.

Esta é uma das principais conclusões do relatório anual sobre a evolução do fenómeno da droga na União Europeia (UE), apresentado em Bruxelas, no



passado mês de Outubro. Mas há mais. O documento elaborado pelo Observatório Europeu da Droga e da Toxicoddependência (OEDT) confirma ainda, que Portugal é o país cujos toxicoddependentes continuam a ser os que apresentam a taxa de SIDA mais elevada da UE. Para este organismo, o aumento de casos desta doença relacionados com o consumo de droga explica-se pela falta de acesso aos centros de tratamentos cuja disponibilidade não é nem de longe nem de perto suficiente para os pedidos registados, e também ao aumento da transmissão entre os consumidores. Também no capítulo da mortalidade entre os consumidores Portugal se destaca pela negativa. A região de Lisboa é a única cidade europeia onde a taxa de mortalidade entre consumidores de droga continua a aumentar. O que é deveras significativo. Os «hipermercados» da droga continuam a trabalhar à luz do dia e por falta de meios e vontade política dos sucessivos governos o combate ao branqueamento de capitais tem sido praticamente ineficaz. Em relação à propagação de doenças infectocontagiosas entre toxicoddependentes, mais uma vez, Portugal apresenta uma das situações mais preocupantes a nível europeu. Entre os consumidores de droga injectada nas duas principais cidades do país, Lisboa e Porto, a prevalência de HIV é superior a 25%, ou seja, a mais elevada da UE. Quanto à Hepatite C os níveis de contaminação dos portugueses estão também entre os mais elevados.

Quanto à situação nas prisões, na maior parte dos países europeus mais de 50% dos reclusos já consumiram qualquer tipo de drogas ao longo da sua vida, valor que atinge os 62% em Portugal. Apesar destes números claramente acima da média europeia, o OEDT considera que em Portugal se está a assistir ao fim da epidemia da heroína que se viveu no fim dos anos 80, início da década de 90. O problema é que tem aumentado a proporção de consumidores de outras drogas, nomeadamente cocaína ou anfetaminas.

A indiferença dos governos

Perante cenário tão negro, é indispensável e urgente perguntar: o que andaram os governos PSD de Cavaco e PS de Guterres a fazer para travar este flagelo? E o que pensa fazer agora a coligação governamental PSD/PP liderada por Durão e Portas? Para tentar perceber temos que recuar cerca de 15 anos. Foi no auge dos 10 anos de governos PSD que o Casal Ventoso se tornou o maior ponto de venda de droga em Portugal, e um dos maiores da Europa, o que só por si comprova que não houve qualquer política nem investimento neste problema.

Seguiu-se o Partido Socialista que declarou o problema da toxicoddependência como «inimigo público número um», mas tudo não passou de uma acção meramente mediática, pois a verdade é que nunca estivemos perante um programa concreto de medidas e acções, mas sim perante um conjunto de intenções, mais uma vez remetidas para um espaço de tempo de vários anos (horizonte de 2004).

Actualmente, e desde a entrada em funções deste novo governo, dos objectivos anunciados destacou-se o propósito de transferência de responsabilidades para as autarquias locais nestas matérias, ou seja, uma política de desresponsabilização do Estado com o favorecimento do recurso a entidades que visam o lucro e uma evidente fragilidade no combate ao tráfico de droga e ao branqueamento de capitais, que são preocupantes. Como todos sabemos, este é um truque engenhoso e muito esclarecedor quanto à ética de quem o pratica... mas já com barbas!!! A teoria passa «por desinvestir, cortar nos financiamentos, nos meios, nos quadros de pessoal dos serviços públicos, atacar a sua qualidade, minar a sua capacidade de resposta e depois, encolher os ombros e dizer que o Estado deve deixar a intervenção na mão de interesses privados e desresponsabilizar-se do seu dever. O País já assistiu a isso, e não queremos que volte a assistir». A prevenção e combate à toxicoddependência em Portugal exige determinação, coerência, vontade política, meios e convergência de esforços, uma postura que o nosso partido sempre assumiu e continuará a assumir na sua intervenção. Por fim, defendemos uma política com base na concepção de que um toxicoddependente é um doente e não um criminoso, e que o seu tratamento e reinserção social é um dever do País, e não uma potencial fonte de receita privada.

Governo francês adia plano de privatizações mas prepara alterações no sistema de pensões

Leilão suspenso

Depois das manifestações contra a venda das empresas públicas que mobilizaram milhares de trabalhadores em 3 de Outubro, o governo francês admite que este não é o momento adequado para concretizar o plano.

Em Julho passado, o primeiro-ministro francês garantiu que a Air France seria a primeira empresa pública a ser privatizada, decisão confirmada em Setembro com o anúncio de uma lei que alteraria o estatuto da empresa. Agora, o

ministra (e ainda é uma parte significativa) das empresas públicas.

O mau momento das bolsas e a contestação social explicam o recuo

ministro da Economia veio declarar que a venda será adiada, até que a conjuntura aeronáutica melhore, estimando que tal poderá acontecer dentro de «seis meses a um ano».

Embora o ministro se tenha justificado com a crise do Iraque e com o baixo preço das acções em bolsa, a verdade é que este recuo do governo de Raffarin e do presidente Chirac não pode ser desligado da contestação movida por amplos sectores da sociedade contra a alienação do que

Evitando uma guerra com os sindicatos, o governo francês evoca a crise bolsista enquanto espera melhor oportunidade para relançar o seu programa de alienação do património público, onde se incluem, entre outros, para além dos 54,4 por cento da Air France, parte do capital da Renault e da France Telecom, a braços com uma profunda crise, bem como a totalidade da EDF e da GDF, as empresas de electricidade e gás, respectivamente.

No caso da France Telecom, o Estado prepara-se até para reforçar a sua posição com uma injeção de oito mil milhões de euros que irá ajudar a resolver

a complicada situação em que a empresa se encontra. Gravemente endividada, o gigante das telecomunicações acumulou perdas de 12.200 milhões de euros e uma dívida de 68.700 milhões de euros, um montante várias vezes superior à dívida, de 13.100 milhões de dólares, que levou a norte-americana Enron a abrir falência. São exemplos destes que levam os franceses a dizer não às privatizações.

Pensões são o novo alvo

As atenções do governo francês estão agora voltadas para a reforma do sistema de pensões, em que os principais objectivos são o aumento da idade da reforma – actualmente de 58 anos para os funcionários públicos e 60 anos no sector privado – e a redução do valor das prestações. A data para aprovação do novo regime já está definida – Junho de 2003. Até lá, não vai ser fácil convencer os franceses da bondade destas alterações.

Adesão à UE é prioridade dos islamitas turcos

O partido islâmico moderado da Justiça e Desenvolvimento (AKP) obteve a maioria absoluta nas eleições legislativas turcas, realizadas no domingo, conquistando, com 34,3 por cento dos votos, 363 dos 550 assentos parlamentares. O Partido Republicano do Povo conseguiu 19,43 por cento dos votos e 179 lugares. Os restantes 16 partidos concorrentes ficaram de fora da Câmara por não terem atingido a fasquia mínima dos 10 por cento.

O AKP foi fundado há pouco mais de um ano a partir de um partido islâmico proibido. Acusado de «incitação ao ódio religioso», o seu líder Recep Tayyip Erdogan, antigo presidente da Câmara

de Istambul, foi declarado inelegível, razão que por agora o impede de assumir o cargo de primeiro-ministro.

Apesar disso, Erdogan já anunciou que a primeira prioridade do seu governo é a adesão à União Europeia, objectivo para o qual pediu a cooperação dos partidos de oposição. «Vamos dar todos os passos que sejam necessários, queremos mostrar a nossa determinação», disse o líder turco anunciando que irá reforçar de imediato os laços com a UE e visitar os estados-membros, mesmo antes da formação do novo governo.

Por seu lado, a Comissão Europeia declarou-se «disposta a cooperar» com os

islamitas moderados, sublinhando o seu empenhamento na prossecução das reformas iniciadas em Ancara.

Num comunicado divulgado na segunda-feira, o executivo comunitário não fez, no entanto, qualquer alusão à abertura das negociações de adesão. «Os dois partidos que estarão representados na Grande Assembleia Nacional indicaram claramente que apostam na condução de uma política pró-europeia», assinalou a Comissão, sublinhando que espera da Turquia «uma confirmação do seu empenhamento nas reformas destinadas a conformar o país com os critérios de adesão da União Europeia».

Reformados europeus escrevem a Durão Barroso

A Federação Europeia de Reformados e Idosos (FERPA) enviou uma carta ao primeiro-ministro e ao Presidente da República em que manifesta preocupação pelas opções políticas do Governo português em particular no orçamento de 2003.

A privatização gradual dos sistemas de reforma e de saúde, considera a FERPA, «terá efeitos negativos nas condições de vida dos reformados portugueses, já muito difíceis para a maior parte deles». Tal política «colocará em causa

o modelo social europeu e é contrário à estratégia definida na Cimeira de Lisboa».

A Federação lembra que o chamado modelo social europeu deve conciliar o desenvolvimento e coesão social, defendendo nesse sentido, em conjunto com a Confederação Europeia de Sindicatos, sistemas de protecção social a partir de regimes públicos baseados na solidariedade intergeracional, segundo o princípio da repartição, e sistemas de saúde pública integrados

que privilegiem a igualdade de acesso, a gratuitidade dos medicamentos e essenciais, a promoção da saúde e a prevenção de doenças».

A FERPA congrega dez milhões de reformados de 25 países da Europa, onde se incluem os filiados na Inter-Reformados da CGTP-IN. Embora seja uma organização autónoma participa no Comité Executivo da CES, af articulando as políticas comuns nas áreas do trabalho e das reformas, bem como toda a política social em relação aos idosos.

Volkswagen quer mais flexibilidade

A direcção da Volkswagen exige que os sindicatos da fábrica espanhola de Navarra aceitem o novo modelo de produção flexível que prevê, a partir do próximo ano, a possibilidade paragens até 40 dias por ano, em função da procura do mercado, com correspondente redução de salários. Caso os sindicatos não assinem o acordo até ao próximo dia 15, a multinacional alemã ameaça despedir de 500 trabalhadores.

Construção em greve na Suíça

Dez mil trabalhadores do sector da construção civil da Suíça, que emprega um grande número de portugueses, participaram, na segunda-feira, numa greve histórica contra as intenções do patronato de alterar a reforma antecipada para os 60 anos.

A não aplicação da convenção do contrato colectivo de trabalho, acordado a 25 de Março deste ano, está na base desta paralisação convocada pelos sindicatos SIB e Syna. As entidades patronais tinham já aceite a antecipação da idade da reforma para os 60 anos, mas decidiram dar o dito por não dito. Os sindicatos reagiram e convocaram o maior movimento grevista de que há memória na Suíça nos últimos 55 anos, cujos efeitos se fizeram sentir em todo o país, logo a partir da madrugada de segunda-feira, quando as equipas nocturnas se recusaram a pegar ao trabalho. A acção de protesto durou todo o dia com manifestações regionais e inter-regionais.

Miranda desloca-se à Palestina

O deputado, do PCP, Joaquim Miranda terminou ontem, quarta-feira, uma visita de três dias, à Palestina, a convite do presidente Arafat, com quem se encontrou-se na segunda-feira, na sua qualidade de presidente da Comissão para o Desenvolvimento e a Cooperação do Parlamento Europeu. A deslocação, que teve como objectivo afirmar uma profunda solidariedade com o povo da Palestina, destinou-se ainda a avaliar o nível de destruição provocado pela intervenção e ocupação israelitas dos investimentos concretizados no território com o apoio comunitário. Durante a sua estadia, o deputado do PCP manteve encontros com as autoridades da Palestina com os representantes locais de Portugal e da União Europeia, tendo visitado vários locais, nomeadamente Ramallah, Belém e Gaza.



Os baixos salários condenam à pobreza as famílias mais numerosas

Situação social na UE

Pobreza atinge mais os portugueses

Portugal é o país comunitário com a maior percentagem de população em risco de pobreza, segundo o relatório de 2002 da Comissão Europeia, sobre a situação social da União.

Segundo o estudo, em 1998, cerca de 11 por cento da população da União Europeia vivia num agregado familiar com um rendimento muito baixo e estava nessa situação há pelo menos dois a três anos.

Em Portugal, esta percentagem sobe para os 16 por cento, seguido de perto pela Grécia com 14 por cento, mas muito longe dos três e cinco por cento da Dinamarca e da Holanda, respectivamente.

O risco de pobreza é menor quando pelo menos uma das pessoas do agregado familiar está empregada. Em 1998 e para a União Europeia como um todo, o risco de pobreza para pessoas empregadas era de sete por cento, enquanto em Portugal era de dez por cento.

O nosso país tem assim uma das maiores taxas europeias de população em risco de pobreza que abrange tanto

a população em geral como os empregados.

Casais com mais de três filhos são os mais expostos ao risco de pobreza (53 por cento), seguidos pelas mulheres que vivem sozinhas (48 por cento) e por agregados familiares constituídos apenas por um adulto e filhos dependentes (40 por cento).

Trabalhar na reforma

O mesmo estudo indica ainda que Portugal é o país europeu com maior percentagem de trabalhadores com mais de 65 anos. Os dados relativos ao ano 2000 mostram que mais de 27 por cento dos portugueses com idades entre os 65 anos e os 69 anos estavam empregados, enquanto que a média comunitária era de apenas sete por cento.

Mesmo acima dos 70 anos,

a percentagem é surpreendente: 18,8 por cento dos portugueses dos 70 aos 74 por cento estavam empregados, contra a média da UE de 1,8 por cento.

Na União Europeia, cerca de apenas 38 por cento da população com idade próxima da reforma, entre os 55 e os 65 anos, estavam empregados em 2000. Em Portugal, mais de metade das pessoas em idade de reforma estão a trabalhar.

O envelhecimento da população que se verifica por toda a Europa terá assim um impacto mais lento no mercado de trabalho em Portugal. Segundo as previsões da Comissão, na União Europeia, a população trabalhadora entre os 15 e 64 anos deixará de crescer em 2010. Em Portugal isto só deverá acontecer em 2023.

Mulheres discriminadas

As mulheres portuguesas ganham menos seis por cento, em média, do que os homens, diferença que é menor do que a verificada em geral na União Europeia, em

termos de rendimentos médios. Segundo a Comissão Europeia, em 1998, a média do rendimento das mulheres europeias era 84 por cento da dos homens, enquanto a média portuguesa atingia os 94 por cento.

As maiores diferenças podiam ser encontradas no Reino Unido, com 76 por cento, e Áustria, com 79 por cento.

Nóte-se no entanto que Portugal é dos países que têm taxas de emprego femininas mais elevadas. Em 2000, um pouco mais de 60 por cento das portuguesas estavam empregadas contra a média europeia de 54 por cento, aproximando-se das taxas mais elevadas que se verificam na Dinamarca e na Suécia, 71,6 e 69,3 por cento, respectivamente.

Para além das discriminações salariais, as mulheres europeias continuam a ser mais vulneráveis ao desemprego do que os homens.

Em Portugal, a taxa de desemprego feminino era, em 2000, de 5,1 por cento, mais dois por cento do que a taxa de desemprego masculino (3,3 por cento).

Tabaqueira Reynolds acusada de branqueamento

Após as denúncias por contrabando que envolvem as tabaqueiras Reynolds, Philip Morris e Japan Tobacco, efectuadas em Novembro de 2000, a Comissão Europeia acusa agora a tabaqueira norte-americana Reynolds de ser responsável pelo branqueamento de milhares de milhões de euros anuais através de redes de grupos terroristas, traficantes de armas e de drogas e outras organizações internacionais do crime organizado.

A denúncia, apresentada na passada semana num tribunal dos EUA em nome de dez estados europeus onde se inclui Portugal, é clara quando afirma que a Reynolds, fabricante das marcas Camel, Winston e Salem, «durante

mais de uma década dirigiu, geriu e controlou operações de branqueamento de dinheiro, facilitou o crime organizado lavando os proventos do tráfico de drogas e de outros crimes, vendeu os seus produtos a organizações criminais, acordou pagamentos secretos, aproveitando o sigilo bancário, e fez negócios com o Iraque, violando as sanções impostas pelos EUA».

A mafia italiana e as organizações criminosas russas, os cartéis da droga colombianos, entre outros, surgem como os principais parceiros da tabaqueira, numa rede ilegal que, segundo a Comissão, foi orquestrada pelos próprios executivos da empresa para ampliarem o seu merca-

do obtendo margens de lucro muito superiores às das operações legais.

O complexo processo de branqueamento, em que estão implicadas conhecidas entidades financeiras como o Banco de Nova Iorque, o Citibank e o Chase Manhattan Bank, permitia à tabaqueira receber milhões de dólares por mês que eram enviados pelas mafias através daqueles três bancos.

Outra peça chave é o Sinez Bank, entidade registada numa ilha do Pacífico, chamada Nauru, criada pela mafia russa e que tem uma sucursal em Nova Iorque.

Antes do dinheiro chegar à Reynolds, eram efectuadas várias transferências que se

iniciavam num banco russo designado DKB, o qual tinha uma conta aberta no Banco de Nova Iorque. Na fase final, os montantes eram transferidos para o Credit Suisse, em Genebra, para uma conta em que a tabaqueira aparece como beneficiária.

Alemanha, França, Espanha, Portugal, Grécia, Bélgica, Holanda, Finlândia e Luxemburgo, os dez países mais afectados que subscrevem a queixa, exigem que os Estados Unidos ponham termo ao contrabando e reclamam indemnizações pelos prejuízos causados. Bruxelas estima que todos os anos deixem de entrar nos cofres dos estados cerca de 4200 milhões de euros.

Novos critérios para Pacto de Estabilidade

Os ministros das Finanças da Alemanha e da França acordaram em alargar os critérios do Pacto de Estabilidade. Francis Mer afirmou, na segunda-feira, em Berlim, que os dois países irão «introduzir cinco parâmetros fundamentais para conferir mais qualidade ao Pacto».

A inflação, o desemprego, a qualidade futura da previdência social e o estado da dívida, poderão no futuro ser tidos em conta para além do défice orçamental, segundo defendeu o ministro francês.

O seu homólogo alemão, Hans Eichel, frisou no entanto que «somos ambos da favor do Pacto de Estabilidade e de Crescimento e dos respectivos instrumentos», reafirmando que Berlim quer ficar «claramente» abaixo do limite dos três por cento do défice orçamental, no próximo ano, e apresentar um orçamento equilibrado até 2006.

Bruxelas não acredita em previsões

A Comissão Europeia deixou claro que não acredita nas previsões do Governo português quanto ao défice público para este ano. Em vez dos 2,8 por cento que a ministra Ferreira Leite ainda afirma que vai conseguir, a Comissão contrapõe 3,4 por cento do PIB este ano, o que significa que Portugal não cumprirá o Pacto de Estabilidade e Crescimento pelo segundo ano consecutivo.

Esta estimativa constava da última versão das Previsões Económicas de Outono da Comissão Europeia, cujo documento definitivo será apresentado a 13 de Novembro.

Pelas contas de Bruxelas, só em 2003 Portugal voltará a cumprir as condições do PEC, com um défice orçamental de 2,4 por cento. Este ano, face à quebra de receitas o Governo conta com as vendas de património e da rede fixa de telecomunicações à Portugal Telecom. No entanto, a única maneira de alcançar o valor previsto para o défice seria cortar nas despesas com o investimento público. Mas não só Portugal se encontra em situação de incumprimento. A Comissão Europeia refere que também a Alemanha deverá ultrapassar o limite com um défice orçamental de 3,7 por cento, em 2002, e 3,2 por cento, em 2003. Por seu turno, a França deverá ver o seu défice aproximar-se da fasquia dos três por cento, registando 2,6 por cento do PIB neste ano e 2,8 por cento em 2003.

Violência em Caxemira

Num dia marcado por violência separatista e por trocas de tiros na zona de fronteira entre Índia e Paquistão, treze pessoas perderam a vida, terça-feira, na região de Caxemira. Num dos incidentes, tropas indianas abateram dois muçulmanos que tentavam entrar num acampamento militar, no Norte do Enclave. De acordo com a polícia, fogo de artilharia proveniente do Paquistão, na zona de fronteira que separa os dois países, provocou a morte a um soldado indiano e ferimentos em outros dois.

Julgamento de Milosevic adiado

O julgamento de Slobodan Milosevic foi adiado, segunda-feira, em pelo menos uma semana, devido ao estado de saúde do ex-presidente jugoslavo. O ex-presidente, de 61 anos, foi observado por uma junta médica que recomendou o cancelamento das próximas sessões do julgamento.

Tamil anunciam fim de guerrilha

Os Tigres Tamil, que há mais de três décadas lutam pela independência da região Tamil no Sri Lanka, anunciaram, domingo, que vão abandonar a guerrilha em prol de uma vida política activa.

O anúncio foi feito em Nakhon Pahtom, na Tailândia, onde decorreu a segunda ronda de negociações entre as autoridades do Sri Lanka e os Tigres Tamil, sob a égide da Noruega.

Anton Balasingham, chefe da delegação tamil, afirmou que agora o objectivo do movimento é «entrar na política democrática», renunciando à reivindicação de independência. Os Tamil estão agora disponíveis para discutir com as autoridades do país as possibilidades de uma «federação ou confederação».

Eleições antecipadas em Israel

O primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, anunciou, terça-feira, a convocação de eleições antecipadas para 4 de Fevereiro, cedendo assim a pressões de membros do seu governo. Numa declaração pública, Sharon confirmou que o presidente israelita, Moshe Katva, concordou com a realização de eleições antecipadas num prazo de 90 dias. O gabinete de Sharon considera que devem ser convocadas eleições antecipadas, de modo a conseguir uma coligação com a extrema direita, a União Nacional, depois da saída do Partido Trabalhista do Executivo no passado dia 30 de Outubro.

A Amnistia Internacional denuncia que entre as vítimas palestinianas se encontravam crianças, mulheres e idosos

AI acusa Israel de «crimes de guerra»

A organização de defesa dos direitos humanos Amnistia Internacional acusa o exército israelita de ter cometido «crimes de guerra» durante operações realizadas em Nablus e Jenin.

Num relatório sobre «as violações do exército israelita em Jenin e Nablus», divulgado segunda-feira, a AI exorta Israel e a comunidade internacional a investigarem, para identificar, os responsáveis por estes «crimes de guerra», seja qual for a sua função.

A organização denunciou que entre Abril e Junho, durante uma operação na área, o exército israelita matou civis, torturou prisioneiros, utilizou civis como escudos humanos, destruiu casas e impediu o encaminhamento de ajuda humanitária e médica para os palestinianos.

«A Amnistia Internacional pensa que alguns actos do exército israelita descritos neste relatório relevam graves violações da Quarta Convenção de Genebra e constituem crimes de guerra», indica o documento. A AI exige «uma investigação completa, transparente e imparcial sobre estas alegações de violação dos direitos humanos».

Para o director da estratégia regional da AI, Javier Zuniga, Israel deve assumir a responsabilidade por estes actos e cooperar através de um inquérito ao comportamento do exército durante a ofensiva, lançada em 29 de Março como represália por uma vaga de atentados suicidas anti-israelitas. «A culpabilidade é partilhada entre o soldado que matou alguém sem razão, os que, na estrutura de comando, lhe deram ordens para agir, e toleraram ou dissimularam tais actos, até às mais altas autoridades do Estado, que são política-

mente responsáveis, incluindo o primeiro-ministro Ariel Sharon», declarou. Suniga sublinha ainda que a sua organização «não é um tribunal». «A primeira coisa que deveria ter-se passado seria a abertura (pela justiça israelita) de uma investigação judicial, e isso não foi ainda feito», acentuou.

A publicação do relatório da AI surge numa altura em que Sharon acaba de nomear para ministro da Defesa o general Shaul Mofaz, que dirigiu as operações visadas pelo documento enquanto chefe de Estado-Maior das Forças Armadas israelitas.

Palestinianos assassinados

Um palestiniano atingido, sábado, pelos tiros de solda-



A AI exige «uma investigação completa, transparente e imparcial sobre estas alegações de violação dos direitos humanos»

dos israelitas em Khan Younés, a Sul da Faixa de Gaza, sucumbiu aos ferimentos, revelou, segunda-feira, fonte hospitalar palestiniana.

Hassan Zaarab, 36 anos,

morreu no hospital em que estava internado. Um outro palestiniano foi assassinado, domingo, por tiros de soldados israelitas perto de Rafah, junto à fronteira egípcia, indicaram responsáveis dos serviços secretos palestinianos.

Segundo fontes militares israelitas, este palestiniano, que teve um «comportamento suspeito» entrou num sector proibido perto de um posto de controlo fronteiriço.

Estas duas vítimas elevam para 2 634 o número de mortos desde o início da Intifada no final de Setembro de 2000, 1948 do lado palestiniano e 637 do lado israelita.

Israelitas atacam voluntários

Militares israelitas lançaram, nas últimas semanas, violentos ataques contra quem defende a autonomia

da Palestina. Homens, mulheres, crianças e idosos, palestinianos ou não, são diariamente assassinados em territórios palestinianos.

«Estou convencida que eles queriam matar-me», afirmou Mary Hughes Thompson, cidadã norte-americana de 68 anos, que colhia azeitona perto de Nablus, na Palestina. James Deleplain, 74 anos de idade, cidadão dos EUA, foi brutalmente agredido, com pontapés nas costas e na cara. Robbie Kelly, irlandês, de 33 anos foi violentamente pisado, enquanto Omer Allon, um jovem israelita de 24 anos, foi esfaqueado.

James, Mary, Robbie e Omer fazem parte da organização *International Protection for Palestinians*, um grupo de voluntários, que trabalha na apanha da azeitona, e que defende o fim da ocupação israelita em territórios palestinianos.

«Não à ocupação»

Cerca de cem mil pessoas participaram, sábado, em Telavive, numa manifestação assinalando o assassinato de ex-primeiro-ministro Yitzhak Rabin, há sete anos, referiu a polícia, citada pela televisão privada israelita.

Os manifestantes exibiam cartazes com inscrições como «Não à ocupação» por Israel dos territórios palestinianos. Mensagens gravadas do rei Abdallah II da Jordânia, do antigo presidente dos EUA, Bill Clinton e do presidente egípcio, Hosni Mubarak, foram difundidas num ecrã gigante instalado na praça.

«Sinto-me honrado por vos falar de um homem a quem o meu pai chamou de irmão», disse o soberano jordano. «Se o primeiro-ministro Rabin estivesse hoje connosco, creio que estaria consternado, chocado e mesmo irado devido à violência que persiste na nossa região», acrescentou.

Bush confirma intervenção no Iraque

O presidente norte-americano, George W. Bush, reforçou, domingo, a sua vontade de liderar uma intervenção militar para desarmar o regime iraquiano, caso a acção na ONU não se revele «eficaz».

«Se as Nações Unidas não tiverem a coragem necessária para desarmar Saddam Hussein como dizem ter, se Saddam Hussein não desarmar como disse que ia fazer, os Estados Unidos vão conduzir uma coligação para desarmar o presidente iraquiano», advertiu Bush.

Com ou sem o aval das Nações Unidas, os Estados Unidos continuam a preparar-se para a guerra, ao disporem

as suas tropas na região e ao enviarem o segundo porta-aviões para o golfo, com seis outros navios.

Entretanto, o presidente iraquiano Saddam Hussein, respondendo às provocações da Casa Branca, afirmou que o seu país se prepara para uma ofensiva norte-americana «como se ela tivesse lugar dentro de uma hora».

«Estamos psicologicamente preparados», disse Saddam Hussein, avisando os Estados Unidos de que «o Iraque não será como o Afeganistão». «Isso não quer dizer que nós somos mais fortes que os Estados Unidos que possuem mísseis de longo alcance.

Mas temos a nossa fé em Deus, na pátria e no povo iraquiano bem como no povo árabe», salientou.

«O povo árabe não está, como alguns pensam, a dormir um sono profundo. As manifestações no mundo

árabe e no Ocidente, reunindo milhares de pacifistas que se opõem à guerra contra o povo iraquiano, desafiam a vontade da direita sionista e extremista de Washington de destruir o Iraque», acrescentou.

Saddam Hussein acusou os Estados Unidos de quere-rem «estender a sua hegemonia ao mundo árabe, começando por controlar Bagdad e castigando os países que se opuserem a essa hegemonia».

Americanos foram a votos

Cerca de 75 milhões de norte-americanos votaram, terça-feira, nas eleições intercalares para o Congresso, que constituem um autêntico referendo à administração do presidente George W. Bush. As eleições irão avaliar qual é a maior preocupação dos americanos: a economia ou uma eventual guerra contra o Iraque. Este escrutínio irá decidir quem ocupará os

435 assentos na Casa dos Representantes, bem como 34 dos 100 lugares do Senado, além de escolher 36 (num total de 50) novos governadores. Os democratas controlam o Senado por apenas um lugar, uma situação que tem obstruído a agenda política deste ano do presidente Bush e que poderá afectar a campanha para a sua reeleição em 2004.

Equador

Manifestações contra a ALCA

Milhares de pessoas manifestaram-se nos últimos dias no Equador. A contestação contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) está ao rubro.

Centenas de mulheres equatorianas manifestaram-se, domingo, em Quito, contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Durante o protesto, fortemente policiado, as mulheres, que integram o movimento regional contra a ALCA, reivindicaram que os governos latino-americanos acabem com o acordo, instituído pelos EUA, e impulsionem «outra integração», baseada na solidariedade, na igualdade, no respeito à soberania e à justiça social.

No final da manifestação, Miriam Nobre, da Organização Mundial das Mulheres da

América Latina, afirmou que «com a ALCA, a privatização de bens e serviços não só tornará inacessível a saúde e a educação como gerará mais exclusão e discriminação nos dois sectores».

«Acreditamos que é possível uma nova integração»

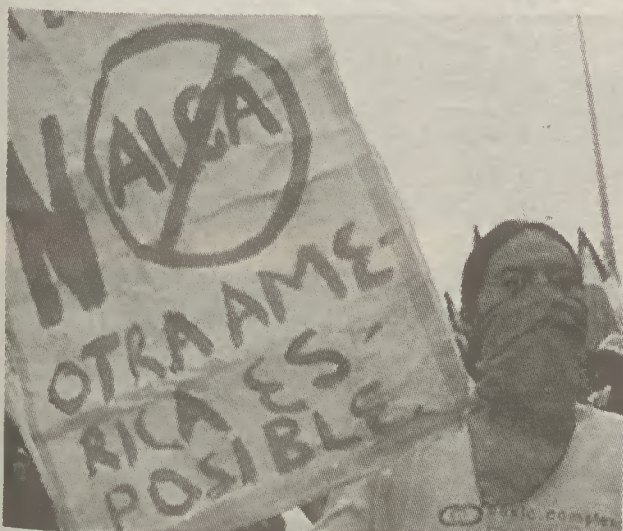
Magdalena León, da Rede Latino-Americana de Mulheres que Transformam a Economia, disse que estão em jogo «definições cruciais para os nossos países e nas nossas vidas, frente às quais nos situamos como agentes económicos e cidadãos, para reivindicarmos o direito de decidir sobre esses importantes assuntos».

Uma representante da organização Via Campesina, Francisca Rodrigues, previu que a ALCA condenará ao desaparecimento as pequenas e médias unidades produtivas, tanto urbanas como rurais, onde as mulheres constituem uma importante parcela da força de trabalho. «Com a apropriação das patentes, a ALCA irá despojar-nos de um património de saberes e conhecimentos gerado durante séculos».

Contra o neoliberalismo

Dias antes, indígenas e camponeses do Equador promoveram uma marcha nacional contra a ALCA. A manifestação teve como objectivo contestar a sétima reunião ministerial que ocorreu, na sexta-feira, em Quito, onde se discutiu a Área de Livre Comércio das Américas, liderada pelos Estados Unidos.

As cidades de Loja e Zamora, no Sul, foram os pontos de partida da longa caminhada, que atravessou o país andino e terminou, na passada quinta-feira, na capital equatoriana, informou Pedro De la Cruz, presidente da Fenacin (Federação Nacional de Organizações Camponesas, Indígenas e Negras). «Dizemos não à ALCA e acreditamos que é possível uma nova integração, em que haja solidariedade e não imposições aos pequenos por parte dos mais poderosos que contam com subsídios», disse De la Cruz.



Organizações indígenas, estudantes e sindicatos manifestaram-se em Quito contra a Alca

Gladys Marín, presidente do PC do Chile

O Partido Comunista do Chile elegeu Gladys Marín como sua presidente, com o objectivo de fortalecer o trabalho de organização política e fomentar alianças com grupos sociais.

O PC do Chile modificou, no 22.º Congresso Nacional que terminou no domingo, a sua estrutura interna, na qual o cargo máximo era o secretário-geral. Depois de agradecer aos militantes comunistas a confiança que nela depositaram, Marín disse que discorda do sistema neoliberal vigente no país e insistiu que o PC do Chile irá trabalhar para um referendo que abra espaço a uma nova Constituição, já que a actual foi herdada pelo regime militar de Augusto Pinochet.

«Lutaremos por um referendo para que o Chile tenha uma nova Constituição e um novo sistema eleitoral que permita que todos tenhamos representação no Parlamento. Esta é a forma de travar o sintoma da decadência, porque a corrupção é uma forma de decadência política», afirmou, referindo-se ao escândalo de subornos que protagonizam os funcionários do governo e deputados.

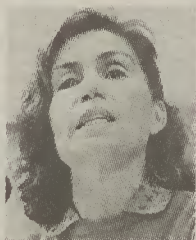
Armindo Miranda, da Comissão Política do

PCP, esteve presente no 22.º Congresso Nacional do PC do Chile, em representação do PCP.

Militância carismática

Gladys Marín teve que sair do seu país em Novembro de 1973 depois do golpe militar de 11 de Setembro. Filiou-se na Juventude Comunista do Chile (JCC) em 1958, com 15 anos. De 1965 a 1973 foi nomeada secretária-geral da JCC e deputada em 1965 e 1973. Durante o período de Unidade Popular (1970-1973), a JCC chegou a ter mais de cem mil militantes, num país que até então contava com 12 milhões de habitantes. Em 1994 tornou-se na primeira mulher eleita secretária-geral do PC do Chile.

Graças ao seu carisma pessoal, é a personalidade mais emblemática da esquerda chilena e indispensável para impulsionar a articulação pela unidade da esquerda, que tem como objectivo criar uma alternativa real, popular, democrática, revolucionária e que contraponha o modelo neoliberal e a institucionalidade imposta pela ditadura no país.



Hugo Chávez avisa oposição

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, reiterou, domingo, no programa «Alô Presidente», que a oposição tem de seguir os trâmites definidos para a convocação de eleições antecipadas e abandonar as ameaças de uma greve geral indefinida.

Chávez reagiu assim à ameaça da coligação opositora, Coordenadora Democrática, de realizar uma marcha em Caracas e

convocar uma greve geral se o presidente bloquear a realização de um referendo consultivo sobre a sua permanência na presidência.

«Se estão tão desesperados, se querem eleições já, devem saber que isso só é possível através de uma emenda à Constituição», disse Hugo Chávez no seu programa semanal transmitido pela rádio e televisão estatais. «Não podem ameaçar

queimar o país se num mês não há eleições», disse o presidente da Venezuela. «Isso não é próprio de seres humanos razoáveis, não é próprio de democratas», acrescentou.

A Constituição da Venezuela, vigente desde 1999, prevê a realização de um referendo revogatório do mandato presidencial a meio do mandato, que no caso presente ocorre em Agosto de 2003.

Movimento de massas contra a guerra

• André Levy

Em Agosto de 1964, o presidente Johnson mentiu ao público americano sobre um ataque norte-vietnamita no Golfo de Tonkin, contra o *destroyer* americano *Maddox*. Johnson fez uso deste episódio para garantir a autorização do Congresso para uma acção militar no Sudoeste Asiático quando e como entendesse. Na guerra que se seguiu, milhares de norte-americanos (e centenas de milhares de vietnamitas) perderam a vida. Só mais tarde se veio a saber que o *Maddox* não estava numa missão de rotina atacada sem provocação, mas na verdade navegava em águas norte-vietnamitas numa missão especial de espionagem electrónica. O movimento popular contra a presença americana no Vietname marcou uma geração e contribuiu para a retirada das tropas norte-americanas em 1973. Desde então, os EUA estiveram envolvidos em múltiplos contextos de guerra, mas só agora é que um movimento antiguerra ganha números, continuidade e influência. A 6 de Outubro, mais de 800 000 manifestaram-se contra a guerra em múltiplos pontos do país. No passado 26 de Outubro, cerca de 150 000 desfilaram pelas ruas de Washington D.C., 75 000 nas ruas de São Francisco, e outros milhares em diversas cidades por todo o país, no maior grupo de protestos pela paz

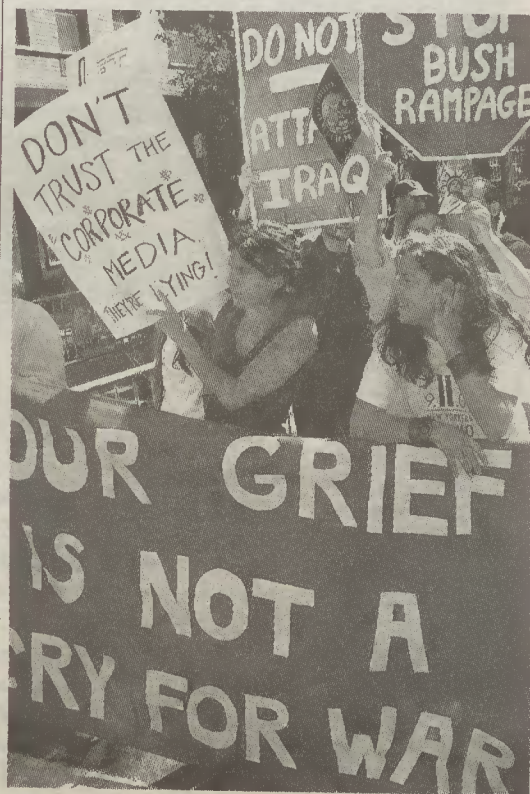
aprovada mas não sem ter sido questionada e criticada por congressistas e senadores na mais pública resistência do Congresso à estratégia de defesa da Administração desde o 11 de Setembro. A chefia do Partido Democrata ofereceu uma resistência tímida, mas acabou por apoiar a proposta de Bush, embora não sem votos dissidentes nas suas fileiras: a proposta recebeu votos contra de quase um quarto do Senado e um terço do Casa de Representantes.

Questão do Iraque desvia atenções dos problemas internos

Organizações estudantis, religiosas, de veteranos, pela paz, entre outras, têm sido os motores de inúmeras petições e protestos locais, mas a coordenação regional e nacional tem sido levada a cabo sobretudo por duas coligações, que contam entre os seus elementos mais activos membros de grupos revolucionários. A coligação «Não Em Nosso Nome» (1) conta entre os seus organizadores membros do Partido Comunista Revolucionário e a ANSWER (2), que convocou o recente protesto nacional, está associada ao Partido dos Trabalhadores do Mundo (3). Esse facto é desconhecido pela maioria dos participantes e não tem limitado a participação popular, mas tem gerado

alguma discussão entre a imprensa da esquerda que teme que estas organizações fragilizem uma plataforma unificadora. O movimento sindical tem tardado em assumir posição pública contra a guerra. No início de Outubro, John Sweeney, presidente da AFL-CIO, a maior central sindical nos EUA, apelou ao Congresso para que debatesse a resolução de Bush livre de interferências políticas, e assegurasse que guerra seria a última opção. Mas a sua carta esteve longe de declarar oposição à guerra e aceita o princípio de ataques unilaterais. Inúmeros sindicatos têm no entanto aprovado resoluções fortes contra uma guerra e contra as políticas económicas de Bush, como o Conselho Laboral de São Francisco e o Sindicato de Profissionais da Universidade Estadual de Nova Iorque. A Federação Laboral de Albany Central declarou-se também

contra a componente doméstica da marcha belicista de Bush contra os trabalhadores, e em particular contra os trabalhadores das docas na costa, obrigados pelos tribunais a regressarem ao trabalho quando o presidente Bush fez uso do Acto Taft-Hartley. O debate em torno da guerra prossegue publicamente e pesará sem dúvida nas eleições de 5 de Novembro. Não é claro quem irá privilegiar, mas todos concordam que o ênfase colocado na questão do Iraque tem distraído com sucesso as atenções para longe dos problemas económicos e dos escândalos financeiros.



desde 1969, quando meio milhão se opôs à continuada guerra no Vietname. Mas note-se que a oposição à guerra no Vietname apenas ganhou força e visibilidade quando a guerra já produzia imagens diárias de destruição e enviava feridos e mortos de regresso para os familiares. Em contraste, a intervenção unilateral contra o Iraque é de momento apenas uma ameaça, embora muito real e concreta, mas pessoas de diferentes classes sociais, de diferentes idades e grupos étnicos estão escandalizadas e assustadas a tal ponto que saem à rua em protesto, muitos pela primeira vez.

Os mais recentes protestos registaram-se já após a Casa de Representantes e o Senado terem dado ao presidente Bush autoridade discricionária para atacar o Iraque, semelhante à Resolução do Golfo de Tonkin, embora neste caso não em resposta a um ataque (falso) já verificado, mas face a uma suposta ameaça. A proposta de Bush foi

(1) Not In Our Name, <http://www.notinourname.org>

(2) Internation A.N.S.W.E.R. (Act Now to Stop War and End Racism) - Actua Agora para Parar Guerra e Terminar Racismo, <http://www.InternationalANSWER.org/>

(3) Workers World Party.

● Anabela Fino
Texto e Fotos

De Israel à Palestina (3) E no entanto, a vida continua

As marcas das balas são bem visíveis logo à entrada do campo de refugiados de Desha, mas isso não é surpreendente num local onde os tanques israelitas costumam entrar. O que espanta é que, meio século depois de ali terem sido erguidas as primeiras tendas para os primeiros refugiados, o campo continue a existir. As tendas foram dando lugar a casas e sob tecto firme nasceram esperanças de futuro. Mas os tanques voltaram com a sua fúria destruidora e as casas estão de novo a dar lugar a tendas, num círculo infernal que parece não ter fim.

Situado nos arredores de Belém, o campo mais parece um bairro clandestino onde se foi construindo de forma desordenada e anacrónica. Não se trata de uma opção, mas de uma necessidade. Três gerações coexistem já em Desha, e o transitório ameaça tornar-se definitivo, por provisórias que sejam as condições.

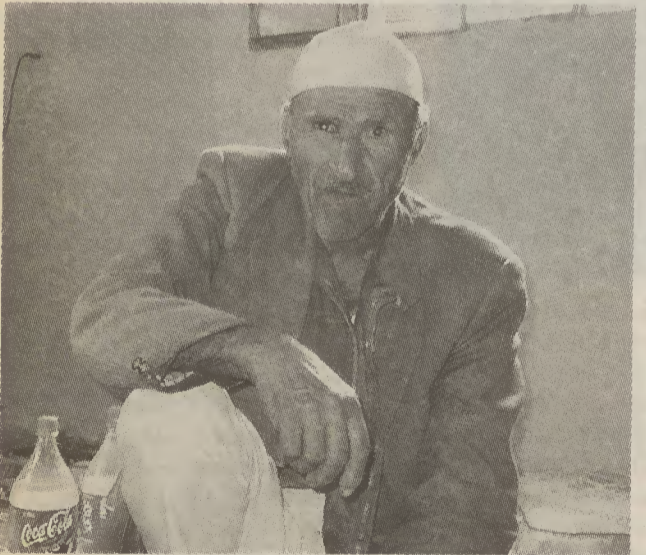
No campo de refugiados de Desha, em Belém, coexistem já três gerações. As tendas provisórias de há meio século deram lugar a casas precárias que crescem como cogumelos. Desalojados por Israel e sempre ameaçados de perder o pouco que conseguiram com a luta de uma vida inteira, os refugiados estão ali na expectativa da Palestina independente, de um lugar na sua própria terra

Constrói-se o que se pode e como se pode para abrigar a família. Primeiro vieram os filhos, depois os netos, e todos precisam de tecto. Foram desalojados por Israel e estão ali na expectativa da Palestina independente, de um lugar na sua própria terra.

A vida não se compadece com a espera. A população cresceu. Na falta de espaço, as casas que substituíram as tendas crescem em altura, apesar dos alicerces pouco firmes. Será o que Deus quiser, dizem.

Uns têm filhos emigrados e isso nota-se nas construções, mais sólidas, maiores, mais ricas. É uma afirmação de esperança, uma aposta no futuro. Outros arrumam-se como podem no espaço diminuto, inventam divisórias em malabarismos arquitectónicos, ligam com argamassa o material dos sonhos que dão sentido à vida.

E no entanto, a incerteza é a única garantia que todos têm em comum. A



qualquer hora, em qualquer momento, os tanques israelitas podem voltar a Desha. Não cabem nas ruas estreitas, mas isso não os detém. Avançam sobre as casas, sejam quais forem, até alcançar o alvo, sempre o refúgio de um pretenso «terrorista». E as tendas voltam ao lugar das casas. Uma e outra vez. É assim há mais de meio século.

Perguntamos como é possível (sobre)viver nestas condições e a melhor resposta está nas próprias ruas. Por todo o lado há murais que contam a vida do campo. Por todo o lado há crianças que apesar da pobreza evidente nos brindam com um sorriso e levantam as mãos pequeninas fazendo o V da vitória. Ninguém nos pede nada, a não ser que contemos a sua história.

A espera

Em casa de Hamdi, o jovem que nos serve de guia, partilhamos o almoço com o patriarca da família. Descalçamos os sapatos à entrada, sentamo-nos em colchões encostados à volta da sala, a bandeja com as taças de comida é posta no chão e o chá está posto. Comemos todos das mesmas malgas, o pão ázimo a servir de talher. A mãe só depois virá juntar-se a nós, oferecendo chá. As mulheres da casa, de acordo com a tradição, não comem com os homens.

À hora da oração, o patriarca estende o tapete, despe o casaco, descalça as meias, e reza virado para Meca. A presença de estranhos não o perturba. Depois volta a sentar-se, sorri e continua à espera. É assim a vida de um homem forçado à inatividade. Muitos deseperam.

Em Desha, tão grave como a falta de espaço é a falta de trabalho. A invasão israelita, o cerco das cidades, o recolher obrigatório, as destruições permanentes liquidaram não só a nascente economia palestina como tomaram praticamente impossível a manutenção dos postos de trabalho que muitos palestinos tinham em Israel. Ali no campo, como no conjunto dos territórios ocupados, a maioria da população vive da ajuda internacional. Segundo o próprio relatório do Banco Mundial, de Agosto de 2002, mais de 30 por cento dos palestinos depende da ajuda alimentar das ONGs, e 50 por cento do total dos palestinos necessita de assistência alimentar externa para conseguir o mínimo de calorias diárias para sobreviver. Ainda segundo o Banco Mundial, mesmo no caso de uma solução política para o conflito israelo-palestino, serão necessários pelo menos dois anos para que a economia palestina voltasse ao nível em que se encontrava antes da Intifada.

Nadar contra a maré

É um dia como muitos outros em Ramallah. À hora de almoço a cidade está calma, o sol brilha num céu muito azul, as crianças e jovens andam pelas ruas em pequenos grupos, malas às costas ou livros na mão.

Num restaurante cheio de gente apreciamos a cozinha tradicional, quando de repente chega até nós o som de música. Paredes meias fica uma escola, e no pátio está uma classe mista numa aula de dança. São jovens, bonitos, alegres.

Parece uma coisa normal, mas não é. Na véspera, bem perto dali, num outro restaurante, o movimento de levar a comida à boca foi interrompido por uma rajada de metralhadora. O bairro, densamente habitado, pacato até essa altura, fora cercado num ápice por soldados israelitas, as ruas bloqueadas por carros de combate. O alvo era uma vivenda onde estaria um suposto «terrorista»,

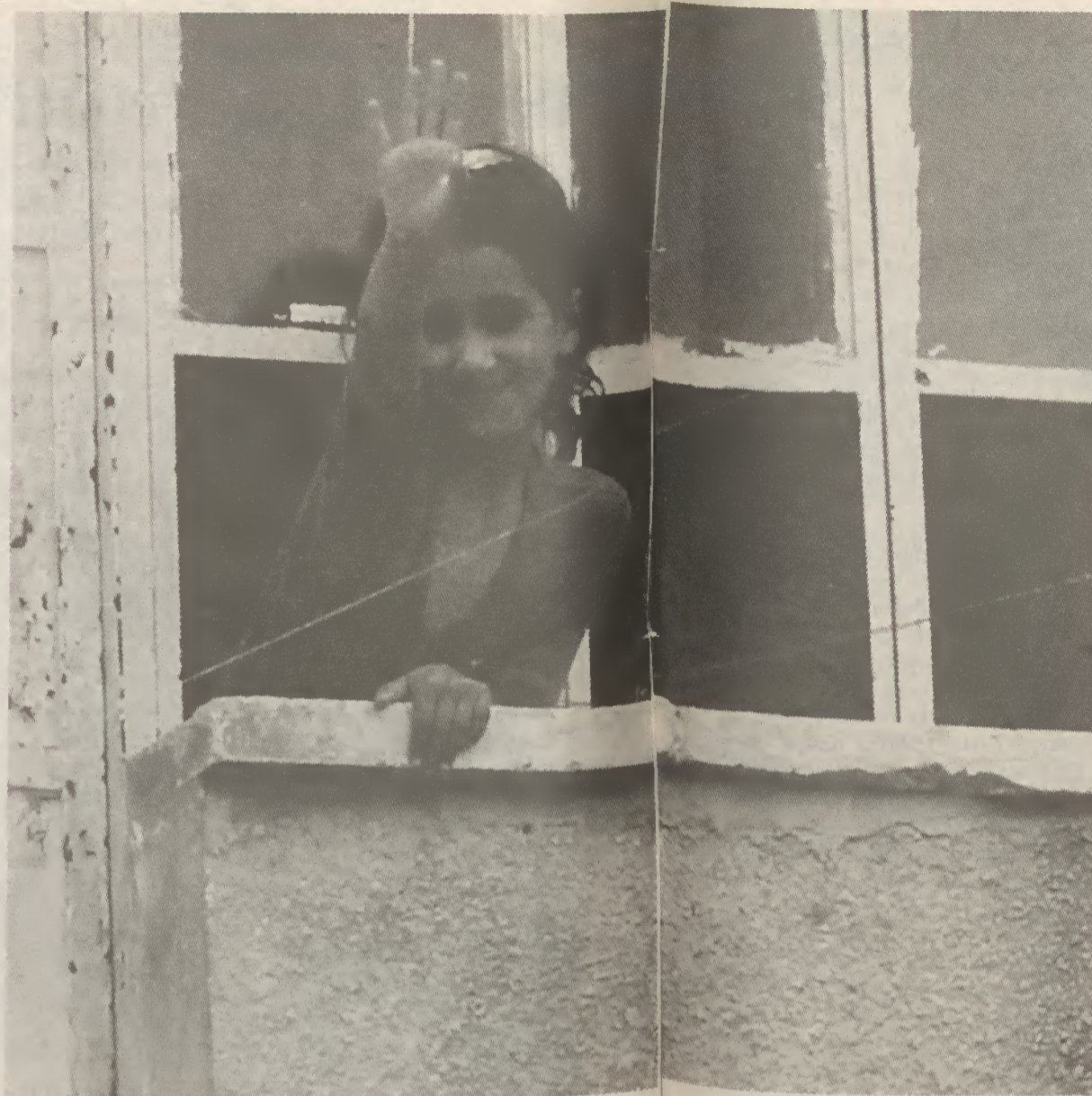
e as ordens de Israel não deixam margem para dúvidas: disparar primeiro e interrogar depois, seja quem for que esteja dentro de casa, seja quem for que se atravesse nas ruas.

Pelos soldados de metralhadora em punho passam crianças e adultos, sem uma palavra, sem um olhar. A tensão electriza o ar, a revolta é quase palpável.

Percebemos melhor por que nos dizem que ir à escola é um acto de coragem. Compreendemos como aquela aula de dança é uma forma de resistência, uma maneira de nadar contra a maré.

Entendemos a força que pode ter um sorriso de criança numa terra onde a lei se faz na ponta das armas do invasor.

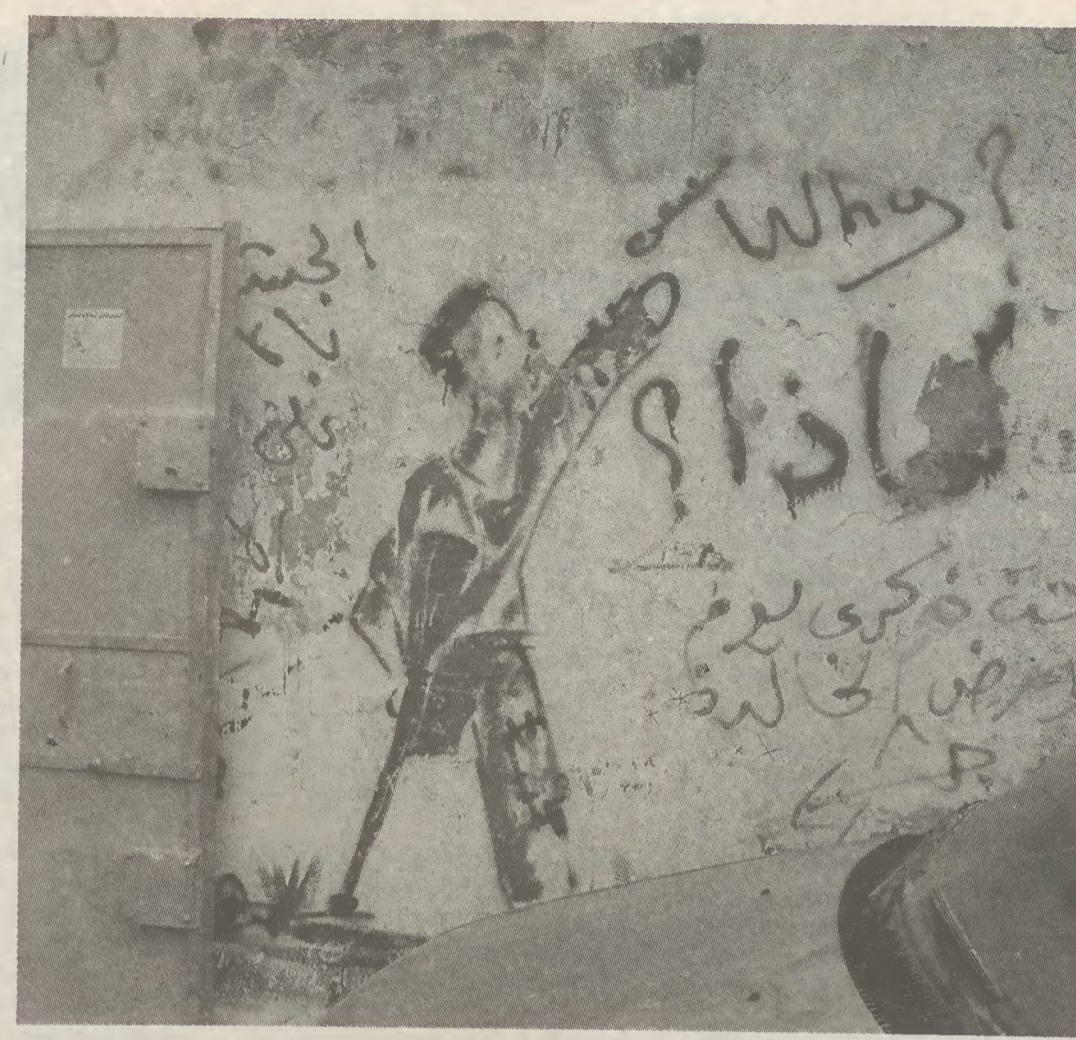
Viver é um acto de resistência que Israel, apesar de tudo, não consegue impedir.



As crianças povoam as ruas com as suas memórias terríveis da guerra e com os sonhos de uma vida ainda por viver. Por onde quer que se vá há um painel a testemunhar a brutalidade da ocupação israelita, mas há também sorrisos que são uma maneira de resistir



Lançar um papagaio, ir à escola, participar numa aula de dança, são coisas comuns em qualquer parte do mundo. Na Palestina, são muito mais do que isso. São formas de resistência, a afirmação inequívoca de que, apesar do invasor, a vida continua



As crianças povoam as ruas com as suas memórias terríveis da guerra e com os sonhos de uma vida ainda por viver. Por onde quer que se vá há um painel a testemunhar a brutalidade da ocupação israelita, mas há também sorrisos que são uma maneira de resistir



Milhares de crianças palestinas foram transformadas em sem abrigo. Nos próprios campos de refugiados onde vivem, segurança é uma palavra que não existe. A qualquer momento, um tanque israelita pode entrar por ali, derrubar casas, destruir, matar. A pergunta fica registada nas paredes: Porquê?

Factos e números

O Estado de Israel assinou e ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, mas não só não implementa a sua aplicação como viola sistematicamente os direitos das crianças palestinas. Desde Setembro de 2001, essas violações aumentaram de forma significativa. Os dados que a seguir se divulgam (fornecidos pela

ONG The Palestine Monitor) referem-se ao período de Setembro de 2001 a Setembro deste ano.

- 350 crianças palestinas (menores de 18 anos) foram mortas por soldados e por colonos israelitas, o que representa cerca de 19 por cento do total de palestinos assassinados.

- Cerca de 37 por cento do total de palestinos feridos (mais de 18 000) são crianças.

- 21 bebés com menos de um ano morreram vítimas de ataques israelitas.

- 850 escolas foram encerradas temporariamente.

- 197 escolas foram danificadas; 11 totalmente destruídas e 9 vandalizadas.

- 25 escolas foram usadas como centros de detenção e alojamento de soldados durante as invasões.

- 275 escolas (15,6 por cento do total das escolas palestinas) foram várias vezes atingidas.

- 2500 alunos foram feridos no caminho de e para a escola.

- De 29 de Março a 1 de Maio de 2002: 1289 escolas foram fechadas, 45 000 alunos que deveriam fazer o seu exame final em Junho ficaram sem aulas e perderam-se 54 730 aulas por dia devido ao total encerramento nas maiores cidades da Cisjordânia durante as operações militares israelitas.

- Meio milhão de crianças palestinas não pôde receber cuidados médicos básicos, como a vacinação, devido aos cercos e invasões israelitas.

- Milhares de crianças palestinas foram transformadas em «sem abrigo». Durante a invasão da Cisjordânia em Março/Abril de 2002, pelo menos 2000 crianças do campo de refugiados de Jenin ficaram sem abrigo quando 700 casas foram totalmente destruídas pelo exército israelita.

- Registaram-se 36 casos de mulheres que entraram em trabalho de parto em postos de controlo a quem não foi permitida assistência médica nem o acesso a ambulâncias. Pelos menos 14 delas deram à luz no posto de controlo, de que resultaram 8 nados mortos.

- Até Setembro último havia 350 crianças em prisões israelitas e centros de detenção em Israel e na Cisjordânia. A maioria das crianças presas é vítima de torturas físicas e psicológicas. Uma vez condenadas, as crianças são muitas vezes colocadas juntamente com presos comuns, situação de que resultam novos casos de tortura, incluindo abusos sexuais.

Coragem de dizer Não!

Aos 40 anos, Eli Cozansky, israelita, programador de computadores, tem um insólito recorde: esteve seis vezes preso nas cadeias militares de Israel.

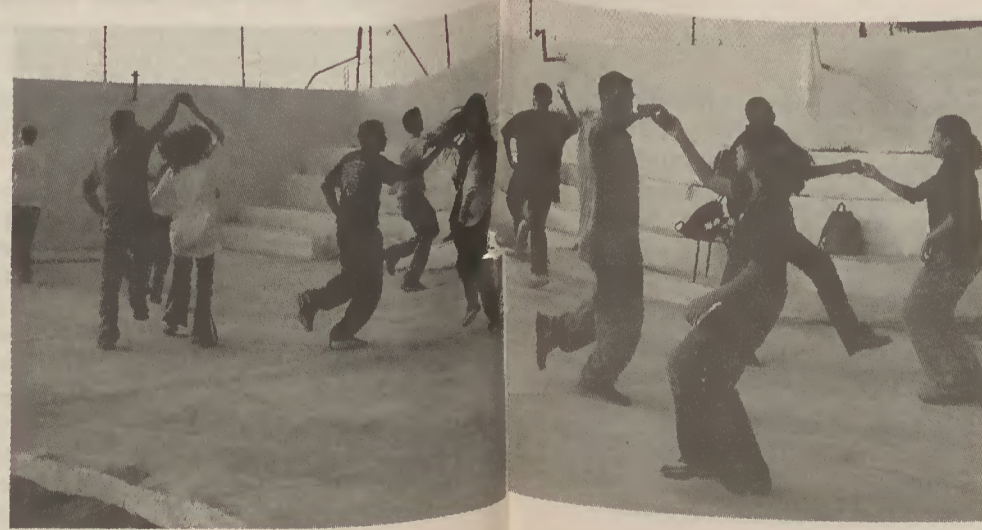
O movimento começou no Líbano, em 1982, com uma petição ao Ministério da Defesa - conta Eli, que foi o primeiro prisioneiro militar por se recusar a combater fora das fronteiras do país.

«No início não dispúnhamos de grande apoio político nem estávamos muito politizados, mas depois o movimento alargou-se e começaram a surgir militares que rejeitavam ir para os territórios palestinos ocupados», diz. «Começamos a receber apoio em manifestações públicas, apoios financeiros para os soldados presos, que não recebem vencimento, etc. Até ao final dos anos 80, não apresentávamos nenhuma solução para o conflito, apenas sabíamos que não queríamos tomar parte da guerra de ocupação e opressão. Depois, paulatinamente, começaram a fazer-se ouvir as vozes que defendiam "dois povos, dois Estados", negociações com a OLP. Tudo isto é fruto do trabalho de esclarecimento que temos desenvolvido, designadamente através da publicação de dois livros e várias brochuras, onde se reflecte sobre lei e moral, consciência cívica e política, se questionam os limites...»

Embora cada um tenha os seus limites, as organizações de militares contra a guerra estão a crescer. Só este ano, 133 foram a tribunal disciplinar. «Na altura do ataque a Jenin, chegou a haver 30 militares na prisão por esse motivo», afirma, sublinhando que cada vez se invoca mais «problemas de saúde mental» para não cumprir o serviço militar.

Israel procura reduzir o impacto destas tomadas de posição. «Por cada um que se nega a ir para os territórios ocupados e vai para a prisão, há 10 que se negam e não são presos», garante Eli.

Não é por acaso que as iniciativas destes movimentos são pouco divulgadas, dentro e fora de Israel. Mas lá que existem, existem, e são mais uma chama a iluminar o fundo do túnel.



• Gustavo Carneiro

Prisioneiros do império (II)

Considerados heróis pelo seu povo, os cinco cubanos prisioneiros políticos dos Estados Unidos enfrentam condições de encarceramento desumanas e estão privados de ver as suas mães, mulheres e filhos. Mas não vergam e respondem com dignidade e firmeza. A solidariedade para com estes homens e o seu exemplo é um dever.

Quebrar a força das convicções dos cinco prisioneiros é, desde o início deste vergonhoso processo, o principal objectivo das autoridades imperiais norte-americanas. Presos a 12 de Setembro de 1998, são enviados para o Centro Federal de Detenção de Miami, onde permanecem no chamado «buraco» 23 das 24 horas do dia. O «buraco», eufemisticamente chamado de *Unidade de Alojamento Especial*, é o nome dado às celas de castigo de pequenas dimensões (2,3 por 3,3 metros) existentes nessa prisão. Aí ficaram durante 17 meses seguidos, violando a própria lei dos EUA, que só autoriza a utilização destas «unidades de alojamento» quando o prisioneiro tiver cometido crimes graves no interior da prisão. E, mesmo assim, por um período máximo de sessenta dias. Mas, para o império, a «ousadia» destes homens, que desafiaram a sua convivência entre o governo, norte-americano e as mafias

contra-revolucionárias e defenderam o seu pequeno país dos ataques terroristas, é o pior dos crimes.

Hoje, após terem sido condenados injustamente por um tribunal totalmente comprometido com a extrema-direita mafiosa de Miami, encontram-se isolados entre si e do mundo, espalhados por várias prisões de máxima segurança. A defesa exigiu que lhes fosse concedido o estatuto de presos políticos. O tribunal recusou. Cuba teme pela própria vida dos seus heróis, que cumprem as penas a que foram injustamente condenados em condições inumanas, degradantes e perigosas.

Mais violento do que tudo isto é uma outra pena que os cinco homens cumprem, à qual nenhum tribunal os condenou: o isolamento forçado das suas famílias. Desde que foram capturados, em Setembro de 1998, que não têm qualquer contacto com as suas companheiras, mães ou filhos.

Após muitas insistências, em Julho passado Adriana Pérez, esposa de Gerardo Hernández, conseguiu viajar para os Estados Unidos. Chegada ao aeroporto, num gesto de particular crueldade, foi retida para interrogatório pelo FBI. Horas depois, regressava a Cuba por não lhe ter sido concedida autorização de permanência pelas autoridades de imigração dos EUA.

A família foi também usada contra o



preso René González. Pouco após a sua prisão, em 1998, René foi confrontado com uma proposta: caso não renegasse aos seus ideais, a sua mulher seria deportada. O cubano não renegou. Olga Salanueva, que se encontrava igualmente presa, foi enviada para Cuba. Para trás deixava não apenas o marido mas a filha de ambos, Ivette, bebé de meses. René nascera nos Estados Unidos poucos meses antes da Revolução, que devolveu a sua família a Cuba. Filha de um norte-americano, a bebé ficou naquele país, com o pai na prisão e a mãe deportada. Regressou depois aos braços de Olga por intermédio de familiares de René.

O império usa dos métodos mais vis na sua ânsia de vergar a vontade e a moral dos cinco cubanos. Todos falham.

De rosto erguido

À infâmia das autoridades imperiais, os cinco homens responderam com dignidade. Em carta dirigida pelos cinco ao povo dos Estados Unidos, declaram: «Não transgredimos nem pusemos em perigo a segurança do povo norte-americano, antes temos contribuído de alguma

maneira para descobrir planos e acções terroristas contra o nosso povo, evitando assim a morte de inocentes cubanos e norte-americanos

(...) As nossas famílias sentirão orgulho por esta entrega à humanidade na luta contra o terrorismo.»

Quanto mais o império forçava a capitulação dos cinco heróis, mais estes demonstravam a ténpera de que são feitos. Gerardo Hernández, condenado a duas prisões perpétuas mais quinze anos, afirma perante o tribunal: «Só lamento não ter mais que uma vida para entregar à minha pátria.» Ramón Labañino, também com pena vitalícia, lembra que se a sua condenação é por evitar a morte de inocentes e por defender do terrorismo o seu país, que é bem-vinda. «Usarei o uniforme de recluso com a mesma honra e orgulho com que um soldado usa as suas mais preciosas insígnias.» Os acusados viram acusadores. Do banco dos réus os cinco homens julgaram os verdadeiros terroristas. René González entende não ter razões para arrependimento. «Esta questão dos agentes de Cuba tem fácil resolução: «Deixem Cuba tranquila, respeitem a soberania do povo cubano.» Fernando González, condenado a 19 anos de reclusão, enfatiza: «Confio que um dia não haverá necessidade de que pessoas como eu, voluntariamente e por amor ao seu país e ao seu povo, venham para este país lutar contra o terrorismo.» Também Antonio confia num futuro de harmonia entre os dois países. A sua convicção é de que «chegará o dia em que não viveremos na angústia do temor e da morte, e nesse dia se verá a justeza da nossa causa».

Gerardo, Ramón, Antonio, René e Fernando não estão sozinhos. Atrás de si todo um povo resiste ao poderoso vizinho do norte. Um povo digno que não esquece os seus mais corajosos filhos. No 26 de Julho de 2001, na província de Havana, realizou-se uma das maiores manifestações de sempre na capital cubana. Mais de um milhão de pessoas, com Fidel Castro à cabeça, exigem a libertação dos cinco prisioneiros. A 19 de Dezembro do mesmo ano, a Assembleia Nacional de Poder Popular distingue os cinco homens com a condição de *Heróis da República de Cuba*. Fidel afirma na ocasião: «Repito, reitero e enfatizo que voltarão!» Dias depois, o comandante reafirmou a sua convicção no regresso dos heróis. «A verdade de Cuba chegará a todos os cantos do planeta. É na verdade que reside a absoluta segurança de que os cinco voltarão.»

Neste combate da dignidade contra a calúnia, o vencedor já é conhecido. Independentemente do que vier a acontecer aos cinco prisioneiros do império, a História já os absolveu.



Foto de Eduardo Gageiro

Palavras solidárias

Isolados de tudo e de todos por condições prisionais particularmente desumanas, os cinco cubanos reféns do império mantêm o contacto com o mundo por intermédio da correspondência que recebem e enviam. Dessas cartas, é possível extrair os fortes traços das suas personalidades.

René González, enquanto decorria o processo, escreve à sua mulher Olga, uma carta reveladora: «Aqui ninguém tem o poder de me fazer infeliz, da mesma maneira que ninguém o teve para te fazer infeliz durante a tua prisão passando maus bocados (...) pensa que ven-

ceste todas essas coisas dentro e fora do cárcere, à força de carácter, de moral e de princípios.»

Em 1 de Fevereiro de 2001, após 17 meses no «buraco», Gerardo Hernández escreve para a família uma carta que revela uma firmeza semelhante à do seu companheiro. «Estou a viver a vida que escolhi, a que sempre sonhei viver, e é por isso que não tenho de me queixar nem arrepender.»

Estes são apenas alguns exemplos da sensibilidade e coragem destes homens. À medida que o mundo toma conheci-

mento do caso, a solidariedade conquistada mais e mais corações. Já muitas cartas foram enviadas, dos vários cantos do mundo, para os cinco heróis. E muitas foram também enviadas das cinco prisões para os quatro cantos do mundo, contendo as respostas emocionadas dos cinco prisioneiros.

Aliada à denúncia pública do caso, esta será talvez a mais eficaz forma de demonstrar solidariedade por cinco homens, presos injustamente, por defender o seu país, e através dele, a Humanidade.

As moradas são:

Gerardo Hernández Nordelo, n.º 58739-004, USP LOMPOC – PO BOX 3901 Klein Boulevard, Lompoc, CA 93436; **Ramón Labañino Salazar**, n.º 58734-004, USP BEAUMONT – PO BOX 26035 Beaumont TX 77720; **Antonio Guerrero Rodríguez**, n.º 58741-004, USP FLORENCE – PO BOX 7500, 5880 State HWY 67 South Florence, CO 81226; **Fernando González Llort**, n.º 58733-004, FCI Oxford – PO BOX 500 Oxford, WI 53952-0500; **René González Sechwert**, n.º 58738-004, FCI McKean – PO BOX 5000 Bradford, PA 16701.

Ciência & Tecnologia

Francisco Silva

Uma notícia, na aparência a chamar-nos a atenção para outras matérias, pode ser, com frequência, o suficiente para nos levar a tratar de um assunto – inclusivamente a escrever um texto, como é o caso presente –, que, à primeira vista, pareceria encontrar-se bastante afastado daquele para que tal notícia nos pretendia chamar a atenção. Assim aconteceu, para mim, com a leitura de um artigo relativo ao desenvolvimento de armas não letais nos EUA⁽¹⁾. Nesse artigo, a intenção era sobretudo a demonstração do incumprimento por parte daquele país do tratado relativo à guerra biológica. Um assunto inegavelmente importante.

Mas a mim o artigo chamou-me, antes, desde logo a atenção para o problema da instrumentalização de seres vivos, neste caso de bactérias, para fins relativamente aos



Na moda, estão as bactérias

quais elas não foram ouvidas nem achadas. Desculpem-me o antropomorfismo com que considero a situação destes seres vivos. Mas, o certo é sentir que tenho de pôr os pontos nos «iis» mesmo que tal pareça um pouco caricatural, não só a quem atribui uma importância exclusiva à espécie humana, mas ainda a outros seres vivos, sobretudo se estes puderem ser enxergados por nós, desprezando outros que muito contribuem para a manutenção da Biosfera terrestre.

Com efeito, devo ser mais claro e com esse sentido de esclarecimento começo pelos primeiros, aqueles para quem a Vida parece ser um exclusivo dos seres humanos. Ou pelo menos assim o proclamam, por exemplo, através dos chamados movimentos pela Vida que se restringem praticamente de forma exclusiva aos seres humanos antes de nascerem, indo mesmo, nos seus argumentos, até à célula inicial resultante da união do espermatozóide com o óvulo. Até as mulheres que morrem por interrupção voluntária de gravidez parecem ser menos Vida na invertebrada voz argumentativa e, diria, propagandeadora desses sectores de opinião.

Mas há os que (e quem estas linhas escreve não se tem sentido muito afastado destes) alargam o seu conceito de Vida ao conjunto dos reinos Animal e Vegetal. Ou seja, um conceito de Vida na prática alargado a todas as formas de Vida que conseguimos ver. É a defesa das árvores e das florestas que produzem o oxigénio de que nós e os outros animais necessitamos e, além disso, aprisionam grandes quantidades de dióxido de carbono que, assim, deixam de contribuir para o agravamento do efeito de estufa. É ainda a luta contra a extinção das espécies, sejam vegetais sejam animais (lembro-me das baleias e dos ursos pandas, por exemplo).

Mas que sabemos e o que ligamos nós a outras espécies que fazem a Vida pulular no seu impensável e imenso esplendor? Que sabemos nós das bactérias, a não ser das suas maldades em relação às nossas pessoas? Nós, que nos gabamos de ser uma espécie que, com a inven-

ção da Cultura, incluindo a Tecnologia, deixou de estar dependente, para a sua sobrevivência, de nichos ecológicos e que, por isso, não só povoamos e dominamos toda a Terra como aspiramos, por esta nos parecer já demasiado pequena, a colonizar o Espaço, estaremos cientes que as bactérias são os mais ubíquos de todos os seres vivos?

Aliás, é este um tema que Stephen Jay Gould, recentemente desaparecido, e, com toda a certeza, um dos maiores escritores sobre Ciência que jamais conhecemos, abordou com maestria no seu livro «Full House»⁽²⁾. Com efeito, este autor refere-se ao que designou por Bactéria Modal. Bactéria Modal porque as bactérias sempre estiveram, estão e, tudo indica, sempre estarão na moda enquanto forma de Vida. E moda significa exactamente, do ponto de vista estatístico, o ser vivo que ocorre mais frequentemente em todas as épocas, incluindo na nossa. Tal como a Moda no vestir seja a utilizada por mais pessoas nas mais diversas situações.

De facto, as bactérias – a Bactéria Modal – existem desde que a Vida é vida numa quantidade inimaginável de espécies. Elas constituem também, desde o sempre da Vida, o maior contingente de entre todos os seres vivos. Elas devem representar uns 50% de toda a biomassa, incluindo nesta, é claro, as florestas. Elas vivem e revivem por toda a parte, desde os nossos intestinos até às fossas abissais dos oceanos e ao interior do nosso planeta (estas bactérias prescindem mesmo do Sol! – utilizam a energia existente no interior da Terra). E tudo isto, sem necessitarem de qualquer apoio de Movimentos pela defesa da Vida ou de protecção das bactérias!

Pois é, o conjunto dos reinos Animal e Vegetal, afinal, representam apenas uma pequenina parte da Árvore da Vida, bem ao contrário das bactérias! Quem diria!?

(1) Avante!, 19 de Setembro de 2002.

(2) Publicado, no nosso país, na Coleção Ciência Aberta da Gradiva.

Publicações

Leandro Martins

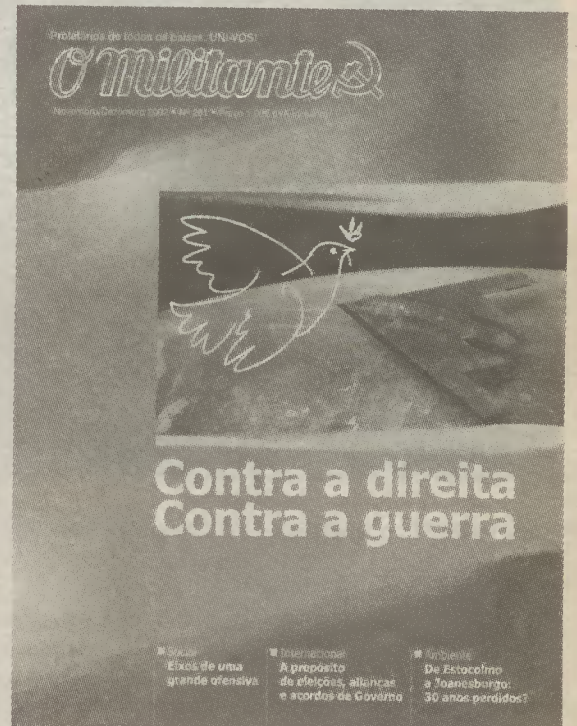
O Militante

Este número de *O Militante*, correspondente aos meses de Novembro e Dezembro, vem mesmo a tempo de recordar a Revolução de Outubro de 1917 que, como muita gente sabe, ocorreu em 7 de Novembro do calendário actual. A este acontecimento maior da História da Humanidade se refere, quando passam 85 anos sobre a data, um artigo – *A URSS faz falta do mundo* – assinado por Albano Nunes, director desta publicação, membro do Secretariado do Comité Central e responsável pela Secção Internacional do Partido.

Mas *O Militante* abre, como era de esperar, com um editorial de grande actualidade – *Contra a direita e contra a guerra*, em breve balanço das lutas em que os comunistas têm tido papel de relevo e das iniciativas do PCP. A que se segue um trabalho sobre a real possibilidade (e necessidade) de *Alargar a difusão da imprensa do Partido*.

As várias secções em que naturalmente esta publicação se «arruma» apresentam uma série de artigos da autoria de numerosos colaboradores. Assim, em *Social*, Bernardino Soares escreve sobre *Uma grande ofensiva*, caracterizando a política de direita nas suas diversas vertentes; Anselmo Dias, sobre *Os salários em Portugal*; Augusto Praça sobre *O direito do trabalho que dignifica o homem e a mulher*; por fim, J.M. Costa Feijão fala da *Exploração do trabalho e da organização da esmola*.

Um artigo de Victor Paulo preenche a secção de *Economia*. Este membro da Comissão para os Assuntos Económicos junto do CC interroga e responde à questão: «*Crise da conjuntura*» ou *crise do capitalismo*?



Dois colaboradores regulares do nosso jornal escrevem desta vez em *O Militante* na Secção *Internacional*. São eles Miguel Urbano Rodrigues e Jorge Cadima. O primeiro é dedicado a uma questão de grande actualidade: *A militarização da terra numa crise de civilização*. O segundo, que aborda também questões internacionais, fá-lo a partir do ponto de vista da actualidade nacional: *A propósito de eleições, alianças e acordos de Governo*.

Privatização e elitização do Ensino é o tema do artigo de Vanessa Silva, na Secção *Juventude*, a que se segue o tema central a que já aludimos, a propósito do 7 de Novembro.

Um extenso artigo de Jorge Cordeiro aborda o tema do *Ambiente: De Estocolmo a Joanesburgo – 30 anos perdidos?*, interroga. Segue-se um trabalho de Manuel Rodrigues, sobre *Planeamento educativo ou exclusão escolar*. *Internet e cidadania* é o título de um artigo de Rogério Reis. O *Grande êxito político* que constituiu a *Festa do Avante!* é o tema de um trabalho de Virgílio Azevedo. Aurélio Santos escreve sobre a *Década de 60 – Fundamentos de uma prática revolucionária*.

Por fim, *O Militante* publica o comunicado da reunião do Comité Central do PCP, de 21 de Setembro, a que se segue o índice classificado dos artigos publicados por esta revista durante o ano que vai findar em breve.

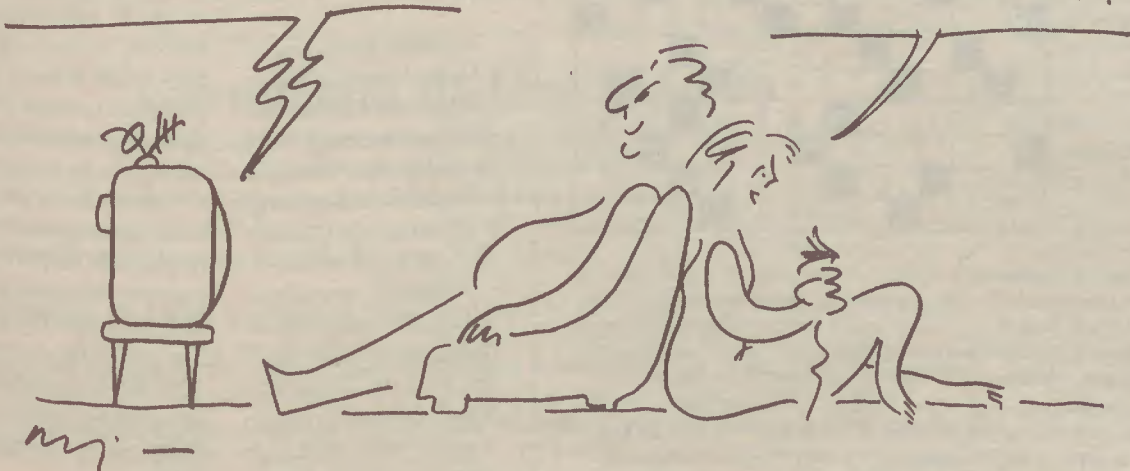
O livro que *O Militante* oferece desta vez a quem assine a revista ou angarie um novo assinante é José Afonso – *Um Olhar Fraternal*, da autoria de João Afonso dos Santos (Editorial Caminho, Lisboa, 2002).

Cartoon

Monginho

MARIA JOSE' MORGADO
DIZ QUE PAULO PORTAS
E CELESTE CARDONA
PRESSIONARAM
A SUA DEMISSÃO!...

MODERNA RAZÃO
TERÃO ELES...
NÃO?!





7 de Novembro 85.º aniversário da Revolução Socialista de Outubro

LISBOA – Iniciativa comemorativa promovida pela **Célula do CT Vitória**, com a participação do camarada **José Casanova** – Quinta-feira, dia 7, às 16h, CT Vitória;

Jantar-convívio comemorativo promovido pelo **Sector Intelectual da ORL** no Restaurante Caleidoscópico (Campo Grande) – Quinta-feira, dia 7, às 19h30;

Jantar-convívio comemorativo promovido pelo **Sector das Comunicações, Águas e Energia**, com a participação do camarada **Aurélio Santos** – Quinta-feira, dia 7, a partir das 18h30;

Jantar-convívio comemorativo promovido pelo **Sector de Empresas de Lisboa**, com a participação do camarada **Carlos Chaparro** – Sexta-feira, dia 8, CT Vitória;

Jantar-convívio comemorativo promovido pelo **Sector dos Transportes da ORL**, com a participação do camarada **Domingos Abrantes** – Sexta-feira, dia 8, às 20h, CT Vitória;

Magusto de comemoração do 7 de Novembro promovido pela **freguesia dos Olivais**, com a participação do camarada **Martinho Baptista** – Sábado, dia 9, às 16h30, CT Olivais.

SANTARÉM – Debate-convívio sobre «A actualidade dos ideais da Revolução de Outubro», com a participação da camarada **Manuela Bernardino** – Quinta-feira, dia 7, às 21h, CT de Santarém.

CASTELO BRANCO – Colóquio sob o tema «A Revolução de Outubro» com a participação do jornalista e escritor **Manoel de Lencastre** – Sexta-feira, dia 8, às 21h, salão da Junta de Freguesia de Castelo Branco.

PONTA DELGADA – Conferência-debate sobre «A Revolução de Outubro e o PCP», com a participação do camarada **Luís Amaro**. Convívio no final – Sábado, dia 9, 21h, CT de Ponta Delgada (S. Miguel-Açores).

PRAIAS DO SADO – Jantar comemorativo do 7 de Novembro e do aniversário do Centro de Trabalho – Sábado, 9, às 20h, no restaurante «O Sonho» (Informações: tel. 265522273).

S. JOÃO DA MADEIRA – Debate sobre a Revolução de Outubro com a participação de **Francisco Lopes** – Sábado, 9, às 21h30, no Sindicato do Calçado / Auditório José Afonso.

CASCAIS – Magusto com «desmancha do porco». Convívio comemorativo do 7 de Novembro e do 23.º aniversário da JCP, com a participação do camarada **Aurélio Santos** – Domingo, 10, na Colectividade «Os Vinhais» (Bairro Além das Vinhas, Alcabideche).

SEIXAL – Almoço-convívio na **Quinta da Atalaia** organizado pela Comissão Concelhia do Seixal, com a participação do camarada **José Casanova** – Domingo, dia 10, 13h (Inscrições: nos CTs concelhios e tel. 21 2212222).

PORTO SALVO – Almoço-convívio, com a participação do camarada **Dias Lourenço** – Domingo, 10, às 13h, CT de Porto Salvo (junto ao Campo do Atlético).

LARANJEIRO – Debate sobre Pacote Laboral e Segurança Social Convívio – Sábado, 9, 20h, CT do Laranjeiro.

AMADORA – Almoço-convívio – Magusto no CT da Amadora – Segunda-feira, 11, às 13h.

SESIMBRA – Noite de Fado – Magusto, na Quinta do Conde – Sábado, 16, às 15h, no CT do PCP.

Associação de Amizade Portugal-Cuba

Conversando sobre a América Latina com **Miguel Urbano Rodrigues**
Quarta-feira, dia 13, às 18 e 30
Na Rua Fialho de Almeida, 3, 4.º – Auditório (Metro: S. Sebastião)

Assembleias da Organização

6.ª Assembleia da Organização Concelhia de Ovar – Sábado, 9, às 14h30, no CT de Ovar, com a participação de **Armindo Miranda**, da Comissão Política

10.ª Assembleia da Organização Concelhia de Loures – Sábado, às 10h00 – no Pavilhão José Gouveia, em S. João da Talha, com a participação de **Bernardino Soares**, da Comissão Política

7.ª Assembleia de Organização da Freguesia de Alverca – Sábado, 9, às 15h00, no Auditório Municipal Seala

7.ª Assembleia da Célula da Câmara Municipal de Lisboa – Sábado, 9, às 14h30, no CT Vitória, com a participação de **Jorge Cordeiro**, da Comissão Política

Assembleia da Célula do PCP na Câmara Municipal e SMAs de Vila Franca de Xira – Hoje, 7, às 17h00, no CT de Vila Franca de Xira, com a participação de **Adelaide Pereira**, do Comité Central

8.ª Assembleia da Organização dos Comunistas Trabalhadores das Estruturas Sindicais do Sector Sindical da ORL – Terça-feira, 12, às 18h30, no CT Vitória, com a participação de **José Casanova**, da Comissão Política

Assembleia de Organização da Freguesia de Cacilhas – Domingo, 10, às 14h30, no CT Concelhio.



A JCP está a festejar o seu 23.º aniversário com numerosas iniciativas – principalmente de convívio – em quase todo o País. Nos próximos dias assinalam-se as seguintes:

ÉVORA: convívio promovido pelo colectivo do Ensino Superior de Évora no Centro de Trabalho do Partido – hoje, dia 7 às 21h;

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO: jantar-convívio no CT no dia 8; **AMADORA:** abertura do Bar Rubros, no Centro de Trabalho do Partido, no dia 9;

BALEIZÃO (Beja): convívio, também no Centro de Trabalho local, no mesmo dia 9; **VILA FRANCA DE XIRA:** jantar-convívio, com poesia e animação, no Grémio da Póvoa, dia 9 às 20h;

COVILHÃ: no Centro de Trabalho do Partido, no dia 10, jogo de futebol entre camaradas e amigos, às 16h, e jantar-convívio com música de intervenção e poesia às 21h;

DAMAIA: magusto no Centro de Trabalho da Damaia, dia 10 a partir das 15h.

OVAR: festa no Centro de Trabalho, no dia 10 a partir das 18h – **AVIS:** magusto no dia 16.



AMADORA – Jornadas CDU sobre **Desporto e Movimento**

Associativo: sábado, 9, às 14h30, no Auditório da CM da Amadora

BENAVENTE – Reunião de eleitos da CDU no Concelho de Benavente: sexta-feira, 8, às 21 horas, no Centro Cultural de Benavente, com a participação do camarada **Jorge Cordeiro**.

CARTAXO – Plenário CDU – para balanço da actividade desenvolvida no mandato e

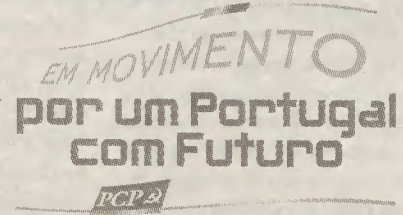
perspectivas de trabalho – seguido de convívio, com magusto, fados, jogos tradicionais: sábado, 9, a partir das 14h30, no Auditório Municipal da Quinta das Pratas.

SANTARÉM – Visita às freguesias da Cidade, na conclusão das Jornadas CDU no Concelho, iniciadas em 5 de Outubro: dia 9 às freguesias de **Marvila e Ribeira de Santarém**, dia 10 às freguesias de **S. Nicolau e S. Salvador**.

Carlos Carvalhas

Domingo, 10 de Novembro, às 13h00, o Secretário-geral do PCP participa num almoço-convívio no Centro de Trabalho do PCP em **Sarilhos Pequenos**, concelho da Moita

Terça-feira, 12 de Novembro, às 18h00, Carlos Carvalhas, integrando uma delegação do Partido, visita a Feira da Vinha e do Vinho, em **Borba**. Às 20h00, participa num **jantar-convívio**, na Zona Industrial de Borba



Terça-feira, 19 de Novembro, às 18h00

Debate

«Uma Administração Pública forte e eficiente ao serviço das populações e como garante do cumprimento das funções sociais do Estado»

na Sala Herculano II do Hotel Plaza

(Travessa do Salitre, 7 - à Av. da Liberdade, em Lisboa)

Com a participação de **Domingos Abrantes**, membro da Comissão Política, **António Filipe**, deputado e membro do Comité Central, **Rui Namorado Rosa**, professor universitário, **Lurdes Rodrigues**, técnica superior da Administração Pública, **Eugénio Rosa**, economista

Plenários e reuniões

ALMADA – Sábado, 9, às 10h30 – reunião concelhia alargada, no Complexo Municipal de Desportos, em Almada.

Domingo, 10 – às 15h00 – Magusto Costa da Caparica, no CT da Costa da Caparica; às 15h00 – plenário da organização da freguesia da Trafaria, no CT da Trafaria; às 17h00 – Magusto Trafaria, no CT da Trafaria.

Quarta-feira, 13, às 21h00 – reunião de eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Feijó, na Junta de Freguesia de Feijó.

Quinta-feira, 14, às 21h00 – reunião de Micro, Pequenos e Médios Empresários do concelho de Almada, no CT concelhio.

AMADORA – Segunda-feira, 11, às 20h30 – de militantes da freguesia da Falagueira, no CT da Amadora; às 18h00 – da célula dos trabalhadores da CMA, no CT da Amadora.

Quarta-feira, 13, às 18h30 – do Sector de Empresas da Amadora, no CT da Amadora; às 20h30 – de militantes das freguesias da Alforneiros e Brandoa, no CT da Brandoa.

BEJA – Sábado, 9, às 15h00 – reunião da Comissão Concelhia de Aljustrel, no CT, para discussão da organização do Partido e trabalho futuro.

CASCAIS – Sábado, 9, às 13h00 – **almoço-convívio**, no CT de Alcabideche, seguido de plenário de militantes para discussão do projecto de Resolução Política da Assembleia Regional de Lisboa, com a participação de **Alexandre Teixeira**, do Comité Central.

LISBOA – Hoje, 7, às 19h30 – plenário de militantes das freguesias de Coração de Jesus, Pena e S. José, no CT Vitória, para discussão da Resolução Política da 5.ª Assembleia da Zona Central de Lisboa, que se realiza a 16 de Novembro; às 21h00 – plenário de militantes das freguesias de Sto. Estêvão, S. Miguel, Castelo, Santiago e Sé, no Beco de Sta. Madalena, n.º 9, para discussão da Resolução Política da 5.ª Assembleia da Zona Centro de Lisboa.

Sábado, 9, às 15h00 – plenário de militantes das freguesias de Benfica e Carnide, no CT de Benfica, para análise e discussão do projecto de Resolução Política da 5.ª Assembleia da Organização da Zona Norte de Lisboa, que se realiza sábado, 16 de Novembro. Com a participação de **Carlos Grilo**, do Comité Central.

LOURES – Hoje, 7, às 21h00 – plenário de militantes de Unhos, preparatório da 10.ª Assembleia da Organização Concelhia de Loures.

MONTEMOR-O-NOVO – Preparatórias da 7.ª Assembleia da Organização Concelhia de Montemor-o-Novo:

Sexta-feira, 8, às 20h00 – das Cortiçadas, na Sala da Junta de Freguesia.

Sábado, 9, às 15h00 – de Cabrela, no CT.

Segunda-feira, 11, às 15h00 – de Reguengo, no Centro Cultural.

Terça-feira, 12, às 16h00 – da Maia, no Centro Cultural; às 15h00 – do Cortiço, no Posto Médico

Quinta-feira, 14, às 15h00 – da célula dos Reformados, no CT; ainda, às 15h00 – do Lavre, na sala da Junta de Freguesia; e às 18h30 – das Silveiras, no Centro Cultural.

Sexta-feira, 15, às 15h00 – de Casa Branca, na sala da Associação dos Reformados; e às 20h00 – da Cidade, no CT; dos Foros de V. Figueira, no Centro Cultural e do Escoural, no CT de Brissos.

MONTIJO – Preparatórias da 8.ª Assembleia de Organização Concelhia do Montijo:

Sexta-feira, 8, às 21h00 – reunião da Comissão Concelhia alargada a quadros, no CT do Montijo.

Sábado, 9, às 21h00 – reunião da Comissão Concelhia de Canha, em Canha.

Segunda-feira, 11, às 21h00 – reunião da Comissão de Freguesia de Sarilhos Grandes, no CT de Sarilhos Grandes.

ODIVELAS – Preparatórias da 5.ª Assembleia da ORL:

Sábado, 9, às 15h00 – da freguesia de Odivelas, na Sociedade M. Odivelense; e da freguesia da Pontinha, no CT da Pontinha. Seguem-se magustos.

Domingo, 10, às 13h00 – da freguesia de Caneças, no CT de Caneças. Segue-se almoço-convívio e magusto.

Sexta-feira, 15, às 21h00 – das Patameiras, na AMOP.

OEIRAS – Sábado, 9, às 15h30 – plenário de militantes e amigos, no CT de Queijas, com a presença de **Leonor Barão**, do CC, a que se segue um Magusto.

PORTO – Preparatórias da 5.ª Assembleia da Organização da Cidade do Porto:

Sexta-feira, 8, às 21h30, de Ribeirinhas e Santo Ildefonso, no CT de Barão de S. Cosme.

Sábado, 9, às 15h00 – de Aldoar, na Junta de Freguesia de Aldoar; do Bonfim, no CT Baão de S. Cosme; e da Cedofeita, no CT Boavista.

SETÚBAL – Hoje, 7, às 18h00 – plenário de militantes organizados nas empresas, no CT de Setúbal.

Sábado, 9, às 15h30 – Debate sobre «O Sistema Público de Segurança Social – as propostas do Governo», no CT de Setúbal, com **Cristina Rocha Neto**, membro da DORS.

SINTRA – Preparatórias da 5.ª Assembleia da ORL:

Hoje, 7, às 21h30 – reunião da Comissão Concelhia, no CT do Cacém.

Sábado, 9, às 17h00 – de militantes da freguesia de Mira Sintra, no Pavilhão Desportos e Juventude de Mira Sintra, a que se segue um magusto. Às 16h00 – do Organismo de Direcção das Empresas de Sintra, no CT do Cacém.

Sexta-feira, 15, às 21h30 – de militantes da freguesia do Cacém, no CT do Cacém; e da freguesia de Casal de Cambra.

VIANA DO CASTELO – Terça-feira, 12 – Reunião de Quadros do distrito de Viana do Castelo para discussão da situação política e social e desenvolvimento da luta, com **Jerónimo de Sousa** – às 21h30.

VILA FRANCA DE XIRA – Para discussão da Resolução Política da 8.ª Assembleia de Organização Concelhia de Vila Franca de Xira:

Hoje, 7, às 21h00 – plenário de militantes da freguesia do Forte da Casa, no Salão da Junta de Freguesia.

Sexta-feira, 8, às 21h00 – de militantes da freguesia de Sta. Iria, no CT. Também às 21h00 – de militantes da freguesia do Sobralinho, no CT.

Sábado, 9, às 15h00 – de militantes da freguesia de Vialonga, no CT, com **Marília Villaverde Cabral**; às 15h00 – de militantes da freguesia de Vila Franca de Xira, no CT; às 15h30 – de militantes da freguesia de Alhandra, no CT; às 18h00 – de militantes da freguesia da Castanheira; às 21h30 – de militantes de S. João dos Montes, no CT.

ATVer

Peggy Sue Casou-se é uma fábula moderna sobre o regresso de uma mulher de meia idade, em crise matrimonial, aos seus tempos do liceu

Forte Apache, The Bronx

(Quinta-feira, 07.11.02, RTP-1)

Forte Apache, The Bronx

continua a ser uma das mais impressionantes interpretações de Paul Newman (no já longínquo ano de 1981), na pele de um polícia honesto, cínico e com um apurado sentido de justiça que, no meio da maior degradação humana no bairro mais marginalizado e deplorável de Nova Iorque (o célebre Bronx), tem de tomar a difícil opção de denunciar, ou não, um colega como homicida. O realizador Daniel Petrie, com notória desenvoltura e brutal realismo, constrói um quadro deprimente da insegurança, violência e anarquia que se vive e respira numa sociedade rasgada por também brutais clivagens sociais, intransigência étnico-cultural e descontrolo urbano, resultando daqui um filme «policial» no sentido quase literal do termo, onde se reflectem as desastrosas consequências humanas deste estado de grande desequilíbrio e marginalização social. Referência também ao resto do elenco que contracena com Newman, nomeadamente Pam Grier, Edward Asner e Danny Aiello.

Peggy Sue Casou-se

(Quinta-feira, 07.11.02, RTP-2)

História de pura diversão e fantasia, Peggy Sue Casou-se é uma fábula moderna em tom de comédia romântica sobre o regresso de uma mulher de meia idade, em crise matrimonial, aos seus tempos do liceu, graças a um inexplicável sortilégio, que vai tentar aproveitar para mudar o seu destino. É um filme de Francis Ford Coppola que, com extraordinária simplicidade, humor inteligente e ironia q.b., constrói um filme de sabor nostálgico e revivalista sobre a impossibilidade de se recuperar o tempo perdido da adolescência. Sem recorrer a efeitos especiais ou visuais, Coppola assina um belo e inteligente filme servido por um texto inspirado, recheado de tão oportunas como anacrónicas piadas, com Kathleen Turner num dos seus mais impressionantes papéis, bem acompanhada por Nicholas Cage (por sinal, sobrinho de Coppola) e um sólido elenco: Barbara Harris, Don Murray, Maureen O'Sullivan, Joan Allen, Helen Hunt, John Carradine e Jim Carrey, entre outros.

Jardins de Pedra

(Sexta-feira, 08.11.02, RTP-2)

Num aparente miniciclo dedicado a Francis Ford Coppola, a RTP-2 apresenta hoje Jardins de Pedra, onde o autor regressa ao tema do Vietname (após o fabuloso *Apocalypse Now*), agora para lançar um outro olhar (ainda amargo) sobre esta traumática guerra na história recente dos EUA

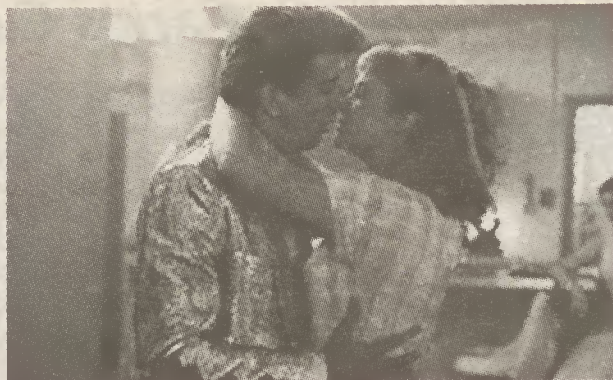
A Ponte do Rio Kwai é uma grandiosa produção de guerra e, ironicamente, também um notável libelo contra a própria guerra



Stalker

(Quarta-feira, 13.11.02, RTP-2)

Também de Andrei Tarkovsky, *Stalker* é um filme fascinante e insólito, uma longa e introspectiva viagem pela alma humana, que assenta numa extraordinária construção cénica, num rigoroso trabalho de *mise en scène* e num belo trabalho de imagem, para acompanhar a odisseia de três homens num universo misterioso, hostil e devassado.



Francis Ford Coppola, em *Jardins de Pedra*, regressa ao tema do Vietname, agora para a retaguarda da guerra



Em *Forte Apache, The Bronx*, Paul Newman é um polícia honesto, no deplorável bairro do Bronx, que tem de tomar uma difícil opção

Em *Forte Apache, The Bronx*, Paul Newman é um polícia honesto, no deplorável bairro do Bronx, que tem de tomar uma difícil opção

(ele próprio um país recente...), curiosamente sem mostrar uma única imagem de guerra: *Jardins de Pedra* é um filme construído em torno dos homens na retaguarda do conflito que, no famoso cemitério militar de Arlington, se encarregam das cerimónias fúnebres dos militares mortos em combate. Neste caso, num conflito altamente impopular (que se tornaria irremediavelmente impopular quando concretizou a primeira e clara derrota militar dos EUA, não contando com o semidesaire da Coreia), que ia minando e destruindo toda uma geração que, aqui, «conquistava» a duvidosa honra de vistosas homenagens... fúnebres. Com interpretações a preceito de James Caan, Angelica Huston e James Earl Jones.

A Ponte do Rio Kwai

(Domingo, 10.11.02, RTP-1)

A Ponte do Rio Kwai foi o grande acontecimento cinematográfico de 1957, com o seu estrondoso sucesso público e a sua inequívoca vitória na noite dos Óscares, tendo conquistado seis prémios da Academia de Hollywood. Grandiosa produção de guerra – que, ironicamente, é um notável libelo contra a lógica bárbara, brutal e implacável da própria guerra –, superiormente dirigida por David Lean, *A Ponte do Rio Kwai* é uma espantosa reflexão sobre os homens em estado de guerra e sobre os seus absurdos códigos de honra, glória e dever, pondo no centro da acção um coronel inglês (superiormente interpretado por Alec Guinness), que dirige a construção de uma ponte ferroviária japonesa na Birmânia comandando os seus próprios homens, entretanto como ele prisioneiros de guerra num campo de concentração em plena selva, coronel esse que perde o controlo da realidade e quase se arrisca a colaborar com o inimigo para preservar a obra que, apesar de tudo, construíra, num misto de arrogância inglesa a esmagar tecnologicamente os seus próprios carcereiros e a humana pulsão criadora que o leva a apegar-se profundamente ao produto da sua criatividade e competência: a ponte sobre o Rio Kwai. Um grande, um extraordinário filme, sem qualquer dúvida.

Solaris

(Segunda-feira, 11.11.02, RTP-2)

Solaris é uma realização do malogrado e mal-amado cineasta soviético Andrei Tarkovsky que, ao longo da sua accidentada carreira, assinou um punhado de grandes filmes, muitas vezes incompreendido tanto a Leste como a Oeste... Engenheiro filme de ficção científica (na época, «concorreu», no exagero da propaganda, com o fabuloso *2001 Odisseia no Espaço*, de Kubrik, filme bastante diferente deste intimista exemplar soviético), *Solaris* acompanha a fabulosa odisseia de um psicólogo num remoto planeta, que tem a extraordinária capacidade de materializar memórias e fantasias humanas.



A RTP2 retransmite hoje às 19h um trabalho de Maria Augusta Seixas, integrado na série «Crónica do Século», sobre a luta das mulheres, também na clandestinidade, no tempo do salazarismo (Gravura de José Dias Coelho)

Quinta, 7

RTP1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Vencedores
15.30 Marisol
16.30 Carita de Anjo
17.15 RTP Crianças
18.15 Quebra-cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.30 O Elo Mais Fraco
22.00 Segredo de Justiça
23.00 Grande Repórter
24.00 Jag Em Nome da Justiça
01.00 24 Horas
01.15 Bull
02.15 «Forte Apache, The Bronx» (Filme de Daniel Petrie, EUA/1981, com Paul Newman. Ver Destaque)

RTP2

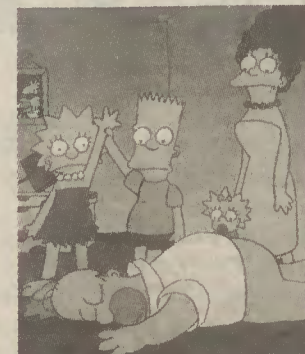
07.00 RTP Crianças
12.40 Companhia dos Animais
13.30 Sozinhos em Casa
14.00 Alves dos Reis
15.00 Informação Gestual
16.15 «A Balada do Soldado» (Filme)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Horizontes da Memória
19.00 Crónica do Século A Mulher no Século (II) A Luta contra a Ditadura
20.00 Viver no Campo
20.30 Começar de Novo
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Jack e Jill
24.00 «Peggy Sue Casou-se» (Filme de Francis Ford Coppola. Ver Destaque)
01.45 Pescadores de Dólares

SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Olhar da Serpente
17.00 Não Há Pai!
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Não Há Pai!
21.30 Malucos do Riso
22.00 Esperança
23.15 Olhar da Serpente
00.15 O Melhor do Herman SIC
01.45 Perseguições Policiais

TVI

07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida é Bela
15.00 BB Famosos
16.15 BB Extra
17.10 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.45 Anjo Selvagem
22.45 Amanhecer
23.45 Vidas Reais
01.00 Ally McBeal
02.00 «A Procura de Ricardo» (Filme)
04.10 Os Animais do Mundo



«Os Simpsons»: a não esquecer, aos sábados na RTP2

Sexta, 8

RTP1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Vencedores
15.30 Marisol
16.30 Carita de Anjo
17.15 RTP Crianças
18.15 Quebra-cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.30 O Elo Mais Fraco
22.00 Segredo de Justiça
23.00 «O Último Fôlego» (Filme)
00.45 Jag Em Nome da Justiça
01.45 24 Horas
02.00 Paraíso Filmes
02.30 «Senhoras da Alta» (Filme)

RTP2

07.00 RTP Crianças
12.40 Companhia dos Animais
13.00 Os Açorianos no Brasil Meridional
13.30 Sozinhos em Casa
14.00 Alves dos Reis
15.00 Informação Gestual
16.15 «A Planície Vermelha» (Filme)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Gente da Cidade
19.00 2010
20.00 Viver no Campo
20.30 Começar de Novo
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Sinais do Tempo
24.00 «Jardins de Pedra» (Filme de Francis Ford Coppola. Ver Destaque)
02.00 «Louis Pasteur ou Les Chemins de la Vérité» (Documentário)

SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Olhar da Serpente
17.00 Não Há Pai!
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Não Há Pai!
21.30 Malucos do Riso
22.00 Esperança
23.15 Olhar da Serpente
00.15 E Proibido!
01.15 Contos Eróticos
02.15 «Mulheres na Noite» (Filme)

TVI

07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida é Bela
15.00 BB Famosos
16.15 BB Extra
17.10 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.45 Anjo Selvagem
22.45 Amanhecer
23.45 Vidas Reais
00.45 «A Cor Púrpura» (Filme)
03.30 Os Animais do Mundo

Sábado, 9

RTP1

07.00 RTP Crianças
12.00 Um Desastre de Bruxa
12.30 Horizontes da Memória
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.00 O Maravilhoso Mundo Submarino
16.00 João Baião
19.00 Camilo, o Pendura
19.30 A Minha Sogra é Uma Bruxa
20.00 Telejornal
21.00 Futebol: V. Setúbal-FC Porto (Superliga)
23.00 «Disputa de Sangue» (Filme)
00.45 Jag Em Nome da Justiça
01.45 24 Horas
02.00 Paraíso Filmes
02.30 «A Vida é um Romance» (Filme)

RTP2

08.00 Repórter RTP
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.00 Horizontes da Memória
19.30 Bombordo
20.00 Palavras Ditas
20.30 Os Simpsons
21.00 Por Outro Lado
22.00 Jornal 2
23.00 O Lugar da História («Os meninos da Rússia»)
00.00 Britcom
01.00 Saxazul (Gravações do Festival de Cascais)
02.30 Noites Curtas no Onda-Curta

SIC

07.00 SIC a abrir
12.00 Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Catarina.com
14.45 O Camião
15.30 Air América
16.45 Walker, o Ranger do Texas
17.30 «Lutar para Vencer» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Linha da Sorte
22.30 «Um Domingo Qualquer» (Filme)
00.30 Tal Mãe, Tal Filha
01.45 Bon Jovi em New York

TVI

07.30 Batatoon
09.30 Sempre a Abrir
11.00 «Um Cãozinho Chamado Eddie»
12.00 Lux
13.00 TVI Jornal
14.00 Survivor
15.00 BB Famosos
15.45 «O Pequeno Génio» (Filme)
18.00 «O Génio do Amor» (Filme)
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Sonhos Traídos
23.00 O Último Beijo
24.00 «Rivalidade Fatal»
02.15 «O Intruso Misterioso» (Filme)



Em «Por Outro Lado» (ao sábado na RTP2), Ana Sousa Dias entrevista esta semana Bartolomeu Cid



Em retransmissão, «Balzac», biografia romancada, com Gérard Depardieu

Domingo, 10

▼ RTP1
07.00 RTP Crianças
12.00 Um Desastre de Bruxa
12.30 Planeta Azul
("Cavalos com História")
13.00 Jornal da Tarde
14.00 O Mundo Perdido
16.30 Estúdio 5
19.00 Domingo Desportivo
20.00 Telejornal
21.00 Contra-Infomção
21.30 O Elo Mais Fraco
22.30 «A Ponte do Rio Kwai» (Filme de David Lean. Ver Destaque)
01.30 Domingo Desportivo
02.30 24 Horas

▼ RTP2
09.00 Programa Religioso
11.30 Louis Pasteur ou Les Chemins de La Verité
12.10 Documentário
13.00 Austrália Selvagem
14.00 Desporto 2
18.30 Technopolis
19.30 Onda Curta
20.00 A História de Nikita
21.00 Artes e Letras
(Claude Parent, arquitecto)
22.00 Jornal 2
23.00 Artes de Palco
«Souingue!»
00.15 Odisseia nas Imagens
«Messiah de William Klein»

▼ SIC
07.00 SIC a abrir
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «A Minha Irmã é Extraterrestre» (Filme)
16.00 «Piratas e Tesouros» (Filme)
18.00 «Perigo no Oceano» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Mentes Brillhantes
22.30 Herman SJC
00.45 «Y2K As Últimas 48 Horas» (Filme)
02.45 Filme
04.00 «Anatomia do Golpe» (Filme)

▼ TVI
07.30 Super Batatoon
09.30 Sempre a Abrir
10.00 Cerimónias Religiosas
13.00 TVI Jornal
14.00 «Uma Aventura em Família» (Filme)
16.00 «Vigaristas à Solta» (Filme)
18.00 «O Suspeito da Rua Arlington» (Filme)
20.00 Jornal Nacional
21.15 A Jónia de África
22.15 Sonhos Traídos
23.45 BB Famosos
Fin-de-semana
00.30 «Eles Chegaram» (Filme)
03.00 A Grande Aventureira

Segunda, 11

▼ RTP1
07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Vencedores
15.30 Marisol
16.30 Carita de Anjo
17.15 RTP Crianças
18.15 Quebra-cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.30 O Elo Mais Fraco
22.00 O Processo dos Távoras
23.00 Fora de Jogo
00.30 Jag
Em Nome da Justiça
01.30 24 Horas
01.45 «A Carne» (Filme)

▼ RTP2
07.00 RTP Crianças
12.40 Companhia dos Animais
13.00 Os Açorianos no Brasil Meridional
13.30 Sozinhos em Casa
14.00 Alves dos Reis
15.00 Informação Gestual
16.30 «A Tragédia do Titanic» (Filme)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Onda Curta
19.00 Vingens na Índia
20.00 Viver no Campo
20.30 Começar de Novo
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Balzac
24.00 «O Cubo» (Filme)
02.00 Pancho Villa

▼ SIC
07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Solaris» (Filme de Andrei Tarkovsky. Ver Destaque)
02.30 Ritmos, Gestos e Técnicas

▼ TVI
07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida é Bela
15.30 BB Famosos
16.15 Vidas Reais
17.30 BB Famosos
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.15 BB Famosos
22.15 A Jónia de África
23.30 Amanhecer
00.30 Vidas Reais
01.10 Ficheiros Secretos
02.30 1.ª Vaga

Terça, 12

▼ RTP1
07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Vencedores
15.30 Marisol
16.30 Carita de Anjo
17.15 RTP Crianças
18.15 Quebra-cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.30 O Elo Mais Fraco
22.00 O Processo dos Távoras
23.00 Fora de Jogo
00.30 Jag
Em Nome da Justiça
01.30 24 Horas
01.45 «A Carne» (Filme)

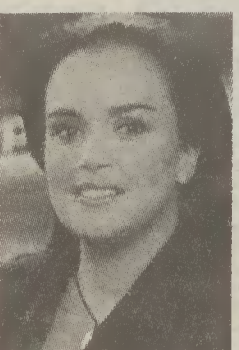
▼ RTP2
07.00 RTP Crianças
12.40 Companhia dos Animais
13.00 Os Açorianos no Brasil Meridional
13.30 Sozinhos em Casa
14.00 Alves dos Reis
15.00 Informação Gestual
16.30 «A Tragédia do Titanic» (Filme)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Onda Curta
19.00 Vingens na Índia
20.00 Viver no Campo
20.30 Começar de Novo
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Balzac
24.00 «O Cubo» (Filme)
02.00 Pancho Villa

▼ SIC
07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas

Quarta, 13

▼ RTP1
07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Vencedores
15.30 Marisol
16.30 Carita de Anjo
17.15 RTP Crianças
18.15 Quebra-cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
19.40 Futebol (Liga de Campeões)
21.30 Telejornal
22.30 O Elo Mais Fraco
23.30 «Paixão sob Fogo» (Filme)
01.30 Liga dos Campeões (Resumos)
02.30 24 Horas
02.50 Bull

▼ RTP2
07.00 RTP Crianças
12.40 Companhia dos Animais
13.00 Os Açorianos no Brasil Meridional
13.30 Sozinhos em Casa
14.00 Alves dos Reis
15.00 Informação Gestual
16.30 «A Guerra dos Abismos» (Filme)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Bombordo
19.00 Missão Natureza
19.30 Ora Viva!
20.00 Viver no Campo
20.30 Começar de Novo
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 A Educação de Max Bickford
24.00 «Stalker» (Filme de Andrei Tarkovsky. Ver Destaque)



«Grande Repórter», conduzido por Alberta Marques Fernandes, vai apresentar trabalhos de alguns dos mais prestigiados jornalistas da RTP

13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
15.45 O Olhar da Serpente
16.45 Não Há Pai!
17.30 Desejos de Mulher
18.00 New Wave
18.30 Coração de Estudante
19.00 O Beijo do Vampiro
20.00 Jornal da Noite
21.00 Não Há Pai!
21.45 Esperança
22.45 Olhar da Serpente
24.45 É Proibido
01.15 «Larry, o Liquidador» (Filme)

▼ TVI
07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida é Bela
15.15 BB Famosos
15.45 BB Extra
17.15 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.00 BB Famosos
21.30 Anjo Selvagem
22.15 BB Famosos
00.30 Vidas Reais
01.30 «Triângulo do Desejo» (Filme)

02.15 Hinnalaia, Terra de Serenidade

▼ SIC
07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
15.45 O Olhar da Serpente
16.45 Não Há Pai!
17.30 Desejos de Mulher
18.00 New Wave
18.30 Coração de Estudante
19.00 O Beijo do Vampiro
20.00 Jornal da Noite
21.00 Não Há Pai!
21.45 Esperança
22.45 Olhar da Serpente
23.45 Hora Extra
00.45 «Sem Amanhã» (Filme)
02.45 No Fim do Mundo

▼ TVI
07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida é Bela
15.30 BB Extra
16.00 Gala BB Famosos
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.45 Anjo Selvagem
22.45 Amanhecer
23.45 Vidas Reais
00.30 «O Jogo da Sedução» (Filme)
03.15 Animais do Mundo

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

TVisto

Correia da Fonseca

Uma vela em bairro antigo

Noticiário na manhã de segunda-feira. No SIC Notícias, escolhido para me poupar o risco de deparar no RTP 1 com Alberta Marques Fernandes, a-que-arregala-os-olhos, que não parece a melhor maneira de começar o dia. Consta, de resto, que a senhora não regressa às manhãs e que a actual ausência, que comecei por julgar temporária, vai tornar-se definitiva graças a um programa em preparação previsto para o fim das noites. Antes assim, parece-me: ao encerrar de um dia inteiro de televisão e não só, a gente já sofreu tanto que até a impetuosidade arregalada de Alberta Marques nos parecerá

outras condições de sobrevivência arruinadas, conseguissem manter a cabecinha saudável.

Na pista das causas

A causa da tragédia há-de ter sido, pois, uma vela. E, é claro, também a solidão, mais a velhice do prédio, mais a velhice das próprias vítimas do ocorrido. Em verdade, porém, a averiguação das causas não pode ou não deve ficar-se por aqui, nem neste triste caso nem noutros semelhantes. É que falta o que em rigor é mais importante: saber por que estava ali aquela vela a arder esquecida. E aquelas duas mulheres a viverem sozinhas num prédio degradado. E por que é que nem sequer havia ali iluminação eléctrica, pois é provável que esse facto não haja decorrido tanto do envelhecimento do prédio, porventura da rua e do bairro, quanto da causa comezinha e frequente de não ter havido dinheiro para pagar os consumos. E, chegando-se aqui, suscitaram-se novas dúvidas cruciais que talvez fossem deparar com respostas cruciantes.

Concretamente, seria importante saber quanto dinheiro entrava por mês naquela casa. Aí talvez estivesse a resposta para o facto de a iluminação da casa ser feita a vela ou velas, não por outros meios não eléctricos mas em todo o caso menos arriscados. E mesmo quanto à saúde mental das suas mulheres, não seria nada mau conhecer que acompanhamento médico, que cuidados preventivos contra riscos vários entre os quais estaria o que lhes foi fatal. É claro que a reportagem do SIC Notícias não cuidou de tais coisas, até porque elas não estão nas habituais atribuições deste tipo de notícias breve, complementada por uma mini-reportagem que é uma espécie de «raid» quase instantâneo. Aliás, como bem se sabe, um acontecimento deste tipo é uma desgraça descartável, para usar, esquecer e passar à seguinte, e isto em qualquer das estações portuguesas de TV. Ainda assim, porém, é de crer que na cabeça de alguns fique a boiar alguma inconformidade. Porque aquelas duas mulheres tinham assistido há quase vinte e nove anos ao 25 de Abril. E eram cidadãs, o mais provável é que tivessem cartões de eleitores que terão ardo também, e até que tenham depositado em urnas sucessivas votos e esperanças. A gente bem sabe, é certo, que os governos não puderam nunca fazer nada por elas, muito menos agora, que é preciso apertar o cinto por causa do défice e também porque a questão orçamental tem de ser resolvida sem pedir grandes impostos aos senhores bancos e aos senhores dos bancos. Mas, mesmo assim, não posso deixar de ficar melancólico porque arderam aquelas duas senhoras em prédio degradado que uma vela alumia. Eu nem sabia, quem mo contou foi o SIC Notícias.

cousa perfeitamente suportável. Entretanto e à cautela, mantenho-me quase sempre arredado do «Bom dia, Portugal» e opto pelo SIC Notícias. Não é que diante dele não se sofra também: pelo contrário, sofre-se e não é pouco. Mas de uma forma mais séria, porque se sofre com as próprias notícias, não com a maneira como nos são dadas.

Por exemplo, naquela segunda-feira. Contou o SIC Notícias que num bairro antigo de Lisboa haviam morrido duas senhoras em consequência de incêndio havido em prédio degradado. Eram mãe e filha, embora esta última já tivesse uns cinquenta anos, e viviam sozinhas num segundo andar decrépito sem que no andar inferior morasse alguém. Quanto às causas do incêndio, não havia dúvidas: teria sido uma vela acesa ou mal apagada. É que o prédio já não tinha electricidade e o recurso à iluminação por velas era o que servia às duas senhoras para se defenderem da noite (suponho que quando viesse o frio haviam de acender mais alguma coisa para combatê-lo, mas este ano não puderam chegar tão longe). Também alguém disse durante a reportagem que talvez elas já não funcionassem muito bem da cabeça. É muito natural que assim fosse. Direi até que o que escapa à naturalidade é que duas mulheres, mãe e filha de cerca de 50 e 70 anos, vivendo sozinhas em andar arruinado e decerto com muitas

A talhe de foice

• Leandro Martins

Salsa no guisado

A semana que corre está a ser fértil em declarações sobre o estado da Nação. E os jornais, sejam eles impressos, falados ou televisivos, afadigam-se na escolha, por entre a profusão de palavras. É claro que essa escolha tem um filtro, que faz com que se percam, por precipitação no fundo de um sombrio vaso, as palavras mais acertadas, sensatas e acutilantes. Falamos, evidentemente em declarações políticas e não em outras - perdoem-nos os desportistas, os negociantes de passes e os treinadores de bancada - que rodeiam os relvados, o cimento à volta e as catacumbas balneárias. Não abordaremos aqui as derrotas inesperadas, as vitórias mais que certas, as grandes penalidades, as escolhas de Madail e os aniversários de futebolistas prestigiados. No campo da política, mais uma vez registamos que há palavras e gestos e atitudes que «escapam» ao repórter médio - talvez não escapem, mas não é para as valorizar que lhe marcam o serviço. Por exemplo, decorreu o 7.º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa. E os jovens comunistas já foram com sorte se viram uma foto a mostrar o seu entusiasmo, ou uma tomada de vista a deixar ver a massa de juventude disposta a não baixar os braços e a lutar pelo futuro. Já vai o PCP com sorte se os jornais - impressos, falados ou televisivos - veiculam uma frase do seu secretário-geral contra a «fúria privatizadora» do Governo da direita. Outras frases, porém, têm o direito da ribalta. E não deixam de ser interessantíssimas pelo que revelam. Não abordaremos o discurso de Durão Barroso, entrevistado na TV por uma veneradora e obrigada jornalista, a jurar fidelidade ao seu braço direito, Paulo Portas. Nem as diplomáticas palavras de Mendes Cabeçadas a desdizer polidamente os argumentos do seu antecessor e a dar razão aos cortes orçamentais nas Forças Armadas. Nem as revelações de Maria José Morgado, a confirmar, por fim, que a sua saída se deveu às pressões de Cardona e Portas, medrosos com as investigações da Polícia Judiciária acerca da corrupção. Falemos do que preocupa a maioria. A política de direita e a luta contra a política de direita consubstanciada nas medidas avançadas ou anunciadas pelo Governo. Bagão Félix, que recebe já o aplauso comedido do grande patronato, afirma ter já recuado no seu Código, e vem dizer que afinal as mulheres grávidas já podem contar com uma «melhoria», tendo feito «recuar» a contagem do trabalho nocturno das 23 para as 22 horas. Toda a gente riria, se não fosse trágico. O professoral Marcelo afirma que a «greve geral é inevitável», mas que isso não derruba governos. Que aqueles em que participou caíram porque os parceiros se desentenderam. Por fim, registemos a feliz expressão de Hasse Ferreira, do PS, que admite dar uma ajuda ao Governo na questão do Orçamento do Estado. Diz ele que o PS pretende ver aprovadas na especialidade algumas propostas. E que tais propostas não são «um raminho de salsa no guisado». Pois não. Serão rosas, senhor?

Comunistas anunciam apresentação de Projectos de Lei sobre matéria de Administração Interna

Direito à segurança e à tranquilidade públicas

Na política do MAI, a instrumentalização das Forças de Segurança prevalece sobre os objectivos de segurança dos cidadãos, de dignificação das funções dos agentes e de eficácia da actuação do serviço policial prestado, acusaram, na segunda-feira, António Filipe e José Martins, membros do Comité Central e do Grupo de Trabalho para as Questões de Administração Interna do PCP.

Preocupados com o aumento da criminalidade violenta e degradação da situação de segurança dos cidadãos, expressa na diminuição da capacidade de intervenção preventiva das Forças de Segurança e no prático abandono dos programas integrados de polícia de proximidade, os dirigentes do PCP dizem ser «sintomático que em Lisboa e Porto

- a qualquer hora -, exista apenas um agente policial de serviço para cerca de 3000 habitantes, enquanto 22.000 agentes formados e qualificados, estão ocupados em trabalhos administrativos, impedimentos e notificações ao serviço dos tribunais. Sendo que a política económica e social deste Governo, pela insegurança que está a gerar em todos os domínios da sociedade, tenderá a agravar a crise na segurança interna.

Porém, a situação assume maior gravidade quando, a pretexto do «combate à droga» e ao «terrorismo», se enseja «uma verdadeira cru-

zada limitadora de direitos e liberdades fundamentais», assente em projectos e intenções que apontam para a intervenção das Forças Armadas em missões de segurança interna e o envolvimento das polícias na recolha de informações e vigilância de movimentos sociais.

Os cortes no PIDDAC vão ter consequências muito negativas

Aliás, os cortes no OE 2003 em áreas nevrálgicas do combate ao narcotráfico, da vigilância da fronteira marítima, na prevenção e luta contra a delinquência e o crime organizado «espelham de forma clara» a política do Governo para esta área. Também os cortes que o PIDDAC regista em projectos de grande importância, vão ter consequências muito negativas, designadamente nos programas de policiamento de proximidade e nas instalações das Forças de Segurança, com isso sofrendo o direito das populações à segurança e tranquilidade públicas.



Preocupação com a criminalidade

Direitos ameaçados

Entretanto, a lei de organização das Forças de Segurança de que ministro da Administração Interna fala mais não pretende do que militarizar a GNR, concentrando efectivos em grandes unidades de reserva, desligadas das populações e com os respectivos profissionais fortemente cerceados nos seus direitos. Da facto, como os comunistas fazem questão de lembrar, há importantes reivindicações dos agentes - horário de serviço, associativismo socioprofissional para a GNR, seguro de acidentes pessoais, subsídio de risco, aumento de vencimentos - que continuam a ser proteladas ou recusadas, apesar de demagogicamente utilizadas por PSD e PP em campanha eleitoral.

Dáí, a urgência de medidas que alterem as estratégias de segurança interna prosseguidas ao longo dos

anos e reformulem a organização, a actuação e o funcionamento das Forças de Segurança.

No imediato, o PCP anuncia a apresentação de dois Projectos de Lei, um consagrando o horário de serviço na GNR, outro de regulamentação do associativismo socioprofissional na GNR. Vai, ainda, solicitar encontros com os sindicatos e associações socioprofissionais das Forças de Segurança, para conhecer de perto as suas preocupações e aspirações.

Oportunamente, apresentará, também, um novo Projecto de Lei de Grandes Opções de Política de Segurança Interna que tenha em conta a defesa da legalidade democrática, a salvaguarda da segurança e tranquilidade das populações, a modernização das Forças de Segurança e a dignificação do estatuto dos seus profissionais.

Contra a demagogia do Governo Reformados em vigília dia 17

Está marcada para o próximo dia 14, às 17 horas, junto à Assembleia da República, uma vigília promovida pelo Movimento Unitário de Reformados Pensionistas e Idosos (MURPI) e pela Inter-Reformados Nacional. Esta acção, que coincide com a votação final do Orçamento do Estado para 2003,

integra-se num quadro mais amplo de iniciativas a promover por aquelas estruturas visando chamar a atenção da opinião pública para os efeitos negativos que resultam da política do Governo.

Em causa estão, no imediato, os chamados aumentos de pensões anunciados pelo executivo

para 2003, valores considerados absolutamente irrisórios e que estão bem longe das promessas feitas e do que seria uma melhoria compatível com padrões mínimos de dignidade.

Desmontar a demagogia e as mentiras do Governo nesta matéria é, pois, um dos objectivos desta iniciativa do MURPI

e da Inter-Reformados Nacional, no decorrer da qual será distribuído uma carta aberta à população. É igualmente propósito daquelas estruturas fazer a entrega de um dossier aos grupos parlamentares onde são explicadas as razões da sua luta e apresentadas as suas reivindicações.

PCP no Fórum Social Europeu

Uma delegação do PCP, integrada por Albano Nunes, do Secretariado, Ângelo Alves, da Secção Internacional, e Ilda Figueiredo, deputada no Parlamento Europeu, participa no Fórum Social Europeu que ontem, quarta-feira, teve início na cidade italiana de Florença.

Nos trabalhos, que decorrem até ao próximo

dia 10, participa Miguel Urbano Rodrigues, como orador convidado, numa conferência sobre a América Latina.

Uma delegação da Juventude Comunista Portuguesa, constituída por Inês Zuber e Nelson Silva, membros da Direcção Nacional da organização, estará igualmente presente neste Fórum.

OGMA em luta

Os trabalhadores das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA), reunidos em plenário, segunda-feira, decidiram encetar formas de luta em protesto contra as propostas de eliminação de direitos apresentadas pela administração. No imediato, concentraram-se à porta da empresa, contestando a tentativa de congelamento da progressão nas carreiras e as restrições à utilização de 75

horas anuais para casos de força maior como consultas médicas.

No entender dos trabalhadores, o Governo e a administração das OGMA estão apostados na desestabilização da empresa.

